

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de
materiais recicláveis: um estudo no campo ciência,
tecnologia e sociedade**

Letícia Dal Picolo Dal Secco

São Carlos - SP
2014

LETÍCIA DAL PICOLO DAL SECCO

Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo ciência, tecnologia e sociedade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador(a): Prof(a) Dr(a) Maria Lúcia Teixeira Machado

Co-Orientador(a): Prof(a) Dr(a) Maria Zanin

São Carlos – SP
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S444es

Secco, Letícia Dal Pícolo Dal.

Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis : um estudo no campo ciência, tecnologia e sociedade / Letícia Dal Pícolo Dal Secco. -- São Carlos : UFSCar, 2014.

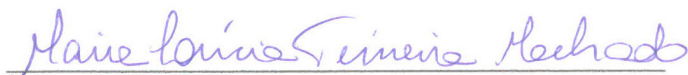
180 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

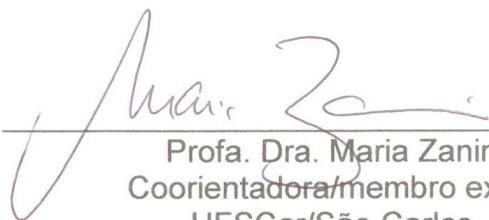
1. Economia solidária. 2. Cooperativas de catadores. 3. Materiais - reciclagem. 4. Ciência, tecnologia e sociedade. 5. Dinâmica familiar. I. Título.

CDD: 334.7 (20^a)

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
LETÍCIA DAL PICOLO DAL SECCO**



Profa. Dra. Maria Lúcia Teixeira Machado
Orientadora e Presidente
UFSCar



Profa. Dra. Maria Zanin
Coorientadora/membro extra
UFSCar/São Carlos

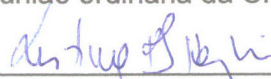


Profa. Dra. Ana Maria Rodrigues de Carvalho
Membro externo
UNESP/Assis-SP



Profa. Dra. Márcia Niituma Ogata
Membro interno
UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 10/02/2014.
Homologada na 72^ª reunião ordinária da CPG do PPGCTS, realizada em
10/03/2014



Profa. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi
Coordenadora do PPGCTS

Fomento: FAPESP

defesa de nº 91

Dedico este trabalho ao meu eterno companheiro José Augusto, à minha mãe Dora, ao meu pai Eduardo e aos catadores de materiais recicláveis. Dedico também a Deus por ter colocado essas pessoas em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Mãe, agradeço a você por toda a paciência e cuidado que teve comigo durante esses dois anos ansiosos, assim como em todos os outros anos de minha vida. Seu amor foi essencial para aguentar o tranco!

Pai, agradeço por todas as reflexões e por toda a intelectualidade e musicalidade de nossas conversas ao longo da vida. Elas deram ritmo a este trabalho.

Dudu, agradeço pelas excentricidades que incentivaram minha criatividade. Agradeço também por você ter me dado a Mari, e agradeço vocês por terem me dado o Antônio, uma inspiração inesperada.

José Augusto, eis aqui o segundo resultado profissional de nossa aliança. Agradeço a Deus pelo nosso amor e pelas nossas conquistas conjuntas.

Marlene e Zé Mário, agradeço por todo o apoio, carinho e suporte que me deram todos os dias. Sem isso, com certeza todo esse processo teria sido bem mais difícil.

À Maria Lúcia, querida orientadora, agradeço por todo o crescimento que me proporcionou ao longo desse processo. Agradeço também por toda a paciência, compreensão e parceria.

Agradeço igualmente à minha co-orientadora, Maria Zanin, pelas contribuições inestimáveis.

Agradeço à Prof^a Ana Maria, por contribuir com o enriquecimento deste trabalho e por ter sido o incentivo inicial a essa minha trajetória pela economia solidária ao lado dos catadores.

Igualmente, agradeço à Prof^a Márcia, pelas valiosas contribuições a esta pesquisa, com grande ênfase nas discussões conjuntas realizadas no NuMI-EcoSol.

Agradeço às minhas cunhadas, Flávia, Silvia, Luciana e Mariana, por todo o carinho e amizade fraterna que me forneceram. ‘Doninha’, agradeço ainda a você pelo suporte ‘pré-mestrado’, o qual foi essencial para iniciar essa fase de minha vida.

Agradeço à sobrinha Paty, ao sobrinho Rafa, à sobrinha Mari e ao sobrinho Théo pelo carinho de sempre e pelas eventuais escutas às minhas ansiedades. Agradeço ao sobrinho Antônio por ser tudo o que já é, mesmo sem saber, mesmo tão pequenino: grande inspiração e incentivo para continuar lutando por um mundo melhor!

Agradeço às minhas eternas amigas Roberta, Fernanda e Lívia, pelos 17 anos de convivência, mesmo à distância, que contribuíram de diversas formas com o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço à Carol, pela referência acadêmica que foi para meu início de mestrado, pautada em uma amizade iniciada lá nos velhos tempos.

Agradeço a todos os professores e funcionários do PPGCTS, que auxiliaram de alguma forma nesse percurso.

Agradeço aos membros do NuMI-EcoSol e aos estagiários PET pelas experiências e reflexões conjuntas.

Agradeço à Bruna, pela grande contribuição a este trabalho.

Agradeço à FAPESP e à CAPES pelo financiamento.

E um agradecimento mais do que especial à COOPERVIDA, aos catadores e aos seus familiares, pela disponibilidade em participar dessa pesquisa. Sem vocês, ela seria simplesmente impossível. Obrigada!

“E se, em um momento de distração, o olhar do observador deixar esse fluxo imperioso para elevar-se até o cume das colinas que, em cada margem, limitam o horizonte, ele poderá, senão divisar, pelo menos adivinhar a presença estudiosa de tribos de Intelectuais que, longe do tumulto das águas, fazem profissão de pensar. Pode acontecer mesmo de alguns deles tentarem precisamente pensar quais podem ser a natureza, a origem, o curso e a destinação desse grande rio que ferve embaixo. Contudo, raros são os que se aventuram até as margens...”

(Roger Lesgards)

RESUMO

A economia solidária começou a aparecer no Brasil na década de 1980, quando os índices inflacionários e de desemprego estavam altos. Ela estimulou a organização de trabalhadores em cooperativas para recuperarem as empresas em que trabalhavam e que haviam falido, e assim, manterem seus postos de trabalho. Os catadores de materiais recicláveis surgiram no Brasil pela exclusão social a que parte da população foi submetida, em torno da década de 1950, e começaram a se organizar em cooperativas pela necessidade de continuar trabalhando, após a proibição de catar nos aterros sanitários e lixões. Esta organização ocorreu em parceria com o poder público, instituições religiosas, ONGs e universidades, dentre outros apoiadores. Atualmente, observa-se que as cooperativas de catadores não são compostas somente de ex-catadores de aterros e lixões, mas também de outros trabalhadores vítimas do desemprego em épocas atuais. Para a organização dos empreendimentos econômico-solidários, é necessário que os catadores se apropriem de conhecimentos necessários sobre a natureza do empreendimento e sobre o desenvolvimento do trabalho. É preciso também que sejam realizadas adaptações sociotécnicas (AST) para o desenvolvimento de tecnologias sociais (TS) que possibilitem seu desenvolvimento e sustentabilidade. Esse processo, que influencia na forma de organização do empreendimento dependendo de como ocorrer, necessita da realização de parcerias entre os diversos atores envolvidos no movimento da economia solidária. A consideração de vários saberes em busca de uma produção científica e tecnológica adequada que beneficie a população de fato, vai ao encontro do campo de pesquisa ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Considerando que a inclusão econômico-social e o trabalho influenciam na vida do indivíduo e que a economia solidária com seus valores (solidariedade, liberdade individual, distribuição de renda de forma igualitária, organização cooperativa ou associativa do trabalho e autogestão) propõe uma nova forma de organização do trabalho, além de propiciar a inclusão econômico-social, tem-se como objetivo investigar as influências das relações de trabalho econômico-solidárias na dinâmica familiar dos catadores. O método utilizado é o da história oral, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas para coletar relatos sobre a vida dos grupos familiares dos catadores, que são membros de uma cooperativa econômico-solidária localizada na cidade de São Carlos-SP, a COOPERVIDA. As entrevistas foram transcritas e após ocorreu a validação dos dados pelos entrevistados, pelo processo de transcrição. Após essa validação, os dados transcritos foram analisados pela técnica da análise de conteúdo. Antes das entrevistas, foi realizado um trabalho de campo no empreendimento com a utilização da técnica da observação participante, visando compreender como ocorrem as relações internas de trabalho e como a economia solidária e as relações de trabalho cooperativistas permeiam o ambiente. Dentre os resultados, podemos citar a carência de AST que contribuam para a organização dos processos de trabalho no empreendimento; que os princípios econômico-solidários permeiam as relações na cooperativa, mas não totalmente; que existe uma demanda de capacitação de novos cooperados para que adquiram conhecimentos sobre o trabalho; que as famílias apresentaram influências das relações de trabalho econômico-solidárias na dinâmica familiar, organizando sua rotina de forma igualitária e solidária; e que mesmo sem conseguir definir o que é economia solidária, os catadores e famílias desenvolveram comportamentos permeados por seus princípios. Indica-se a necessidade de desenvolver políticas estatais de economia solidária, incluindo-se a família nos programas e ações realizados.

Palavras-chave: Economia solidária. Cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Dinâmica familiar.

ABSTRACT

Solidary economy in Brazil appeared in the 1980s, when inflation rates and unemployment were high. It encouraged the organization of workers in cooperatives to recover the companies they worked for and that had failed, and thus keep their jobs. The recyclable waste pickers emerged in Brazil because of the social exclusion that part of the population was exposed, around the 1950s, and began to organize themselves into cooperatives by the need of continue working after the banning of picking at landfills and dumpsites. This organization came in partnership with government, religious institutions, NGOs and universities, among other supporters. Actually, it's observed that cooperatives of recyclable waste pickers are not only composed of ex-pickers of the landfills and dumpsites, but also of other workers that are facing unemployment in current times. For the organization of economic-solidary cooperatives, it is necessary for the pickers to acquire knowledge about the nature of the project and about the progress of work. They also need the promotion of the socio-technical adaptations (STA) for the development of social technologies (TS) that that allow their development and sustainability. This process, which influences the organizational form of the enterprise, depending on how it occurs, it will need the partnership between the various agents involved in the movement of solidary economy. The consideration of various knowledges in search of a suitable scientific and technological production that benefits the people, is in keeping of the principles of the field science, technology and society (STS). Whereas that the economic and social inclusion and the labor have influence in the life of the individual and that the solidary economy with their values - solidary, individual freedom, income distribution equally, associative or cooperative organization of work and self-management-, proposes a new form of organization the work, as well as providing the economic and social inclusion, the objective of this work it to investigate the influences of labor economic-solidary relations in the family dynamics of the recyclable waste pickers. The method used is the oral history, and semi-structured interviews were conducted to collect stories about the lives of family groups of the pickers, who are members of a joint economic-solidary cooperative (COOPERVIDA) located in the city of São Carlos-SP. The interviews were transcribed and after they were validated by the interviewed people, by the "transcription" process. After this validation, the transcribed data were analyzed using the technique of content analysis. Before the interviews, it was done a field work in the cooperative, with the use of the participant observation technique which was conducted in search of understanding how internal working relationships occur and how the solidary economy and cooperative working relationships traverses the environment. Among the results, we can cite the lack of AST that contribute to the organization of work processes in the cooperative; the economic and solidary principles permeate the relationships in the cooperative, but not entirely; that there is a demand for training of new cooperative to acquire knowledge about the work; families presented influences of the relations of economic-solidary work in their family dynamics, organizing their routine in a egalitarian and solidary way; and that even without being able to define what is solidary economy, the collectors and families develop behavior permeated by its principles. It's indicated the need to develop state policy, including family in programs and actions performed.

Keywords: Solidary economy. Recyclable waste pickers cooperative. Science, Technology and Society. Family dynamics.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma.....	35
Figura 2 - Procedimientos Metodológicos.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de teses e dissertações com a temática “economia solidária” no período de 1998 a 2010.....	22
Tabela 2 - Quantidade de Produção de Teses e Dissertações por Termos/Ano.....	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Habilidades necessárias aos catadores de materiais recicláveis.....	36
Quadro 2 – Estratégias metodológicas.....	83
Quadro 3 - Objetivos específicos.....	87
Quadro 4 - Trechos de uma entrevista.....	96
Quadro 5 - Grupo Familiar 2.....	105
Quadro 6 - Grupo Familiar 3.....	106
Quadro 7 - Grupo Familiar 4.....	106
Quadro 8 - Relação do catador de referência com a COOPERVIDA.....	107
Quadro 9 - Entrevista realizadas, participantes e datas.....	108
Quadro 10 - Categoria de Análise 1.....	134
Quadro 11 - Categoria de Análise 2.....	136
Quadro 12 - Categoria de Análise 3.....	138

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ANTEAG- Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

AST – Adequação Sociotécnica

C&T – Ciência e Tecnologia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEDOC – Centro de Documentação em Economia Solidária

CEFAS – Centro de Formação e Assistência à Saúde

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COOCASSIS – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região

COOPERVIDA – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos

COPPE/UFRJ - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CPES - Centro público de Economia Solidária

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

DAES – Departamento de Apoio à Economia Solidária

ECTS - Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade

EES – Empreendimento Econômico-Solidário

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ESCT - Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia

FABE – Federação de Organização para Assistência Social e Educacional

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCOOP/UFSCar - Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos

Incop Unesp Assis – Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Assis

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITS – Instituto de Tecnologia Social
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NuMI-EcoSol/UFSCar - Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos
ONG – Organização Não Governamental
PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Pangea - Centro de Estudos Socioambientais
PC&T – Política de Ciência e Tecnologia
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PPGCTS – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RTS - Rede de Tecnologia Social
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESC – Serviço Social do Comércio
SIES - Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária
SMDSCT - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia
SMTER – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda
TA – Tecnologia Apropriada
TC – Tecnologia Convencional
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TS – Tecnologia Social
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO	19
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	25
2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	25
2.2 OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	30
2.2.1 A organização dos catadores de materiais recicláveis.....	33
2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SP.....	41
2.3.1 O campo de pesquisa: a COOPERVIDA.....	46
3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE E OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS.....	55
3.1 O CAMPO CTS	55
3.2 CTS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL.....	62
3.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS COOPERATIVAS DE CATADORES.....	65
4 DINÂMICA FAMILIAR E TRABALHO.....	73
4.1 DINÂMICA FAMILIAR.....	73
4.2 INFLUÊNCIAS DO TRABALHO NA DINÂMICA FAMILIAR.....	76
5 OBJETIVOS	80
6 PERCURSOS METODOLÓGICOS	81
6.1 SUJEITOS DE PESQUISA	87
6.2 TRABALHO DE CAMPO: A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	89
6.3 HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA	91
6.3.1 As entrevistas semi-estruturadas	94
6.3.2 A Transcrição.....	96
6.4 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS	98
7 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES	101
7.1. ANÁLISES DO TRABALHO DE CAMPO	101
7.2 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	105
7.2.1 As transcrições.....	108
7.2.2 A análise de conteúdo.....	132
7.3 DISCUSSÕES	145

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS	161
FOMENTO	171
APÊNDICES	172
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	173
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	175
ANEXOS.....	177
ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO COOPERVIDA.....	178
ANEXO 2 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	179

APRESENTAÇÃO

O teor desta pesquisa derivou de reflexões realizadas desde 2006, ano no qual tive meu primeiro contato com a Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP¹ – Campus de Assis (Incop Unesp Assis), através do curso de Psicologia dessa mesma universidade.

Nesse contato inicial, pude conhecer catadores informais a partir de uma atividade que visava convidá-los a participar da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS)², já que a política de resíduos sólidos municipal visava a ampliação da coleta seletiva realizada pela COOCASSIS e isto refletiria no trabalho dos catadores não cooperativados.

No ano seguinte, já oficialmente como membro da Incop Unesp Assis, realizei tanto trabalhos administrativos como estagiária como atuei diretamente junto aos grupos de catadores de materiais recicláveis incubados, realizando atividades de elaboração de capacitações em economia solidária e de lideranças, formação de novos grupos (associações ou cooperativas), desenvolvimento de projetos de captação de recursos, dentre outras atividades. O foco principal das pesquisas realizadas a partir desse projeto de extensão foi o trabalho em rede dos catadores e seu avanço na cadeia produtiva da reciclagem.

Após a graduação, trabalhei um ano e meio como psicóloga social em dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e um ano e meio em uma Organização Não-Governamental (ONG) de atendimento socioeducativo e familiar. Concluí também um curso de especialização em Saúde Mental e Intervenções Terapêuticas: Casal, Família, Grupo e Instituições no Centro de Formação e Assistência à Saúde (CEFAS).

Nesses três anos não atuei diretamente com catadores, porém, durante os trabalhos realizados com as famílias dos CRAS e da ONG e o aprendizado obtido no curso de especialização, comecei a estudar as possíveis influências das relações de trabalho e das políticas públicas sobre a dinâmica dos grupos familiares. Conhecendo o Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) e me aproximando deste campo de pesquisa por meio de leituras, acrescentei as reflexões desse campo de pesquisa aos meus estudos. Comecei a confrontar as experiências que tive com meu trabalho junto aos catadores e essas novas leituras, refletindo sobre a influência das ciências e tecnologias nas relações e processos estabelecidos no ambiente de trabalho e, conseqüentemente, na dinâmica familiar.

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

² Atual Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região.

Cheguei à fundamental conclusão de que os processos de apropriação interferem diretamente na organização do trabalho e em tudo que a ele se refere.

Esse raciocínio diz respeito a como a dinâmica familiar pode ser influenciada pela inserção de catadores em empreendimentos econômico-solidários e como essa influência se relaciona à forma de organização da cooperativa, às tecnologias que a permeiam, aos saberes existentes e aos conhecimentos adquiridos pelos cooperados e às políticas públicas relacionadas à economia solidária.

Outra experiência absolutamente importante para este trabalho foi minha inserção na Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP-UFSCar), em sua fase de transição para se tornar o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol). Esta experiência que ocorreu junto ao início das atividades de mestrado facilitou o meu contato com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (COOPERVIDA) na qual foi realizado o trabalho de campo, bem como propiciou momentos de discussão em grupo sobre os aspectos econômico-solidários desse empreendimento.

A partir de todas essas experiências e das leituras realizadas ao longo dos anos e das reflexões e confrontação de ambas, esta pesquisa foi então desenvolvida.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da economia solidária se relaciona a um contexto de avanço tecnológico desenfreado que resultou em períodos de grande desemprego, situação que atravessou diversas épocas e que levou as pessoas a se organizarem na tentativa de manter seus postos de trabalho. A economia solidária se torna então uma alternativa aos trabalhadores que passaram, baseando-se nos valores de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, a se organizar a partir dos princípios dessa nova economia, constituindo relações de trabalho solidárias, cooperativas e não hierárquicas e caracterizando uma configuração de trabalho diferente da encontrada na organização capitalista (SINGER, 2002a).

A economia solidária, constituindo-se enquanto um movimento difundiu-se pelo mundo em diversos contextos similares. No brasileiro, ela apareceu durante a crise econômica ocorrida nos anos 1980 e que persistiu pelos anos 1990, quando diversas empresas entraram em falência, levando conseqüentemente à perda de muitos postos de trabalho. A economia solidária se desenvolveu como forma de combater as conseqüências da situação de crise instaurada, possibilitando a organização do proletário, com o apoio de diversas instituições, em cooperativas embasadas nos princípios da economia solidária, na tentativa de recuperar as empresas falidas (SINGER, 2002a).

Em um período anterior a esse contexto, em torno dos anos 1950, surgiu no Brasil a atividade de catador de materiais recicláveis (MOVIMENTO, 2005) por entre um cenário de desemprego, pobreza e exclusão social decorrente da expansão econômica ocorrida na época, que se caracterizou por um investimento eficiente em infraestrutura, porém à manutenção dos problemas sociais existentes. A visão que norteava as ações econômicas do período era a de que o desenvolvimento social ocorreria naturalmente a partir do desenvolvimento econômico (POCHMANN, 1994). A manutenção de problemas sociais e seus desdobramentos indicam que esta visão não é correta e que reflexões e mudanças são necessárias para superar os problemas sociais ainda existentes, senão agravados.

Os catadores, através dos anos, passaram a ser instigados a se organizarem em empreendimentos econômico-solidários (EES), sendo que esta organização ocorre até hoje, de forma articulada e representada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Atualmente, os EES são cada vez mais associados às tecnologias sociais (TS), as quais são potenciais a combater cenários de desigualdade e promover a inclusão social, por serem acessíveis às mais diversas populações (SINGER, 2002a). Dagnino (2004) considera que o

desenvolvimento de TS é possibilitado pela adequação sociotécnica (AST). Ainda existe a perspectiva de que os próprios EES são TS (DAL RI, 2007) e assim sua organização é de extrema importância para garantir sua acessibilidade e adequação às populações e suas necessidades.

Os cenários de instabilidade econômica, desemprego e exclusão apresentados se relacionam, além do desenvolvimento econômico brasileiro, às tendências e concepções de ciência e tecnologia (C&T) que influenciaram as Políticas de Ciência e Tecnologia (PC&T). Por um grande período (como ocorreu em torno dos anos de 1950), predominou uma visão determinista sobre ciência que a considerava autônoma e sem valores sociais, o que acarretou situações de exclusão pelo pensamento de que a adequação da população às tecnologias elaboradas e ao desenvolvimento econômico, ocorrendo como era feito, levariam ao bem estar social. Análises sobre o desenvolvimento econômico do Brasil mostraram que esta visão, denominada como “linear”, não é viável, e que esse sistema é mais complexo (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2003). Pesquisadores do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), têm em conta as relações entre os valores sociais e a produção de C&T, considerando que esta deve ser controlada pela população.

Vasques-Menezes, Codo e Medeiros (1999) apresentam que o trabalho, assim como outras instituições externas à família, exercem influências sobre sua dinâmica, pois quando um de seus membros tem sua identidade influenciada pelos seus contatos sociais, ao voltar para a família, pode influenciar os outros indivíduos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico capitalista, além de interferir em questões de autonomia econômica, ainda intervém, pela sua configuração, na autonomia familiar, já que a família e sua dinâmica são influenciadas por contextos sociais externos (FERNANDES, 1994).

Ainda sob este panorama, considerando as potencialidades do trabalho influenciar na vida pessoal do indivíduo de diversas formas, infere-se que a organização dos EES facilita o desenvolvimento de relações internas de trabalho positivas, por possibilitar que o cooperado adquira autonomia pela aquisição de conhecimentos, torne-se mais solidário e crítico. Estas características por sua vez podem permear as relações familiares, influenciando em sua dinâmica, pelo fato de que as diversas instituições nas quais o indivíduo está inserido exercem influências umas nas outras, bem como na identidade do sujeito.

Esta influência do trabalho e de outras instituições das quais um indivíduo participa na dinâmica familiar possui diversos desdobramentos que envolvem as características dessa dinâmica, como por exemplo, na promoção de saúde mental, o que ilustra a grande dimensão

e responsabilidade que as organizações institucionais possuem perante um contexto social maior.

A partir do referencial teórico pesquisado e das experiências vivenciadas, infere-se como importante que o sujeito, no caso, o catador cooperado, pondere sobre como, e se, a economia solidária pode influenciar em sua dinâmica familiar. Isto permite que ele seja envolvido na produção científica sobre o assunto com seus saberes, sentimentos e cultura, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas alinhadas às suas demandas e necessidades. Essa aproximação permite também que o catador adquira novos conhecimentos.

Considerando que os princípios econômico-solidários são contrários aos capitalistas, tem-se a hipótese que a inserção do trabalhador em um empreendimento econômico-solidário (EES), influencia de forma diferente e positiva na vida pessoal do sujeito, e assim, em sua dinâmica familiar, na qual são promovidas mudanças após o sujeito trazer influências externas para o meio familiar.

Durante o levantamento bibliográfico, observou-se, em relação à temática da economia solidária, que a primeira publicação acadêmico-científica brasileira identificada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), surgiu no ano de 1998, três anos após o surgimento da primeira Incubadora de Cooperativas Populares no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Este aparecimento coincide ainda com o ano de criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) (SINGER, 2002a). O número de publicações cresceu consideravelmente em 2003, ano de criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Estas informações sobre os anos de publicações derivam de pesquisa realizada por Oliveira e Zanin (2011) e a evolução da quantidade de publicações por ano estão representadas na Tabela 1.

Pesquisando-se no mesmo banco de teses e dissertações, pelos termos “catador” e “reciclável”, encontrou-se um total de 198 dissertações e 43 teses, sendo as primeiras ocorrências respectivamente em 1996 e em 1997. Após, combinou-se estes termos a outros, tais quais: catador, reciclável, cooperativa, economia solidária, família. Esta busca de termos combinados possibilitou encontrar um total de 78 dissertações e 22 teses, datadas de 1999 a 2011.

Tabela 1 - Número de teses e dissertações com a temática “economia solidária” no período de 1998 a 2010

ANO PUBLICAÇÃO	TIPO DE PESQUISA		TOTAL
	Mestrado	Doutorado	
1998	0	01	01
1999	0	0	0
2000	04	0	04
2001	02	02	04
2002	06	01	07
2003	21	02	23
2004	23	06	29
2005	40	06	46
2006	37	14	51
2007	43	10	53
2008	42	12	54
2009	41	14	55
2010	60	14	74
TOTAL	319	82	401

FONTE: Banco de Teses (CAPES). Elaborado por OLIVEIRA; ZANIN, 2011, p. 186.

Pode-se observar que o total de 100 trabalhos sistematizados na Tabela 2 por ano, de acordo com as combinações dos termos, mostrou que, comparando os anos de 1999 e 2011, houve um aumento na quantidade de produções no período, que passou de 01 para 14, mesmo esse aumento não sendo linear.

Tabela 2 - Quantidade de Produção de Teses e Dissertações por Termos/Ano³

		DISSERTAÇÕES				TOTAL
						DISSERTAÇÕES
Termos	Ano	Catador-Reciclável-Cooperativa	Catador-Reciclável-Família	Catador-Reciclável-Economia Solidária	Catador-Reciclável-Cooperativa-Economia Solidária	Todos os Termos
		1999	-	01	-	-
2000	-	01	-	-	-	1
2001	-	-	-	-	-	-
2002	01	01*	-	-	-	1
2003	-	-	-	-	-	-
2004	02	-	-	-	-	2
2005	08	01*	05**	05**	-	6
2006	04	-	03**	01**	-	6
2007	08	01	05**	04**	-	10
2008	09	03*	03**	02**	-	12
2009	10	01	01**	01**	-	11
2010	14	04*	01**	01**	-	17
2011	08	01	02	-	-	11
TOTAL		64	14	20	14	78

³ * DISSERTAÇÕES: 2002 (01), 2005 (01), 2008 (01) e 2010 (02) de **Catador-Reciclável-Família** encontram-se em **Catador-Reciclável-Cooperativa** e não são somados no total. ** DISSERTAÇÕES e TESES: 2005 a 2011 (TODAS) de **Catador-Reciclável-Cooperativa- Economia Solidária** estão em **Catador-Reciclável-Economia Solidária** e estas convergências estão em **Catador-Reciclável-Cooperativa** e não estão somados no total; DISSERTAÇÕES: 2005 (01) de **Catador-Reciclável-Cooperativa-Economia Solidária** também está em **Catador-Reciclável-Família**.

Termos	TESES				Conclusão.	
	Catador-Reciclável-Cooperativa	Catador-Reciclável-Família	Catador-Reciclável-Economia Solidária	Catador-Reciclável-Cooperativa-Economia Solidária	TOTAL TESES	TOTAL GERAL
Ano					Todos os termos	Todos os termos
1999	-	-	-	-	-	01
2000	-	-	-	-	-	01
2001	-	-	01	-	1	01
2002	01	-	-	-	1	02
2003	01	-	-	-	1	01
2004	-	-	-	-	-	02
2005	-	-	-	-	-	06
2006	03	-	01**	01**	3	09
2007	01	-	-	-	1	11
2008	03	-	01**	01**	3	15
2009	03	01	02**	01**	5	16
2010	03	01	02**	02**	4	21
2011	03	-	01**	01**	3	14
TOTAL	18	02	08	06	22	100

Fonte: Banco de Teses e Dissertações CAPES. Tabela elaborada pelas autoras.

Os termos combinados que menos deram retorno em quantidade de produção foram “Catador-Reciclável-Família”, para os quais existem apenas quatorze dissertações e duas teses.

Nesse sentido, torna-se importante abordar o aspecto da família no contexto da economia solidária, pois analisando os trabalhos que contêm as palavras catador-reciclável-família, observou-se que estes termos não foram associados à cooperativa, nem à economia solidária, mesmo havendo algumas considerações sobre as influências do trabalho nas relações familiares. Desse modo, a literatura carece de trabalhos sob esta perspectiva.

A partir da reflexão sobre toda a experiência obtida e dos estudos realizados, foram definidos o problema e a questão de pesquisa, bem como todo o escopo deste trabalho. Os procedimentos metodológicos foram delimitados considerando a possibilidade de participação dos sujeitos envolvidos em todo o processo de pesquisa, contribuindo tanto para o campo CTS quanto para o movimento da economia solidária, já que essa participação de todos os atores envolvidos está de acordo com os princípios de ambos.

Para melhor organizar as reflexões realizadas e os caminhos que levaram às discussões e aos resultados, o conteúdo teórico deste trabalho foi dividido em três partes:

- 1) Economia solidária e cooperativismo: a organização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis:

Nesta parte do referencial teórico, constam reflexões sobre o contexto de surgimento da economia solidária no Brasil no intuito de compreender a existência atual dos empreendimentos econômico-solidários (EES) e os desafios para o seu desenvolvimento, considerando primordialmente o histórico das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Foi também apresentado como a economia solidária está organizada no município de São Carlos, bem como alguns dados sobre a COOPERVIDA, derivados de pesquisas que abordaram a autonomia no empreendimento e a visão dos catadores sobre diversos aspectos de seu trabalho, incluindo suas relações com a vida familiar.

2) Ciência, tecnologia e sociedade e os empreendimentos econômico-solidários:

Após a apresentação do contexto da economia solidária e do cooperativismo no Brasil, foi abordado o surgimento do campo CTS, bem como suas possíveis relações com a economia solidária. Foi apresentada a importância da apropriação de conhecimento por parte dos cooperados para a definição das características gerais de organização da cooperativa. Discutiu-se também sobre as adequações sociotécnicas (AST) nos empreendimentos de catadores, as quais são consideradas potenciais a desenvolver tecnologias sociais (TS), que são por sua vez apresentadas como um dos desafios da economia solidária (desenvolver os empreendimentos a partir da criação de TS). Considera-se aqui a perspectiva de que os empreendimentos em si já são TS e que sua organização corrobora para o aprimoramento dele mesmo como uma TS e de outras TS e/ou AST que o constituem.

3) Dinâmica familiar e trabalho:

Neste capítulo mostrou-se, a partir de conceituações e reflexões sobre família e dinâmica familiar, como o trabalho pode influenciar nessa dinâmica. Focou-se ainda na influência peculiar do trabalho econômico-solidário e de seus princípios nesta dinâmica. Apontou-se - sem aprofundamentos, porém como possibilidades de desdobramentos e aprofundamento das reflexões -, possíveis desdobramentos dessa influência em relação à promoção de saúde mental do grupo familiar. Este capítulo é essencial para a compreensão das potencialidades que a organização do trabalho tem em interferir na vida familiar, bem como de algumas diferenciações encontradas na literatura sobre as influências do trabalho econômico-solidário devido às suas características peculiares e divergentes das capitalistas.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO NO BRASIL

A economia solidária e o cooperativismo surgiram na Europa no século XIX, sendo contemporânea da Primeira Revolução Industrial. Ela foi inventada por operários em resposta à situação de desemprego ocasionada pela propagação descontrolada de tecnologias, o que gerou pobreza e exclusão social (SINGER, 2002b).

Nesse contexto de surgimento, a economia solidária se constituiu tanto como uma forma de gerar trabalho e renda para a população marginalizada, quanto um meio de instigar a reflexão sobre o funcionamento do sistema capitalista, que tem como um de seus princípios, a lei da oferta e da procura, circundada pela livre concorrência. A economia solidária, ao contrário do funcionamento desse sistema hegemônico, poderia atingir um equilíbrio entre as relações de comercialização, propiciando maior segurança aos trabalhadores.

No Brasil, a economia solidária apareceu durante o século XX, na década de 1980. Esta foi uma época de grande crise econômica e inflacionária no Brasil, que provocou a falência de diversas empresas (SINGER, 2000).

Nesse período de crise, quando as relações de trabalho se tornaram mais precárias, percebeu-se que a redução das desigualdades sociais não era assegurada pelo crescimento econômico. Este pensamento de que a industrialização traria naturalmente a distribuição de renda, governou até os anos 1970 (AMORIM; ARAÚJO, 2004; ARAÚJO; SILVA, 2005). Reforçando a insustentabilidade desse pensamento, até o início do século XXI, a economia brasileira ainda não havia conseguido se estabilizar e o processo de reestruturação produtiva realizado, além de dificultar a geração de novos postos de trabalho, acabou com vários outros. Este cenário de falências e desemprego seguiu pelas décadas de 1980 e 1990 (SINGER, 2002a).

A economia solidária por sua vez, constituiu-se no Brasil como uma alternativa aos desempregados por possibilitar a sua organização em cooperativas e, desse modo, à recuperação de empresas falidas e à manutenção de postos de trabalho (SINGER, 2002a).

Nas palavras de Paul Singer:

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as

novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo (SINGER, 2002a, p. 1).

A economia solidária foi evidenciada com esta denominação no Brasil na década de 1990, período em que apareceram diversas atividades econômicas com formas de organização diferentes das capitalistas e que tinham como princípios a cooperação, a autonomia e a gestão democrática. À frente destas organizações estavam cidadãos, produtores e consumidores (LAVILLE, GAIGER, 2009)

A economia solidária tem como princípios defender a propriedade coletiva ou associada, a liberdade individual, a distribuição de renda de forma equalitária e a solidariedade. Historicamente, ela possibilita a promoção de significado ao trabalho, favorecendo a implicação de valor ao trabalhador (GAIGER, 2004), o que seria impossível em situação de desemprego ou trabalho informal (DAL MAGRO; COUTINHO, 2008). Esta afirmação devém do sentido de que a economia solidária valoriza o ser humano e não o capital. Ela é um instrumento para que as pessoas possam trabalhar e gerar renda de forma justa, e não para instigar a concorrência.

Nesse sentido, pode-se definir a economia solidária como o “conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2006, p. 11-12).

Laville e Gaiger (2009) constataam que a atuação grupal, circundada pela autogestão, leva à formação de novos atores que contribuem na busca pelo bem-estar social. Esta formação de novos atores sociais ocorre pela mudança de visão sobre como devem ser as relações produtivas e a organização do trabalho. Considerando-se que o trabalho influencia a vida social do indivíduo⁴ e que a economia solidária é constituída por princípios que valorizam o trabalhador, incentivam sua autonomia, a igualdade e as relações justas de trabalho, buscar o bem estar social se torna um objetivo importante para o movimento da economia solidária.

A autogestão pode ser considerada como:

[...] um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembléias (MOTHÉ, 2009, p. 26).

⁴ No capítulo 3 será apresentado conteúdo sobre a influência do trabalho na dinâmica familiar, perpassando também pela sua influência na vida social do indivíduo.

A autogestão possui uma implicação prática como problema referente à postura do líder e ao compromisso dos membros do grupo com a sua totalidade. A liderança é construída no dia a dia e o respeito a ela ocorre por sua utilidade e pela necessidade de sua existência. Uma autoridade imposta não conquista o respeito do grupo, mas por outro lado, um grupo desinteressado e desunido não recebe os esforços de um líder para mantê-lo. Esse equilíbrio está diretamente relacionado à sobrevivência do empreendimento, a qual pode ser posta em risco pelo surgimento de conflitos (CRUZ, 2006).

A economia solidária é composta por empreendimentos que de fato implementam e praticam os princípios cooperativistas, dentro os quais está a autogestão. Porém, existem graus variados de autogestão, tanto de uma cooperativa para outra, quanto em uma mesma. Esta variação em relação ao grau de autogestão praticado ocorre devido à forma como as cooperativas se originaram e ao momento que elas e seus cooperados vivenciam. Acrescenta-se ainda que o grau de autogestão de um empreendimento depende do interesse de seus membros sobre a natureza e a organização de seu trabalho (SINGER, 2002a).

Quando começou no Brasil o processo de recuperação de patrimônios falidos, observou-se que para seu arrendamento ou aquisição pelos trabalhadores, havia a necessidade de que eles conhecessem e entendessem os princípios da economia solidária. Esta conscientização inicial ocorreu primordialmente por uma equipe da antiga Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Porém, em 1991 a diretoria do sindicato foi alterada, levando ao fechamento da Secretaria de Formação (SINGER, 2002a).

Ainda em 1991, surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). À sua organização foi atribuída a responsabilidade de suprir as necessidades de coordenação dos processos de transformação das empresas em cooperativas e de possibilitar aos trabalhadores a apropriação de conhecimentos indispensáveis para o desempenho de funções nessa nova organização de trabalho. Outras demandas de responsabilidade da ANTEAG eram as de articular e democratizar informações e espaços de discussão, a qual resultou, em 1994, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (SINGER, 2002a).

A partir do ano 2000, a ANTEAG passou a ser contratada por governos que priorizavam a economia solidária em suas políticas e ações. Em 2001, ela já assessorava em torno de 160 EES pelo Brasil (SINGER, 2002a).

Muitas outras instituições, tais quais, sindicatos, igreja católica, incubadoras e algumas prefeituras, colaboraram com os EES exercendo funções de apoiar a formação de novos empreendimentos, incentivar a estruturação de outros e de fomentar projetos de geração de

trabalho e renda que seguem os princípios econômico-solidários. Nas palavras de Carvalho (2010):

Diversas iniciativas de diferentes segmentos da sociedade contribuíram, e ainda contribuem, para compor o quadro da economia solidária brasileira atual, entre as quais podemos citar: as ações da Cáritas Brasileira, entidade da Igreja Católica, ligada a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, com os Projetos Alternativos Comunitários -PACs-, muitos dos quais de geração de trabalho e renda, de forma cooperada ou associativa; as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - resultando no assentamento de milhares de famílias, a partir de um novo cooperativismo agrícola, de fato autogestionário; as experiências dos trabalhadores que organizados coletivamente assumiram a massa falida, foram e têm sido de grande importância, não só para a manutenção de postos de trabalho, como para a formação da compreensão da economia solidária. [...] Outros segmentos da sociedade brasileira também vêm se dedicando ao trabalho de difundir princípios da economia solidária, como é o caso das universidades, especialmente as públicas, que por intermédio das Incubadoras de Cooperativas Populares, assessoram os trabalhadores em seu projeto de organização do trabalho de forma coletiva e democrática. Sindicatos mais progressistas, governos e instituições como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas), a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), a FABE (Federação de Organização para Assistência Social e Educacional), o PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul), também vêm fomentando direta ou indiretamente a economia solidária (CARVALHO, 2010).

É importante destacar dentre todas as instituições, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), que surgiu em 1995 no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), por meio de convênio com a Agência Brasileira de Inovação (FINEP) e a Fundação Banco do Brasil. A ITCP passou a preencher uma lacuna importante para a consolidação de EES, assessorando-os a partir de diversas áreas de conhecimentos necessários aos cooperados para desenvolverem e manterem os EES. Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), pelo qual FINEP e Fundação Banco do Brasil passaram a financiar a formação de novas ITCPs (SINGER, 2002a).

Dentre diversas ações, a incubadora possibilitou o desenvolvimento de conhecimento e a intervenção junto aos EES (CRUZ-SOUZA *et al.*, 2010). As ações realizadas pelas ITCPs levam a Universidade a cumprir seu papel social de produtora de conhecimento e possibilitam que a população se aproxime de novos saberes, potencializando o contato e as trocas entre comunidade científica e sociedade. As universidades, em relação ao acompanhamento das demandas relativas aos EES, contribuem na relação junto às cooperativas na busca por sua estabilidade de forma menos prejudicial (ZANIN *et al.*, 2011).

Com a agregação desses novos parceiros, seguiu-se uma ampla movimentação social referente à economia solidária, buscando a criação de políticas que possibilitem a organização e a sustentabilidade dos empreendimentos. Criou-se o Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES), considerado um importante espaço de discussão e participação, que recebeu essa denominação em 2003. O FBES atualmente é constituído por cerca de “160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais; 3000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios” (FBES).

O FBES definiu que a economia solidária se fundamenta no ideal de uma globalização humanizadora e no desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social conjuntamente), considerando nesse modelo de desenvolvimento, a importância do aspecto intergeracional na qualidade de vida da população (SINGER, 2002a).

Em 2003, foi criada pelo Governo Federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), visando promover a geração de trabalho e renda com inclusão social através de políticas integradas (BRASIL, 2012; FBES, s.d.). A criação da SENAES foi reivindicada em carta enviada ao Presidente Lula pelo FBES, quando este ainda era um Grupo de Trabalho, em 2002. Espaços de controle social (fóruns, plenárias e conferências) para discutir sobre economia solidária foram organizados pela SENAES, marcando seu papel político e estratégico (SINGER, 2002a).

Apesar dos avanços políticos e sociais conquistados pelo movimento da economia solidária, ele ainda tem como grande desafio, a regulamentação de políticas públicas de Estado de economia solidária para que elas sejam efetivas e haja garantias para a estabilidade dos EES e de projetos econômico-solidários. Isso, pois enquanto políticas de Estado, elas deixariam de possuir caráter transitório de políticas de governo, já que seriam absorvidas pela estrutura do estado (SCHIOCHET, 2009).

As políticas públicas podem ser entendidas:

[...] tanto como uma área de conhecimento, como o próprio objeto dessas políticas. Enquanto área do conhecimento, correspondem a um conjunto de estudos e análises sobre questões e temas relativos ao Estado, seu papel e suas instituições (pensamento europeu), ou enfatizam, mais especificamente, a própria “ação ou produção dos governos” (reflexão teórica estadunidense) (Souza, 2006). Tais reflexões oferecem modelos, tipologias e conceitos para se compreender a incorporação dessas ações do governo (ou Estado) e seus impactos sobre a sociedade [...] A política pública é a própria iniciativa do governo (ou do Estado) que se organiza em planos, programas e ações. É importante reconhecer que a “não-ação”, a negligência do Estado ou governo também integra esse conceito. No Estado moderno e seus governos democráticos, o âmbito da política pública é a cidadania, entendida como a

relação entre Estado e sociedade civil mediada pelos direitos (SCHIOCHET, 2009, p. 268).

Souza (2007, p. 75) constata que “[...] crenças, valores e idéias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas [...]”. A participação e a articulação populares possibilitam a conquista de direitos sociais, o que é remetido diretamente ao exercício da cidadania. Nesse sentido, por meio da democracia, os esforços desempenhados por diversos setores sociais visando melhores condições de vida, levam à elaboração de políticas públicas, que devem ser contínuas, planejadas, estruturadas e avaliadas (FERREIRA, 2008).

As políticas públicas podem ser executadas pela elaboração de projetos, programas e criação de serviços, que devem seguir o conteúdo desenvolvido a partir das demandas sociais indicadas aos governos. A necessidade de que as políticas públicas sejam regulamentadas decorre da importância de que elas sejam consideradas políticas de Estado e não apenas como um programa de governo, o que poderia colocar as ações desenvolvidas em risco no caso de troca de governos. É nesse sentido que a não regulamentação de políticas públicas de economia solidária pode desestabilizar os EES que possuem parcerias com os governos municipais.

Considerando a estruturação do movimento da economia solidária e seus princípios, remete-se à própria economia solidária a realização de uma conexão entre políticas públicas (Estado), comunidades e mercados com a proposta de um equilíbrio entre ambos (FERREIRA, 2008). Para isso, a visão de que deva existir uma ‘economia do assalariamento e de geração de empregos’ é deslocada para uma que priorize a busca de uma ‘economia de geração de trabalho e renda’.

Delimita-se aqui uma perspectiva ‘solidarista’ da economia solidária, a qual se refere não somente à propagação do acesso aos direitos sociais e à proteção mínima tanto do Estado quanto dos mercados, mas também ao desenvolvimento de uma solidariedade comunitária que não aceita simplesmente práticas compensatória, mas sim a priorização de uma dinâmica que vise o bem-estar (ARAÚJO; SILVA, 2005).

2.2 OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. [...]

Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência inter-capitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade (SINGER: 1997, p. 13).

Essa passagem do texto de Paul Singer descreve claramente sua posição sobre a economia solidária: a constituição de um novo modo de produção. Sobre isso, Singer (2000) discorre que o modo de produção solidário é vítima de algumas críticas que o consideram um sistema “híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias” (p. 13). Porém, o autor defende que o sistema econômico-solidário supera ambos, já que seus empreendimentos possuem princípios organizativos totalmente contrários ao acúmulo de capital, à hierarquia verticalizada e à centralização dos meios de produção.

Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários [...] (SINGER, 2000, p. 28)

Singer (2002b) ainda defende que ao invés da economia solidária aproveitar as brechas do capitalismo é necessário que ela tenha uma dinâmica própria para que a economia e a sociedade se organizem em prol da superação do jogo de classes capitalista, propiciando condições igualitárias.

Singer (2002) destaca a necessidade de que os trabalhadores dos EES conheçam os princípios da economia solidária, citando as atividades de formação como importantes nesse processo, já que a mudança do modo de organização do trabalho e do modo de produção, partindo das características capitalistas para as solidárias, exige a educação constante de seus atores por envolver a necessidade de transformar hábitos enraizados culturalmente.

Nesse sentido, Cruz (2006) descreve que para um empreendimento econômico solidário ter sucesso, é necessário haja:

- a) a democracia e o espírito de solidariedade presentes no grupo;
- b) a qualificação profissional, que repercute sobre o produto ou serviço oferecido;
- c) a capacidade de gestão, indicada pelo espírito e pela qualificação empreendedora do grupo ou de suas lideranças (aproveitamento de oportunidades de negócios, busca de diversificação, adequação ao mercado, planejamento estratégico etc.).

De acordo com o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES, 2013, p. 1), sobre os levantamentos da quantidade de empreendimentos econômico-solidários no país:

O primeiro levantamento ocorreu em 2005 quando foram mapeados 14.954 EES. Este levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905 EES [...] A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663 EES. Portanto, desde 2004 o SIES já identificou 33.518 EES em todo o território nacional.

A cooperados são usuários e donos de seus EES, organização que propicia um modelo autogestionário. As cooperativas têm potencial relevante no combate ao desemprego, melhorando a condição econômico-social dos trabalhadores (SINGER, 2002b).

Singer (2002a) considera que a hegemonia capitalista, por não conseguir absorver toda a população economicamente ativa, não impede o aparecimento e evolução de outras formas de produção sendo que a lógica cooperativista, desde o século XIX, foi sempre empregada em oposição à lógica hegemônica.

As cooperativas podem ser definidas, de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI, tradução nossa), como:

[...] empreendimentos de propriedade e administrado por e para os seus membros. Os membros são clientes, empregados ou habitantes que têm mesma voz nas decisões e igual participação nos excedentes. [...] Como empresas impulsionadas por valores não voltados para o lucro, as cooperativas compartilham princípios acordados internacionalmente e atuam em conjunto para construir um mundo melhor através da cooperação.

Hiriart (1990), complementarmente define cooperativa como “uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços a seus associados”.

Segundo Carvalho (2010, p.40), o cooperativismo tem sete princípios: “adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade”. A autora esclarece que estes princípios foram formulados pelos Pioneiros de Rochdale, e que passaram por uma atualização no Congresso da ACI, em 1995.

No site da ACI, encontram-se informações de que as cooperativas bem sucedidas pelo mundo pelo trabalho desenvolvido têm gerado emprego e renda, propiciando respostas positivas no combate à pobreza. Porém, para que as cooperativas sejam bem desenvolvidas e tenham bons resultados sociais, como indica a ACI, os cooperados necessitam de inúmeras habilidades e conhecimentos para que possam realizar as atividades necessárias dentro dessa forma de organização (FRANCESCHINI, 2011).

Utilizando-se de uma brecha do sistema capitalista, a economia solidária conseguiu plantar uma semente sobre o que significa e desde então passou a se desenvolver buscando não ser somente uma alternativa de organização frente ao desemprego, mas sim uma alternativa de sistema produtivo, que prioriza novas formas de relação, o que vem mostrando ao longo dos anos desde o seu surgimento através dos resultados que é capaz de alcançar,

2.2.1 A organização dos catadores de materiais recicláveis

Considerando o cenário de desenvolvimento do capitalismo, em épocas de Revolução Industrial, o desemprego foi o resultado da substituição da mão de obra humana pelo trabalho das máquinas, decorrente do grande avanço tecnológico. Em busca de alternativas de sobrevivência, a mão de obra excedente e desempregada migrou para o mercado informal de trabalho (ANTUNES, 2007; CASTEL, 2009). Este cenário resultou no aumento da disputa por trabalho e renda, diminuindo o poder dos trabalhadores sobre seus direitos (POCHMANN, 2001) e possibilitando ao empregador definir o valor a ser pago pelo trabalho, caracterizando um quadro de exploração da mão de obra dos trabalhadores e de consequente precarização do trabalho (SINGER, 1999).

A realização da catação como uma atividade de geração de renda, surgiu historicamente nesse período de constante crescimento do desemprego (MNCR, 2005). A princípio, o catador trabalhava em condições precárias, além de ser marginalizado socialmente. Alguns possuíam vínculo com proprietários de carrinhos, os quais utilizavam para trabalhar. Os catadores consideravam-nos benfeitores, manifestando sentimento de gratidão e exercendo uma atitude passiva por se sentirem devedores e sem o direito de reclamar quando algo os incomodava (CRAVO; KRAEMER, 1983).

Esta condição ilustra a falta de consciência do catador sobre a importância de seu trabalho, já que mesmo com “[...] toda a discriminação que sofrem as pessoas que o praticam [o trabalho de catador], este não está desvinculado do sistema produtivo” (CRAVO; KRAEMER, 1983, p. 191).

As indústrias inseridas na cadeia da reciclagem possuem uma grande demanda por resíduos recicláveis, o que resulta em um aumento considerável do número de catadores, principalmente nas grandes cidades (FERREIRA, 2008). Essa necessidade evidencia que o:

[...] subemprego e as atividades aparentemente irregulares e marginais não significam exclusão do sistema, mas uma forma particular de inserção, que permite a expropriação do valor por esta categoria, concretizando-se assim a

lógica da acumulação, mesmo nos espaços onde as relações de produção não se manifestam como tipicamente capitalistas (CRAVO; KRAEMER, 1983, p.186)

Em 1998, com o objetivo de discutir a situação das famílias de vivem do lixo, surgiu o Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Sua principal motivação era erradicar o trabalho de crianças e adolescentes e criar alternativas ao trabalho dos catadores adultos para que tivessem melhores condições. Nesse sentido, buscava também a erradicação dos lixões. Este fórum atua até os dias atuais, existindo também outros fóruns, criados nos âmbitos municipal e estadual, que compartilham o mesmo objetivo do Fórum Nacional, favorecendo a ampliação de “programas de recuperação e reciclagem com inclusão dos catadores” (GRIMBERG, 2007, p. 15).

Em 1999, ocorreu o I Encontro Nacional de Catadores de Papel, durante o qual surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), porém seu reconhecimento ocorreu somente em 2002, como resultado da luta dos catadores em busca de melhores condições de trabalho e inclusão social (MNCR, 2012a). Este reconhecimento foi importante considerando que a organização dos trabalhadores em movimentos “pode contribuir para melhorar a sociedade, com novas oportunidades de trabalho, justiça social e maior equilíbrio na distribuição de renda” (PINHEL; ZANIN; MÔNACO, 2011, p. 65). O MNCR procura uma transformação social que contemple uma sociedade justa para todos, o que depende do fim da indiferença, da constituição de relações solidárias e da participação do trabalhador em espaços de decisão (MNCR, 2013).

Atualmente, o MNCR possui uma organização interna referente ao organograma da Figura 1. Essa organização facilita a articulação política do movimento, que é baseada na democracia direta. Os catadores representantes de cada instância, consideradas espaços deliberativos, são eleitos periodicamente por catadores de instâncias anteriores. A Comissão Nacional é responsável, através da Equipe de Articulação, por encaminhar as decisões deliberadas (MNCR, 2012). Os catadores eleitos representantes dos comitês e comissões das diversas instâncias são responsáveis por articular as demandas dos catadores com os governos de cada esfera correspondente. A participação de apoiadores permeia esse processo, contribuindo tanto com a articulação seus saberes junto aos dos catadores para potencializar as decisões e ações do movimento, quanto para a busca de efetivação dos direitos dos catadores e de políticas públicas para esta população.

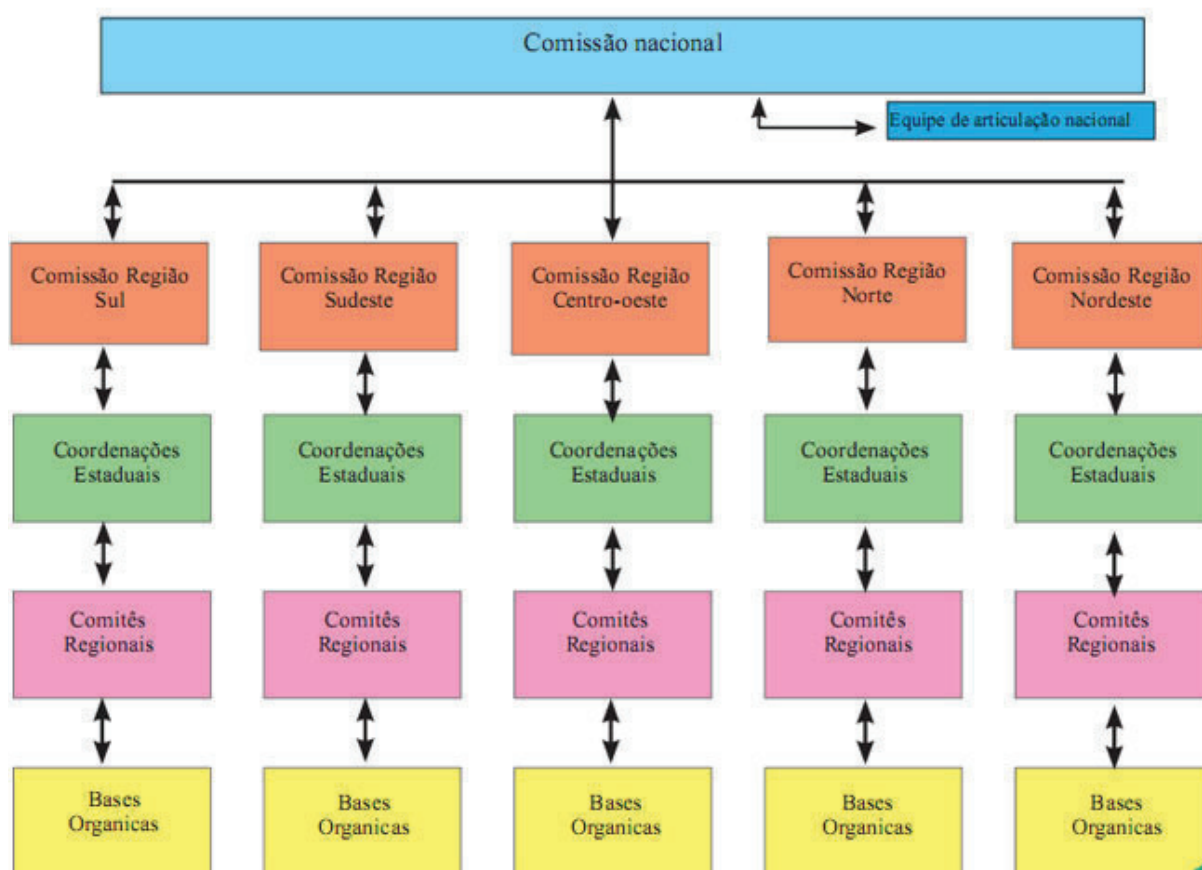


Figura 1 – Organograma (MNCR, 2012b)

Nas palavras do próprio MNCR (2013), ele pode ser considerado como:

[...] um movimento social que [...] vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome. Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade.

‘Catador de materiais recicláveis’ é uma categoria de trabalho que foi reconhecida como ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002. Apesar desse reconhecimento tardio, constata-se que a catação surgiu no mundo do trabalho em torno dos anos 1950 (MNCR, 2005). A definição de ‘catador de materiais recicláveis’ como uma categoria de trabalho pela CBO foi uma conquista do MNCR.

A CBO tem a função de nomear as atividades encontradas no mercado de trabalho e dispor sobre suas funções. Em relação à ocupação de ‘Catador de Material Reciclável’

registrado sob o código 5192-05, defini-se que são catadores as pessoas que “Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (BRASIL, s.d., n.p.), dentre os quais se incluem “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)” (BRASIL, s.d., n.p.).

A CBO também institui que para o catador desenvolver as atividades que se remetem à sua ocupação, ele necessita ter diversas habilidade que podem ser visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Habilidades necessárias aos catadores de materiais recicláveis

Continua...

A) Coletar material reciclável e reaproveitável	
1 - Puxar carroça, carrinho; 2 - Conduzir carroça de tração animal; 3 - Conduzir veículo (perua, caminhão); 4 - Estabelecer roteiro de coleta; 5 - Pedir material nas residências; 6 - Procurar material nas caçambas de rua; 7 - Verificar pontos de coleta; 8 - Coletar material nas residências;	9 - Coletar material junto às comunidades; 10 - Coletar material nos pontos de coleta; 11 - Coletar material nos estabelecimentos comerciais; 12 - Coletar material nos condomínios; 13 - Coletar material em empresas (indústrias); 14 - Percorrer os pontos de coleta; 15 - Carregar carrinho, carroça, caminhão, perua; 16 - Procurar novos pontos de coleta.
B) Dar entrada no material	
1 - Conferir a balança; 2 - Descarregar caminhão, perua, carrinho, carroça; 3 - Conferir material; 4 - Pesar material reciclável separado;	5 - Contar vasilhames retornáveis; 6 - Colocar material na caçamba; 7 - Pesar caminhão; 8 - Pesar o lixo não reciclável.
C) Separar o material coletado	
1 - Triar material reciclável e não reciclável; 2 - Triar material reciclável por tipo (papel, vidro, ferroso, não-ferroso, plástico); 3 - Triar material por qualidade (papel branco, papel arquivo, plástico mole, material fino não ferroso);	4 - Colocar material não reciclável em contêineres, latões, sacos, etc.; 5 - Anotar material separado; 6 - Separar doações; 7 - Encaminhar o lixo para o transbordo.
D) Preparar o material para a expedição	
1 - Prensar o alumínio; 2 - Prensar o plástico; 3 - Amarrar os fardos; 4 - Tirar grampos de papel;	5 - Tirar espiral de caderno; 6 - Tirar rótulos das embalagens plásticas; 7 - Ensacar material (alumínio, plásticos).
E) Realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho	
1 - Fabricar carrinhos, carroça; 2 - Pintar carrinho, carroça; 3 - Fazer manutenção do carrinho, carroça; 4 - Varrer o chão das instalações da cooperativa; 5 - Lavar banheiros das instalações da cooperativa; 6 - Lavar quintal da cooperativa; 7 - Trocar pneu de carrinho; 8 - Limpar o carrinho, carroça;	9 - Arrumar material nas caçambas; 10 - Recolher material do chão; 11 - Limpar pátio da cooperativa (galpão); 12 - Limpar a prensa; 13 - Limpar a balança; 14 - Retirar água de recipientes; 15 - Tratar animais; 16 - Realizar manutenção de veículos.
F) Divulgar o trabalho de reciclagem	
1 - Conversar com a população de porta em porta; 2 - Divulgar eventos; 3 - Prestar informações sobre coleta seletiva e materiais recicláveis;	4 - Entregar folhetos; 5 - Orientar sobre preservação do meio ambiente; 6 - Divulgar o trabalho da cooperativa.

Conclusão.

G) Administrar o trabalho	
1 - Vender material; 2 - Comprar material; 3 - Negociar preços; 4 - Coordenar o trabalho dos cooperados; 5 - Controlar gastos; 6 - Prestar contas; 7 - Definir escalas; 8 - Fazer lista de material; 9 - Participar de reuniões administrativas; 10 - Participar de reuniões para tomada de decisões (assembleias geral, ordinária e extraordinárias);	11 - Participar de comissões, comitês; 12 - Organizar assembleias gerais com cooperados; 13 - Organizar cursos de capacitação para cooperados e familiares; 14 - Promover ajuda aos cooperados mais necessitados; 15 - Organizar eventos sociais da cooperativa; 16 - Estabelecer parcerias com empresas, órgãos governamentais, Ong's, etc.; 17 - Organizar campanhas de esclarecimento; 18 - Contratar serviços de calibração de balanças.
H) Trabalhar com segurança	
1 - Vestir equipamento de proteção individual; 2 - Vacinar-se; 3 - Realizar exames de saúde periódicos; 4 - Desinfetar ferimentos;	5 - Vestir faixa de sinalização cintilante (colete); 6 - Vestir proteção contra chuva, sol (capas, bonés, sapatos, etc.); 7 - Vestir uniforme da cooperativa.
I) Competências pessoais	
1 - Demonstrar prudência; 2 - Demonstrar paciência; 3 - Organizar-se (associações, cooperativas); 4 - Valorizar-se como profissional; 5 - Demonstrar espírito de prosperidade; 6 - Demonstrar educação; 7 - Demonstrar eficiência; 8 - Demonstrar agilidade (esperteza);	9 - Demonstrar sinceridade; 10 - Demonstrar honestidade; 11 - Auto-organizar-se; 12 - Demonstrar criatividade; 13 - Demonstrar perseverança; 14 - Demonstrar jogo de cintura; 15 - Demonstrar capacidade de atenção constante; 16 - Demonstrar habilidade de puxar carroça; 17 - Proteger-se contra a violência na rua.

FONTE: BRASIL (s.d.).

Visando capacitar o catador para que ele tenha ferramentas para organizar e defender o seu trabalho, o MNCR organiza diversos encontros regionais, nos quais foram constituídos Comitês Regionais, referidos na Figura 1, para potencializar esse trabalho.

Existe a reflexão junto ao MNCR de que o serviço prestado pelos catadores promove resultados que seriam primordialmente de responsabilidade do governo federal (como preservar o meio ambiente e prolongar a vida útil dos aterros sanitários). Desse modo, passou a defender a existência de uma política de coleta seletiva nacional que permitisse a gestão integrada dos resíduos sólidos (FERREIRA, 2008).

A coleta seletiva:

[...] não é a separação de materiais em si, mas uma etapa entre esta separação e o processo de reciclagem (ou outro destino alternativo aos aterros e incineradores). Este termo aplica-se, portanto, ao recolhimento diferenciado destes materiais (já separados nas fontes geradoras), por catadores, sucateiros, entidades, prefeituras, etc., normalmente em horários pré determinados, alternados com a coleta do lixo propriamente dito. Deve ficar claro, portanto, que não adianta separar materiais do lixo se não houver um sistema de recolhimento especial, a *coleta seletiva* de lixo, que permita que os materiais separados sejam recuperados para reciclagem, reuso, ou compostagem (POLIS, 1998, p. 15).

É importante explicar que mesmo existindo a denominação “catador de materiais recicláveis”¹, conceitualmente o catador trabalha com resíduos recicláveis, pois conforme Logarezzi (2006, p. 105), o material é:

Fase sólida que compõe parte de um objeto qualquer e que apresenta propriedades características, consistentes com os desempenhos estrutural, estético e funcional da aplicação a que se destina a parte do objeto composta pelo material [...] Essa fase (material) pode ser homogênea [...] ou heterogênea [...] mas distingue-se do resíduo, uma vez que um resíduo em geral é composto por diferentes materiais Nesse sentido, não se faz coleta de materiais (recicláveis), mas coleta de resíduos (recicláveis).

Para Singer, sendo a cooperativa “[...] uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e desenvolvimento da auto-ajuda e ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores” (2002b, p. 89), ela possibilita inúmeras vantagens aos catadores organizados, como vendas a preços maiores e compras a preços menores, o que ocorre pelo aumento da quantidade de materiais a ser comercializados. Ela contribui também para potencializar a luta dos catadores por seus direitos, já que representa os catadores defronte ao poder público, por se constituir em uma entidade política e econômica.

Para Grimberg (2007), existem diferenças entre os catadores cooperativados e os não cooperativados. Os catadores que não estão organizados possuem uma melhor remuneração por coletarem somente resíduos de maior valor econômico. Eles também acabam recebendo sua remuneração diariamente ou semanalmente por venderem o material com mais frequência pelo fato de não possuírem local adequado para estocá-lo. Porém, o autor aponta que capacitar o catador para que compreenda o trabalho coletivo e a sua organização possibilitará, em uma perspectiva de longo prazo, que haja melhores resultados econômicos e sociais, em comparação às atividades individuais.

As cooperativas possuem uma organização do qual os novos membros apresentam dificuldade em participar, o que indica a necessidade de que ocorra um processo de aprendizagem frequente que permitirá a existência de respeito e confiança entre os cooperados, incluindo os que ocupam funções administrativas e fiscais. Esta relação ocorre pela possibilidade de que os novos membros compreendam o funcionamento desse tipo de empreendimento, que não prevê hierarquias de poder. (GRIMBERG, 2007).

Considerando duas situações envolvendo os catadores: uma em que ele trabalha ‘por conta’, e outra na qual ele está inserido em uma cooperativa, pode-se refletir que esta

¹ Optou-se por utilizar nesse trabalho a denominação ‘Catador de Materiais Recicláveis por se considerar que é desse modo que os catadores se reconhecem, identidade que determinou inclusive a nomenclatura junto à CBO.

inserção, para ser efetiva, demanda condições e planejamento para que o catador compreenda o que é uma cooperativa e mais ainda, o que é um EES. Esta compreensão permite que o cooperado desperte um real interesse sobre as atividades desenvolvidas e que o empreendimento se fortaleça com isso senão, esta inserção significará apenas mais uma possibilidade de gerar renda.

Mesmo organizado em cooperativas, o catador, assim como o movimento de economia solidária, demanda a criação de políticas públicas para que este trabalhador seja incluso legalmente na cadeia da reciclagem. Estas políticas também devem propiciar que um maior número de materiais seja destinado às associações e cooperativas de catadores para que elas se apoderem de algo que há muito tempo tem sido sua responsabilidade, mesmo que informalmente: a catação e comercialização de materiais recicláveis.

São exemplos de políticas públicas para catadores, o Decreto de 11 de setembro de 2003, que cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo e o Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006, que “institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências”.

Os catadores buscam pelas parcerias com o Estado:

[...] a exclusividade da coleta de materiais recicláveis; o pagamento pelos serviços prestados de coleta; controle sobre a cadeia produtiva de materiais recicláveis; a conquista de moradia, saúde, educação, creches para os catadores e suas famílias; e que ocorra o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos.(FERREIRA, 2008, p. 76-77).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - instituída pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto n. 7404/2010 em ato ocorrido na EXPO CATADORES -, é um marco importante para a gestão dos resíduos sólidos no Brasil pois até o seu surgimento, não existia outro instrumento legal com diretrizes que orientassem a gestão dos resíduos sólidos. Anteriormente, haviam apenas normas, estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 2012).

Dentre os diversos pontos abordados nessa lei estão: a necessidade de coleta seletiva e o incentivo ao fortalecimento da atuação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a gestão dos resíduos sólidos (BRASIL, 2012). Esta lei é um importante marco na luta pelo reconhecimento do trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Cravo e Kraemer (1983) indicam que na década de 1980, os catadores eram responsáveis por 60% dos resíduos disponíveis para as indústrias de reciclagem no Brasil. Atualmente, esta porcentagem chega a 90% (BRASIL, s.d.), demonstrando a importância destes trabalhadores na cadeia de reciclagem. Além disso, nos últimos anos, considerando-se o início do século XXI, aumentou o número de catadores organizados em EES, enquanto alternativa aos trabalhadores que procuram formas de obter trabalho e renda (MNCR, 2005). Porém, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012):

A dificuldade de precisar a quantidade de catadores atuantes no Brasil se encontra no preconceito social em torno da profissão, disse Igor Ferraz. O IBGE alega que existem atualmente 70 mil, os institutos Cáritas e Póllis dão conta de 500 mil pessoas. Já o Pangea/UFBA e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis afirmam que há no Brasil 800 mil trabalhadores da catação de recicláveis. O intervalo sugerido no Comunicado, levando em consideração todas essas fontes, fica em 400 mil e 600 mil catadores.

Atualmente, observa-se nas cooperativas de catadores, que elas não são formadas somente por antigos catadores informais ou de lixões, mas também por outros trabalhadores desempregados que muitas vezes enxergam as cooperativas como uma passagem em suas vidas, enquanto não encontram uma vaga de emprego com registro em carteira de trabalho.

Partindo desta realidade, reflete-se que além de preocupações com a formação dos cooperados em relação aos princípios da economia solidária e do cooperativismo como formas de garantir a sustentabilidade do empreendimento e a efetividade de suas características econômico-solidárias, é necessário refletir sobre a identificação do indivíduo com o trabalho realizado.

O trabalhador informal passa por diversas situações de sofrimento, que vão de físicas - pela falta de condições adequadas de trabalho, por exemplo - a psíquicas - pela insegurança e/ou instabilidade na obtenção de renda. O catador “informal”, além desses sofrimentos, ainda carrega outro que se refere a um estigma social que lhe é imposto e que associa o trabalhador ao lixo. Esta visão excludente e preconceituosa é dia-a-dia superada principalmente entre os catadores incluídos em EES, os quais passam a possuir acesso a diversos recursos. Porém, a adesão de indivíduos, aos empreendimentos, que ainda não passaram por esse processo de identificação/superação característico do trabalho de catador, pode desestabilizar um empreendimento desta natureza.

Esta consideração se respalda em conhecimentos empíricos e reflexões da teoria apresentada e leva à ponderação de que quando não há identificação do indivíduo com o empreendimento, aumenta-se a rotatividade de cooperados juntamente com a necessidade de

uma conscientização mais constante. Questionando-se como pode ocorrer a livre adesão de indivíduos a uma instituição que desconhecem, chega-se à conclusão de que a aquisição de conhecimentos sobre a natureza do empreendimento deva ocorrer antes da adesão de novos sócios aos EES.

Os catadores passaram por um longo processo de conscientização política e social antes de se organizarem em cooperativas para que pudessem buscar condições sustentáveis para o empreendimento. Eles possuem no MNCR a representação de sua identidade de catador e sugere-se que a presença de não-catadores em seu ambiente de trabalho deve também interferir de alguma forma nesse aspecto.

Mais uma vez se observa que a efetivação de políticas públicas que auxiliem na organização dos EES, frisando-se aqui os de catadores, e possibilitem sua sustentabilidade é de absoluta importância para que o empreendimento tenha condições de equilibrar e compreender essa situação de “necessidade-de-trabalhadores” versus “falta-de-trabalhadores-catadores” da melhor forma.

Por outro lado, a economia solidária se constitui como uma opção ao sistema capitalista e possui a capacidade de inclusão econômico-social como um eixo pertinente aos benefícios que propicia a seus atores. Então, a aproximação destes indivíduos, desempregados e deveras excluídos do sistema econômico hegemônico, de empreendimentos de natureza e funções diversas às suas habilidades, pode constituir um fator importante para a disseminação dos princípios econômico-solidários a populações que ainda os desconhecem.

Independente dos motivos que levaram o desenvolvimento de cooperativas de catadores a esta situação atual, a existência de cooperados que não eram catadores anteriormente é um fato e que merece atenção, bem como ser mais bem analisado. A elaboração de estudos e intervenções é importante para o movimento da economia solidária pelas questões apresentadas que envolvem por um lado, a alta rotatividade, a instabilidade e a falta de identificação do trabalhador com os EES, e por outro, a possibilidade de incluir indivíduos econômico-socialmente e disseminar princípios econômicos solidários.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SP

Existe no município de São Carlos-SP, como uma política de desenvolvimento transversal, o “Programa de Fomento à Economia Solidária”, destacado como estratégico no que diz respeito à geração de trabalho e renda. Ele é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda em parceria com outras Secretarias e Fundações Municipais.

Através desse Programa, os EES de São Carlos são apoiados e assessorados, dentre os quais encontram-se cooperativas, associações, redes e cadeias produtivas (SÃO CARLOS, s.d.).

Em 2010, através da Lei n. 15.196, o Programa de Fomento à Economia Solidária foi institucionalizado, com a previsão de consolidação de empreendimentos já existentes e fomento a novos.

Dentre as atividades fomentadas, podemos citar:

- a) Cadeia Produtiva de Resíduos;
- b) Cadeia Produtiva de Alimentos e Gastronomia;
- c) Finanças Solidárias;
- d) Artesanato.

Nas atividades referentes à Cadeia de Resíduos Sólidos, inclui-se o EES pesquisado nesse trabalho, a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos-SP (COOPERVIDA). Consta no site da Prefeitura, as seguintes informações sobre essa atividade de fomento:

A cadeia de resíduos sólidos consiste na articulação entre empreendimentos solidários, Poder Público e entidades privadas que atuam na coleta, triagem e processamento dos resíduos sólidos do município.

A PNSB (Política Nacional de Saneamento Básico) Lei Federal n. 11.445/2007, alterou a Lei Federal 8666/93, permitindo que o poder público contratasse, com dispensa de licitação, cooperativas de catadores para operação de sistemas de coleta seletiva.

Neste contexto, desde março de 2010, a Coopervida é contratada pela Prefeitura Municipal para prestação de serviço de coleta seletiva. Por meio do contrato, recebe repasses de recursos financeiros, com base no atendimento de metas de coleta seletiva, que incrementam sua receita. Em 2011, a Coopervida manteve o quadro de 60 cooperados e coletou a média de 130 toneladas de materiais recicláveis mensalmente. (SÃO CARLOS, s.d., n.p.)

A economia solidária no município é composta pelos seguintes dispositivos e recursos vinculados ao governo municipal (SÃO CARLOS, s.d.):

- a) Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES): inicialmente fez parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDSCT), tendo sido criado pela Lei 13.486/2004. Atualmente, pela lei 14.845/2008, vincula-se à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER). Tem como objetivo, desenvolver o Programa de Fomento à Economia Solidária e buscar e disponibilizar recursos (dentre diversos, podemos citar os

recursos humanos, físicos, institucionais e financeiros) tanto públicos quanto privados em apoio à organização de EES. As ações do DAES envolvem:

Criação de novos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e consolidação de EES já existentes, potencializando as articulações entre eles, com vistas à superação de situação de extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda, além de contribuir para o fortalecimento da organização social e política da comunidade dos territórios da zona sul (Antenor Garcia, Presidente Collor, Cidade Aracy I, Cidade Aracy II, Jardim Gonzaga) e zona norte (Distrito de Santa Eudóxia), dos EES e do controle social da política pública de fomento a Economia Solidária buscando a inclusão e o acesso à cidadania. Serão realizados cursos de capacitação e formação técnica nas áreas: estética e beleza, alimentação, costura, além de consultorias específicas para os EES já existentes nas áreas: produção agrícola, contabilidade, administração, finanças solidárias, cultura, engenharia de produção. (SÃO CARLOS, s.d., n.p.).

- b) Centro público de economia solidária “Herbert de Souza – Betinho”: criado em 2008, é considerado tanto difusor quanto acolhedor administrativo dos empreendimentos de economia solidária do município;
- c) Centro de Documentação em Economia Solidária (CEDOC): localizado no Centro Público de Economia Solidária, possui diversas publicações, informações e documentações sobre Economia Solidária, os quais estão disponíveis para a consulta de toda a população;
- d) Conselho Municipal de Economia Solidária e Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária: foi criado pela Lei n. 15.853/2011, sendo vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e constituindo-se em um órgão consultivo e deliberativo. É composto por 20 membros, sendo 50% da sociedade civil e 50% do Poder Público;
- e) Coordenadoria do Meio Ambiente de São Carlos: responsável por fiscalizar o empreendimento (COOPERVIDA), de acordo com o contrato feito com a Prefeitura. Outras ações dessa Coordenadoria em relação à cooperativa são: divulgar, orientar e informar a população sobre as informações que constam no contrato.

Existe ainda o Fórum Municipal de Economia Solidária que visa o desenvolvimento do movimento da economia solidária no município. É uma organização democrática composta pelos atores municipais da Economia Solidária. Dentre suas principais atividades, pode-se citar (SÃO CARLOS, s.d., n.p.):

- Discussão, troca de ideias e informações sobre os empreendimentos e sobre Economia Solidária;
- Organização de eventos relacionados à Economia Solidária;
- Formulação, implementação e monitoramento de propostas para o fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária;
- Representação de São Carlos em outros espaços de discussão de Economia Solidária;
- Aproximação e integração entre os empreendimentos.

Em relação à catação de materiais recicláveis no município de São Carlos, de acordo com Cliquet *et al* (2005), haviam em torno de 40 catadores catando no aterro sanitário no ano de 2001. Este foi um ano de tentativa de organização da coleta seletiva no município, bem como dos catadores. Essas ações estavam inclusas no Programa “Futuro Limpo” (Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos), que ocorreu articulado com o Programa de Fomento em Economia Solidária (MARTINS; SORBILLE, 2011).

A construção do projeto piloto de coleta seletiva na área urbana ocorreu de forma participativa. Em todo o processo, a prefeitura contou com a colaboração do Fórum Comunitário do Lixo, um grupo de entidades e cidadãos interessados na solução das questões relativas ao lixo urbano, além da Comissão Gestora e do Grupo de Educação Ambiental, ambos formados por uma combinação de funcionários da prefeitura e representantes da sociedade (CLIQUET *et al.*, 2005, p. 57).

Em 2008, foi firmado convênio entre a prefeitura e três cooperativas de catadores, que haviam sido organizadas e estavam cada uma atendendo a determinada região de São Carlos: Cooletiva, Coopervida e Ecoativa. Diversas ações foram feitas, sendo possível atender nesse momento 60% da área urbana da cidade. As cooperativas “ficavam responsáveis pela coleta seletiva, manuseio, triagem, prensagem, recuperação e comercialização dos resíduos coletados” (FRACESCHINI, 2012, p. 72).

Em 2010, as cooperativas foram unificadas em uma única, denominada COOPERVIDA, e de acordo com Martins e Sorbille (2011), no convênio firmado com a Prefeitura constava o repasse de um valor calculado pela delimitação de uma coleta mínima mensal, sendo que quanto mais alta fosse essa quantidade, mais aumentava o repasse. Estavam incluídos nesse convênio também valores de férias, INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e um valor de retirada mínima para cada cooperado.

A economia solidária no município de São Carlos possui outros apoiadores além dos órgãos municipais, dentre os quais podemos citar:

- a) O Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol): este núcleo desenvolve suas ações em economia solidária desde 1998, quando ainda era a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar). Trabalha com projetos de ensino, pesquisa e extensão e com atividades de incubação de empreendimentos econômico-solidários. Ele também desenvolve outras ações dentre as quais a formação de alunos e a produção de conhecimento (NUMI-ECOSOL).
- b) Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL): é uma associação civil que busca melhorar as condições de vida e trabalho, defendendo os interesses da classe trabalhadora. Ela objetiva o desenvolvimento da economia solidária, o fortalecimento dos princípios cooperativistas e a promoção de debates sobre os temas quando há necessidade de modificações, além de prover representação política aos empreendimentos (UNISOL, s.d.).

Ambos os apoiadores citados atuam conjuntamente à COOPERVIDA. Em relação ao movimento da economia solidária no município de São Carlos, é importante esclarecer que existem diversos outros atores envolvidos.

Dentre as possibilidades que o contato entre os diversos atores da economia solidária (apoiadores, membros de empreendimentos, etc) produz, cita-se a de que os empreendimentos se estabilizem pela troca de conhecimentos que permite aos cooperados o desenvolvimento de potencialidades necessárias para realizar sua função. O domínio do cooperado sobre a natureza de seu EES e sobre os princípios da economia solidária fortalecem a possibilidade de instaurar um nível adequado de autogestão no empreendimento.

Um espaço importante a ser citado para que hajam discussões e sejam elaboradas diretrizes para a criação de políticas públicas municipais, é o da Conferência Municipal de Economia Solidária, a qual ocorreu em sua primeira vez, no dia 05/05/2012. As conferências foram historicamente construídas como espaços importantes de participação social, possibilitando que diversos segmentos da sociedade debatam assuntos pertinentes e indiquem suas opiniões, sugestões e necessidades.

Desse modo, a economia solidária no município se mostra amparada em diversos recursos que possibilitam o seu desenvolvimento, ainda que exista a fragilidade da sua não regulamentação enquanto política.

2.3.1 O campo de pesquisa: a COOPERVIDA

Para caracterizar o campo de pesquisa, ou seja, a COOPERVIDA, foram utilizados artigos, relatórios, textos acadêmicos e outros documentos que tratassem sobre a cooperativa. Complementarmente, foram utilizadas também notícias de jornais nas quais constavam relatos dos cooperados sobre as situações vivenciadas pelo empreendimento. A utilização de fontes midiáticas é interessante pela possibilidade de serem confrontadas com dados empíricos. Para este trabalho foram utilizadas somente as notícias que possuem esse prévio confronto, resultando na confirmação dos dados.

A importância de caracterizar esse espaço ocorre pela necessidade de elaborar parâmetros para análise da teoria e dos dados coletados, pois pela contextualização das vivências do empreendimento, agrega-se conhecimento para que essas análises ocorram a partir do contexto em que o empreendimento está inserido.

Os dados apresentados sobre o empreendimento e sua situação no momento em que foi realizado o trabalho de campo, foram obtidos a partir dos dados anotados em um diário de campo.² Eles foram importantes por possibilitar compreender se o contexto atual possui diferença em relação aos estudos anteriores sobre o empreendimento, bem como o que influenciou possíveis mudanças ou a manutenção de características. Para essa comparação, foram utilizados dados de outras pesquisas desenvolvidas sobre a COOPERVIDA.

O empreendimento era constituído no momento do trabalho de campo, por 56 cooperados. A COOPERVIDA é o resultado da unificação, em 2010, de três cooperativas de catadores existentes anteriormente. Este resultado foi alcançado com a parceria entre o DAES e a INCOOP/UFSCar, (ZANIN *et al.*, 2011).

A INCOOP/UFSCar, foi sucedida pelo NuMI-EcoSol, que pode ser descrito como uma unidade de ensino, pesquisa e extensão, criado por meio da Resolução ConsUni, 698, de 12 de agosto de 2011, e que é ligada diretamente à Reitoria da UFSCar, o que leva a contemplar o previsto no Plano de desenvolvimento Institucional de 2004 da UFSCar.

A incubadora realizou intervenções a partir de uma meta referente ao avanço na cadeia produtiva da reciclagem, do Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas - FASE II (Processo FAPESP no. 2007/55393-6), intitulado “Proposição de diretrizes para políticas públicas em

² O trabalho de campo, desenvolvido pela técnica da observação participante, será descrito, bem como seus dados apresentados considerando os princípios da economia solidária, no capítulo “Percurso Metodológico”. Porém considerou-se que parte de seu conteúdo constituía importante material escrito para caracterizar o empreendimento e foi utilizado neste capítulo.

Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP”.

A aproximação do pesquisador com a COOPERVIDA ocorreu através de atuação conjunta ao NuMI-EcoSol e toda a relação construída com o empreendimento e com os cooperados foi facilitada por este vínculo.

O NuMI-EcoSol possui um método de incubação particular que comparado aos métodos de outras incubadoras possui as seguintes diferenças (NUMI-ECOSOL, s. d.):

- a) não coloca a desincubação como um momento obrigatório, considerando-se que as ações devam ocorrer de forma que se possibilite a autonomia do empreendimento e que este se torne um parceiro do NuMI-EcoSol, sem a necessidade de prever quando será esse momento;
- b) permite-se criar processos de incubação por iniciativa própria se for observada viabilidade para isso;
- c) possui um conjunto de comportamentos que devem ser promovidos pelos membros do NuMI aos trabalhadores dos EES.

O método de incubação passou por três versões principais: em 2001, sistematizada e apresentada no 1º Seminário Interno da INCOOP/UFSCar; em 2003, quando o método foi avaliado e aprimorado durante o 2º Seminário Interno; e em 2012, após revisões realizadas.

Atualmente, o método do NuMI-EcoSol possui 22 comportamentos a serem promovidos e são divididos em 4 partes: 1) quando o comportamento ocorre ou deve ocorrer; 2) o que é ou deve ser considerado pelos membros do NuMI; 3) que resultado se espera com as ações; 4) o membro do NuMI deve atuar de qual forma para verificar demandas que necessitem de determinado comportamento (possibilidade de variação no modo de intervenção de acordo com o contexto). Os instrumentos utilizados não são pré-definidos pois entende-se que cada membro deva encontrar a forma adequada para determinado empreendimento ou momento (NUMI-ECOSOL, s. d.).

Os comportamentos em questão são os seguintes (NUMI-ECOSOL, s. d., s .p.):

- 1) Processar demandas para incubação de empreendimentos solidários; 2) Identificar população em potencial para formação de empreendimento solidário; 3) Caracterizar diferentes envolvidos no processo de incubação; 4) Apresentar a Economia Solidária como possibilidade de organização para geração de trabalho e renda, o NuMI e sua proposta de trabalho; 5) Apoiar a organização inicial do grupo para tomada de decisões a respeito de formação

de empreendimento solidário e suas características gerais; 6) Elaborar proposta de trabalho, em conjunto com participantes do grupo a ser incubado; 7) Assessorar o grupo para escolha de atividade econômica; 8) Promover formação contínua e permanente de todos os membros do grupo em Economia Solidária de todas as maneiras possíveis; 9) Promover formação contínua e permanente de todos os membros do grupo para autogestão; 10) Promover condições para capacitação técnica contínua e permanente de todos os membros do empreendimento para o serviço/produção ofertado pelo empreendimento; 11) Promover elaboração participativa de normas de funcionamento do empreendimento; 12) Assessorar o grupo para a legalização do empreendimento; 13) Assessorar grupo para implantação do empreendimento; 14) Assessorar grupo para implantação de sistema de monitoramento por meio de indicadores; 15) Assessorar grupo esporadicamente para implementação do empreendimento; 16) Assessorar grupo para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento de Economia Solidária; 17) Assessorar o grupo incubado para lidar com processos de produção e uso de conhecimento e tecnologia; 18) Assessorar o grupo para construir e manter parcerias; 19) Promover condições favorecedoras para que agentes e agências sociais estabeleçam parcerias com estes empreendimentos e iniciativas; 20) Assessorar empreendimentos para a adoção de práticas de consumo ético, solidário e responsável; 21) Assessorar empreendimentos para comercializar seus produtos e serviços e; 22) assessorar empreendimentos para planejar e aplicar estratégias de divulgação.

O método de incubação, desde sua avaliação até a atualidade, período no qual constam algumas avaliações e atualizações do mesmo é fruto de discussões coletivas, com contribuições de diversas áreas de conhecimento produzidas pelos membros do NuMI-EcoSol. Isto atribui ao método um caráter flexível e adaptável as necessidades detectadas, visando aprimoramentos a partir dos conhecimentos acumulados, permitindo um processo de melhoria permanente (NUMI-ECOSSOL, s.d.).

Esses comportamentos possibilitam planejar as capacitações que devam ocorrer no empreendimento, a partir da compreensão de sua realidade. No caso da COOPERVIDA, o aprimoramento desse comportamento seria potencial a auxiliar o empreendimento no problema de estabilidade devindo da alta rotatividade de cooperados.

A COOPERVIDA passou por algumas dificuldades no final de 2012 e início de 2013, pois houveram problemas no repasse financeiro da Prefeitura para o empreendimento, o que acarretou no atraso da retirada dos cooperados, provocando a saída de vários membros do empreendimento que não compreenderam nem aceitaram a situação (CORDEIRO, 2013). Ocorreram problemas também com os contratos dos caminhões destinados à coleta (dos três existentes, somente um estava em condição de uso ou possuía motorista destinado para sua condução).

Isso coincidiu com a mudança de governos, em época de eleição municipal. No início do ano, o novo governo municipal informou que seria aberta uma licitação para o serviço de coleta (CASTRO, 2013). O contrato com a COOPERVIDA terminaria no mês de maio de 2013 e somente próximo a este término ele foi prorrogado por mais três meses, mesmo tendo sido combinado que o prazo seria de um ano (MARQUES, 2013).

Em reunião aberta com sócios da COOPERVIDA ocorrida no SESC (Serviço Social do Comércio) de São Carlos no dia 30/01/2013, observou-se (no desenvolvimento do trabalho de campo) que a relação entre o empreendimento e o governo municipal ainda estava em construção. Isto foi observado nas discussões realizadas, que envolveram pessoas da prefeitura, da universidade, da sociedade civil, de outras instituições apoiadoras da COOPERVIDA e/ou do movimento de economia solidária no município, além dos próprios membros da COOPERVIDA. Neste início de ano, a cooperativa teve problemas novamente com a disponibilização de caminhões e conseqüentemente com a coleta seletiva.

O contrato foi renovado até 02/2014 e atualmente a cooperativa e o governo municipal vem dialogando em diversas reuniões para acertar as discrepâncias e organizar objetivos e metas conjuntas. O contrato com vencimento em fevereiro foi prorrogado por mais 90 dias, até que sejam conciliados os interesses do empreendimento e do governo. Observa-se que a relação cooperativa-governo ainda está em construção.

A autonomia na COOPERVIDA

França (2012), desenvolveu uma pesquisa sobre o grau de autonomia de duas cooperativas de catadores, sendo uma delas, a COOPERVIDA. Assim, alguns de seus resultados serão apresentados abaixo, para auxiliar na caracterização da cooperativa e posteriormente nas análises do trabalho de campo realizado.

O autor delimitou em seu trabalho, três tipos de autonomia: a autonomia social, a autonomia política e a autonomia econômica.

Para a autonomia social, o autor definiu quatro categorias de análise dos dados: 1) Instâncias de decisões; 2) Grau de democratização das relações; 3) Organização do trabalho; 4) Solidariedade.

Na categoria “instância de decisões”, constatou-se a existência da intenção em tomar decisões a partir de um consenso definido em assembleias, porém pelo fato de que poucos

catadores se manifestavam nesses momentos, a diretoria logo conduzia para a votação do assunto.

Com relação à segunda categoria, percebeu-se a existência de uma participação parcial dos cooperados nos processos decisórios da área administrativa, sendo que decisões urgentes eram encaminhadas somente pela diretoria. Porém foi relatado que nos processos sobre as atividades, todo o coletivo era consultado. Ainda sobre esta categoria, na cooperativa as informações eram passadas nas reuniões, em assembleias, e eventualmente por escrito.

A “organização do trabalho”, de acordo com os cooperados, era realizado de maneira coletiva, porém constando alguns momentos em que havia individualização. Os catadores ainda consideravam que a forma de trabalho era escolhida por todo o grupo, e não somente indicada por uma pessoa.

Na última categoria, “solidariedade”, constatou-se que a maioria dos cooperados a consideravam como ocorrendo parcialmente.

Em relação à autonomia política, o autor considerou as seguintes categorias de análise: 1) ação pública no território; 2) gestão do empreendimento; e 3) participação/articulação.

Ele observou sobre a primeira categoria que havia participação por parte da cooperativa apenas em palestras promovidas por apoiadores, em relação aos resíduos sólidos e à coleta seletiva.

Sobre a categoria “gestão do empreendimento”, o autor constatou que o diálogo e o respeito às diferenças não eram totalmente incluídos nas relações cotidianas.

Já a última categoria, “participação/articulação”, segundo o autor, ela era inexistente no empreendimento. Nas palavras de França (2012, p. 89)

Não foi declarado por nenhuma das cooperativas, a participação em qualquer fórum de articulação, redes de representação, movimentos sociais ou sindicais, ou seja, nenhum tipo de articulação política. Apenas um dos membros da cooperativa de São Carlos afirmou que um de seus representantes participava de alguns encontros e discussões referentes à coleta seletiva e encontros promovidos por universidades (incubadoras), mas mesmo assim não fazia parte oficialmente de nenhum destes como membro filiado.

Considerando a autonomia econômica, o autor delimitou 5 categorias de análise: 1) formação de redes; 2) posse dos meios de produção; 3) garantias trabalhistas; 4) investimentos em infraestrutura; e 5) fontes de arrecadação do empreendimento.

Como características em relação à autonomia econômica, França (2012) constatou na categoria de análise “formação de redes”, que a COOPERVIDA não participava de redes (nas quais ele incluiu as de produção, comercialização, consumo e crédito). Porém, alguns

cooperados citaram que ela realizava trocas com uma cooperativa no ramo de produtos de limpeza (trocando embalagens vazias de amaciantes e restos de óleo de cozinha por produtos de limpeza), informação que não é de conhecimento de todos os cooperados.

Em relação à categoria “posse dos meios de produção”, o cenário era desfavorável, sendo que eles não possuíam nenhum meio de produção, a não ser os computadores.

Todo o maquinário disposto dentro do barracão, como: prensas, mesas, picador de papel, unidade de beneficiamento de plástico, caminhões, entre outros, são cedidos prefeitura local para uso da cooperativa, segundo seus representantes. A prefeitura local ainda é responsável pelo pagamento do aluguel do terreno (galpão), contas de água e luz (FRANÇA, 2012, p. 81).

Na categoria de análise “garantias trabalhistas”, os catadores da COOPERVIDA informaram que possuem como benefícios “[...] recolhimento do INSS, provimento de férias, gratificação (uma bonificação mensal a parte da retirada de cada cooperado), cota parte e fundo de reserva” (FRANÇA, 2012, p. 81).

Sobre a categoria “investimentos em infraestrutura”, foi constatado que a cooperativa não realizou esse tipo de investimento, sendo que segundo França (2012, p. 82) “[...] a cooperativa apenas realiza manutenções constantes nas prensas, calhas e portas do barracão com recursos próprios.”

A última categoria de análise, “fontes de arrecadação do empreendimento”, apresenta a informação de que a COOPERVIDA possuía mais de uma fonte de recursos, sendo: contrato estabelecido com a Prefeitura Municipal do Município de São Carlos, a retirada pela venda dos materiais e verbas provenientes de editais.

A visão dos cooperados sobre o trabalho de catador

Outra pesquisa referente à COOPERVIDA que foi uma importante contribuição para a caracterização do empreendimento e para as análises foi realizada por Lima (2013).

A autora aplicou um questionário aleatoriamente em 28 cooperados que aceitaram participar da pesquisa, para saber a opinião deles sobre diversos aspectos de sua vida pessoal e de seu trabalho, buscando relacionar ambos os campos.

Os dados foram compilados e apresentados sucintamente abaixo para uma caracterização geral do empreendimento a partir dos aspectos abordado pela autora.

Caracterização geral dos participantes:

- Gênero: 24 mulheres e 4 homens;

- Idade: Maioria tinha entre 21 e 30 anos;
- Etnia: maioria se considera de raça branca, seguidos pela parda e negra;
- Estado civil: maioria casada;
- Filhos: maior percentual possui 2 filhos, seguidos de 3 e 4 filhos;
- Grau de escolaridade: a maioria frequentou de 5ª a 8ª séries ou possuía o ensino médio incompleto;
- Composição familiar: a maioria relatou que vive com filhos, seguido de esposa e companheira. Alguns ainda vivem com pai/padrasto, mãe/madrasta, irmão, neto, sobrinho ou amigo.

Dentre os catadores respondentes, mais de 60% estava na cooperativa há mais de um ano, sendo que quase 40% era membro há menos de um ano

Essa alta taxa de novos membros indica alta rotatividade de cooperados no empreendimento. A autora remeteu essa rotatividade no contexto da pesquisa à saída de diversos catadores do empreendimento quando ocorreu a mudança de gestão municipal ao final de 2012, devido a problemas de repasse de verbas para o empreendimento, o que gerou uma situação econômica desfavorável para os cooperados.

Outro dado importante desta pesquisa, remete-se ao fato de que dentre os entrevistados, apenas 6 eram catadores antes de aderirem ao empreendimento.

Dentre os 22 que não eram catadores, 10 nunca tinham trabalhado antes e os outros 12 realizavam trabalhos diversos ou não quiseram informar. Porém, apenas 6 desses 12 que trabalhavam em outras funções tinham trabalho com carteira assinada antes de entrar na cooperativa e apenas 4 responderam que antes recebiam uma remuneração menor à retirada do empreendimento.

Quando perguntados sobre a economia solidária, a maioria disse nunca ter tido contato com outro empreendimento antes da COOPERVIDA, o que justifica que apenas 9 cooperados se disseram capazes de explicar o que é economia solidária. Dentre esses cooperados, a maioria acreditava que a economia solidária contribui para o convívio pessoal, buscava praticar os valores econômico-solidários no dia-a-dia e conversam sobre estes valores em casa.

Quando questionados sobre como os familiares se manifestam sobre a profissão de catador, quase metade disse que a reação de seus familiares é motivadora ou positiva e um número aproximado disse que a família se manifesta normalmente. A minoria informou que as famílias reagem de forma negativa ao fato do trabalhador ser catador.

Ainda sobre família, constatou-se que mais da metade dos cooperados respondentes possuem parentes na COOPERVIDA, sendo em sua maioria, filhos.

Sendo questionados se eles se sentem mais compreensíveis com os familiares após entrar na COOPERVIDA, 19 responderam que sim.

A maior parte dos cooperados que se sentem mais compreensíveis atualmente, acreditam que isso está relacionado à convivência e aprendizagem que a COOPERVIDA oferece. Outra parcela atribui essa mudança à melhorias em sua saúde mental, provocadas pelo próprio serviço. E ainda há relatos de que seja pela sensação de segurança e renda (LIMA, 2013, p. 27).

Em relação à saúde, Lima (2013) constatou que apenas 5 realizam tratamentos de saúde atualmente, dentre os quais estão a hipertensão e a enxaqueca. Eles realizam os tratamentos em serviços oferecidos próximos às residências, porém a maioria dos cooperados não soube explicar quais recursos cada dispositivo possui, bem como desconhecer quais existem próximo às suas residências. 40% dos cooperados que fazem tratamento de saúde disseram ter melhorado depois de entrar na cooperativa e 20% considera a cooperativa como a causa de seu problema de saúde. Ainda sobre os serviços de saúde, 60% dos cooperados disseram que seu acesso à informação sobre os serviços melhorou após entrar na COOPERVIDA.

Os cooperados afirmaram que dos serviços públicos oferecidos, após sua entrada na cooperativa, eles tiveram mais acesso aos serviços de saúde (37,5%), aos serviços de limpeza (25%), à educação (12,5%) , entre outros serviços públicos (25%) (LIMA, 2013, p. 31).

Sobre a saúde da família, $\frac{1}{4}$ dos cooperados possuem familiares realizando tratamentos de saúde, com destaque novamente para a hipertensão.

Concluindo seu trabalho, a autora cita a alta rotatividade, falta ou baixa frequência de capacitação e educação sobre cooperativismo dos cooperados, ou ainda a ocorrência em frequência insuficiente e a falta de identificação como membro da cooperativa são fatores negativos presentes nesse empreendimento.

Ela constatou também que os motivos de associação ao empreendimento são similares entre os cooperados: “[...] a exclusão social, o desemprego, a escolaridade insuficiente que dificulta no processo de conseguir um emprego, entre outros fatores que levam as pessoas a serem marginalizadas” (LIMA, 2013, p. 33).

Uma conclusão interessante desta pesquisa é que mesmo que não haja um conhecimento suficiente sobre economia solidária por parte dos cooperados, ainda assim a

convivência cotidiana com a forma de organização do empreendimento influencia no comportamento de grande parte dos cooperados. “A solidariedade mesmo que não esteja explícita no ambiente de trabalho, vem sendo praticada dentro de casa quando os cooperados afirmam estarem mais compreensíveis com seus familiares devido ao ambiente de trabalho e à convivência nesse espaço” (LIMA, 2013, p. 33).

A cooperativa se apresentou também como importante meio para que os seus membros possuam informações sobre os serviços públicos e acesso a eles.

Pôde-se observar nesse capítulo, em diversos momentos que a economia solidária se relaciona com diversos aspectos científicos e tecnológicos, começando com um dos motivos de desencadeamento de situações de desemprego (o grande avanço tecnológico, substituindo mão de obra humana por máquinas) até as necessidades científicas e tecnológicas necessárias pelo movimento da economia solidária, pelas cooperativas, pelos cooperados, e mais especificamente pelos catadores de materiais recicláveis para desenvolver e disseminar essa nova forma de organização econômica, bem como para possibilitar a sustentabilidade de empreendimentos.

Quando se aborda aqui a questão tecnológica, não se pensa somente em equipamentos e estruturas físicas, mas também em aquisição de conhecimento e desenvolvimento de procedimentos relacionais. Não se pensa somente em produzir ciência e tecnologia “para” os empreendimentos, mas sim em produzir “com” eles. Desse modo, no próximo capítulo, será discutido sobre as relações entre a economia solidária com a ciência e a tecnologia e mais ainda, essa relação será abordada a partir de concepções do campo ciência, tecnologia e sociedade (CTS).

Este campo de pesquisa, como será visto, tem muito a contribuir com a economia solidária visto que considera a sociedade como primordial para guiar os procedimentos e prioridades científico-tecnológicos. Assim, o campo CTS pode contribuir com pesquisas em economia solidária, fornecendo parâmetros de análise de contextos atuais a partir da visão histórica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido e suas consequências sociais.

3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE E OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS

3.1 O CAMPO CTS

Após a Segunda Guerra Mundial, diversos atores do campo científico entraram em choque com as possibilidades de utilização das tecnologias desenvolvidas como forma de destruição da vida humana e do planeta (VELHO, 2011). Os acidentes nucleares e os desastres causados pelo derramamento de petróleo nos oceanos podem ser considerados exemplos disto. De acordo com a autora, nessa época a ciência era considerada autônoma em relação aos processos sociais e como não responsável pelas consequências da utilização de seus resultados.

A ciência nesse período incorporava-se à política e aos governos com a missão de atingir objetivos definidos e estratégicos, assim como a política científica, pelo processo de globalização, seguia normas similares às políticas internacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), desconsiderando as particularidades de cada país (VELHO, 2011).

Nesse sentido, Dickson (1988), aponta a necessidade de criar uma nova concepção de ciência que busque o estabelecimento de um equilíbrio entre a produção científica e tecnológica e o meio social.

O campo CTS surgiu nesse contexto pela necessidade de regulação pública das ciências e tecnologias produzidas. Este campo considera que a produção de ciência e tecnologia envolve todos os seus atores, dentre os quais podemos citar os pesquisadores, a população, as instituições de fomento, as universidades, dentre outros. (LOPEZ-CEREZO, 1998).

O campo CTS se iniciou aproximadamente na mesma época em diferentes locais do mundo. Segundo Jiménez-Ottalengo; Llergo (2003) e Linsingen (2004), ele surgiu nos países desenvolvidos em resposta aos impactos do desenvolvimento tecnológico sobre o ambiente e a sociedade, nas décadas de 1960 e 1970. O desenvolvimento científico e tecnológico era considerado nesse período como potencial a resolver questões relacionadas às melhorias sociais, o que fora apresentado no denominado “contrato social” em relação à ciência e à tecnologia. Porém, Dickson (1980) reflete que enquanto o avanço tecnológico era apresentado como potencial em resolver as necessidades sociais, ele contrariamente estava gerando demandas desnecessárias e a exclusão social.

Como exemplo, ocorreram diversos acidentes e desastres relativos ao desenvolvimento industrial, o que acarretou na organização de diversos protestos e movimentos. Os manifestantes tinham em comum a percepção de que estes acontecimentos não estavam isolados da realidade social, e dessa forma, mostravam o quanto a ciência e a tecnologia estavam se desenvolvendo de forma descontrolada (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2000).

Assim, ao final dos anos 1960, a ciência e a tecnologia viraram objeto de reflexão pública e as linhas deterministas de desenvolvimento tecnológico e o monopólio dos ‘experts’ sobre as decisões em relação aos rumos da ciência, receberam críticas negativas (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2000).

Essa visão determinista remete-se a uma das quatro concepções que Feenberg (2008) define sobre a ciência e tecnologia. De acordo com esta concepção, a ciência e a tecnologia são consideradas neutras e com desenvolvimento autônomo, o que coincide com as práticas pós-guerra.

Feenberg (2008) ainda define as seguintes concepções, além da Determinista: Instrumentalista (ciência e tecnologia neutras, com desenvolvimento humanamente controlado); Substantivista (ciência e tecnologia carregadas de valores, com desenvolvimento autônomo); e a Teoria Crítica (ciência e tecnologia carregadas de valores, com desenvolvimento humanamente controlado).

Dias (2005) especifica que no Determinismo, a tecnologia é compreendida como uma força neutra (sem valores) e autônoma (sem controle social), segundo a qual a sociedade deve se adaptar passivamente ao contexto tecnológico e ao seu avanço.

Para o autor, no Instrumentalismo, a concepção sobre ciência e tecnologia remete-se à do senso comum, sendo que a tecnologia é neutra e controlada socialmente, visando o bem-estar social por meio do aprimoramento de produtos e processos.

Já no Substantivismo, o autor considera que há valores embutidos na tecnologia, porém o avanço tecnológico é considerado autônomo, o que leva valores como eficiência, controle e poder a serem impostos socialmente.

Em relação à Teoria Crítica, ele defende que a visão de tecnologia é a de que ela é carregada de valores e controlada socialmente:

A tecnologia convencional sustentaria e reforçaria os valores e a estrutura capitalista. A fim de modificar o atual estilo de sociedade e de promover alternativas de desenvolvimento efetivamente sustentáveis e que efetivamente beneficiassem à coletividade, a Teoria Crítica destaca a necessidade de promoção de instrumentos de democratização dos processos decisórios relativos à construção sociotécnica [...] Assim, para a Teoria

Crítica, o problema central não estaria ligado ao avanço tecnológico em si, mas à inexistência de instituições que permitam o pleno controle humano sobre a tecnologia. Dessa maneira, para essa corrente, a democratização do processo de construção (planejamento e desenvolvimento) da tecnologia estaria na base da constituição de um modelo alternativo de sociedade (DIAS, 2005, p. 60).

Feendberg (2008) defende que a concepção da Teoria Crítica seja a mais adequada para definir os processos científicos e tecnológicos, mas para que ela seja posta em prática, existe a necessidade de que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia ocorra democraticamente, de acordo com as necessidades e demandas sociais.

A importância desta reflexão remete-se à necessidade de responsabilização dos cientistas sobre as ações pretendidas, visto que os resultados alcançados irão atingir, positiva ou negativamente, a sociedade em geral. Outro fato que pode ser apontado é que o investimento público na produção científica e tecnológica devém de impostos pagos pela população, e dessa forma, essa produção deve suprir as necessidades de seus investidores: a população.

Não é fácil criar um sistema no qual isso de fato aconteça, já que diversos fatores como educação, princípios éticos, necessidades comuns a uma ou mais populações e não individuais, economia, dentre outros, estão envolvidos. Criar ferramentas para equacionar todos esses fatores e garantir uma produção científica e tecnológica satisfatória é um desafio ainda nos dias de hoje. Desde que historicamente surgiram pensamentos sobre as relações entre sociedade, particularidades nacionais e produção científica e tecnológica, esses pensamentos ainda se confrontam com outros antigos e ainda presentes e ativos, os quais se referem aos investimentos estratégicos a partir de interesses internacionais.

Considerando esta concepção da Teoria Crítica (FEENDBERG, 2008) sobre a produção científica e tecnológica, pode-se compreender a tecnologia como “[...] a capacidade de perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços. Em outros termos, a tecnologia transcende à dimensão puramente técnica, ao desenvolvimento experimental ou à pesquisa em laboratório” (BASTOS, 1998, p. 32).

Desse modo, os autores corroboram para a visão de que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia devem considerar as características locais e nacionais, priorizando as necessidades sociais e medindo seus impactos por meio do controle social, para que ciência e tecnologia sejam adequadas às demandas sociais, e não um fator de desequilíbrio e desigualdade.

Os estudos CTS de caráter interdisciplinar, na década de 1970, consolidaram-se a partir da investigação de pesquisadores das ciências humanas. Eles indicavam que as mudanças científico-tecnológicas deveriam sofrer uma regulação democrática e apontavam como importante, a compreensão de condicionantes e consequências sociais e ambientais da ciência e da tecnologia (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2000).

Para Lopez-Cerezo (1998), existem dois diferentes enfoques de origem do campo CTS: o europeu, voltado para a pesquisa acadêmica, e o norte-americano, que enfatiza a educação e a criação de políticas. Considera-se então que para uma visão crítica da ciência e da tecnologia, estes enfoques devem ser considerados de forma complementar e não excludente (MESSORES, 2009).

Os estudos sociais da ciência e da tecnologia, ou estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade (CTS), constituem um campo de trabalho nos âmbitos da investigação acadêmica, da educação e das políticas públicas dos países onde atualmente já estão implantados (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2000, p. 4).

O surgimento deste tipo de visão neste período ilustra a negação de setores sociais sobre o enfoque científico-tecnológico tradicional, defendendo o controle social das ciências e tecnologias. Este modelo criticado é conhecido como modelo linear de desenvolvimento, o qual considerava que a produção científica e tecnológica geraria riquezas e resultariam no bem estar social naturalmente (BAZZO; LINSINGEN; PEREIRA, L., 2003). Esta concepção se equivale à Determinista descrita por Feendberg (2008), considerando que a população é quem deve se adaptar ao desenvolvimento científico e tecnológico, e não o contrário.

A crítica a esta concepção e o debate sobre a necessidade de inversão dessa percepção ainda é recente e trabalhado por diversos autores dos Estudos Sociais da Ciência, dentre os quais Latour (2000). Ele reflete que pela forma como a ciência e a tecnologia eram tratadas, houve a necessidade de ‘inventar’ uma sociedade relacionada à ciência e à tecnologia, como se ela fosse algo separado. O autor afirma que desse modo é criada “[...] uma divisão artificial entre as associações mais fracas e mais fortes [...] É assim que se acaba ficando com a ideia de que há três esferas: Ciência, Tecnologia e Sociedade [...]” (p. 233).

Esta perspectiva de Latour (2000) indica a necessidade de se incluir o termo ‘sociedade’ relacionado à ciência e à tecnologia, para destacar algo que já acontece naturalmente e que deveria ser considerado: a inseparabilidade entre ciência, tecnologia e

sociedade, já que todo resultado científico e tecnológico alcançado possui consequências sociais.

Compreende-se que nas décadas de 1960 e 1970, citadas para referenciar o surgimento do campo CTS, ocorreram fatos relacionados à consequência negativa da utilização de ciências e tecnologias no âmbito social. Estas consequências colocaram em questionamento a visão predominante até então de que as ciências e tecnologias aplicadas em busca de desenvolvimento econômico e riquezas, resultariam em bem-estar social.

Nesse sentido, a consideração de pesquisas voltadas à sociedade inverte a lógica de que esta teria que se adaptar aos moldes do capital privado, defendendo que este setor deve se configurar de acordo com a necessidade social.

Este campo de pesquisa favorece a prática igualitária de ações que envolvam a ciência e a tecnologia, por estimular o envolvimento da sociedade, incluindo as minorias, em seus processos. Ele estimula um desenvolvimento sustentável, viável para as futuras gerações usufruírem (MESSORES, 2009). Isso compreende a consideração de conhecimentos não técnicos como importantes para os procedimentos científicos e tecnológicos, ou seja, saberes do senso-comum, que envolvem crenças, valores e morais próprias (LOPEZ-CEREZO, 1998) que eram desconsiderados anteriormente pela valorização e realização de procedimentos científicos que apenas estudavam os fenômenos a partir de conhecimentos pré-existentes.

Os estudos CTS têm como desafio “contribuir para a eliminação – ou pelo menos diminuição – do crescente abismo que se consolidou entre a cultura humanista e a cultura científico–tecnológica que tanto fragmenta os diversos grupos humanos” (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2000, p. 4).

Estes estudos destacam, sobretudo, a necessidade de outros entendimentos sobre a natureza das relações entre ciência, tecnologia e sociedade, bem como, a necessidade de gestar outras formas de regular e controlar o uso e a produção da ciência e da tecnologia (LOPEZ-CEREZO, 1998, p.42).

Os estudiosos desse campo refletem sobre a necessidade de difusão dessas ideias, considerando que para isso é essencial a publicação de pesquisas relativas a elas em veículos de comunicação de trabalhos científicos. Eles indicam também a importância de transpor estes conhecimentos para uma linguagem popular, tornando-os acessíveis às populações e ao mesmo tempo, contribuindo e facilitando o controle social.

Correia (2008) apresenta diversas concepções de controle social construídas em diferentes contextos históricos e por variados campos de pesquisa. Porém, estas diversas concepções não serão aqui aprofundadas por não serem o objeto de estudo, mas a intenção de

definir esse termo se refere à importância de sua compreensão enquanto mecanismo de participação social nas decisões científicas e tecnológicas.

A autora, referindo ao sistema capitalista, aponta quadro concepções principais sobre o que seja controle social:

- Uma concepção segundo a qual a sociedade vem sofrendo imposições pelo Estado para que a ordem do capital seja aceita, através da elaboração de políticas públicas que perpetuem essa ordem, bem como através de outras formas de difusão ideológica que legitimam o sistema capitalista no cotidiano das pessoas.

- Outra considerando que o controle social se remete a uma disputa de classes pela hegemonia, considerando-se que Estado e sociedade não teriam uma situação necessariamente opositiva. Nessa perspectiva, o controle social seria realizado de acordo com condicionantes contextuais históricos.

- O controle social exercido por classes sociais consideradas “subalternas”, com menos recursos e poder ou que não possuem sua ideia difundida de forma hegemônica. Ela diz que este controle possibilita a esta população ser protagonista de sua história, conseguindo consensos sociais sobre o seu projeto de classe e a incorporação de seus interesses às ações do Estado, interferindo desse modo na gestão pública.

- Por último, a perspectiva de que atualmente, o controle social é discutido no âmbito da participação social nas políticas públicas (CORREIA, 2008).

É nessa última perspectiva que este trabalho se debruça. Desse modo, o controle social seria basicamente a orientação das ações do Estado pelos interesses coletivos indicados pela sociedade civil (CORREIA, 2000), possibilitando a partilha de poder e o desenvolvimento de um processo que possibilite alcançar a cidadania (SILVA; EGYDIO; SOUZA, 1999). Assim, o controle social é visto como um mecanismo possível de ser equilibrado e democrático, utilizado em espaços onde os diversos interesses conversam e buscam convergir em ações de interesse comum a diversas classes sociais e que devem ser executadas pelo Estado.

Ainda em relação à propagação das ideias do campo CTS, indica-se como importante envolver a participação de administradores de programas de Política de Ciência e Tecnologia em reflexões e práticas desse campo. Estes administradores são aqui considerados, pois as Políticas de Ciência e Tecnologia (PC&T) são constituídas a partir da visão predominante sobre o que é ciência. Assim, promover uma transformação na aceitação de determinada concepção, remeterá à criação de políticas ajustadas a ela (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2000).

Entender ciência e tecnologia como processos sociais que respondem em parte por valores e interesses externos e que têm um considerável interesse público pelas conseqüências que deles derivam é também, em qualquer país em que a palavra democracia goza de algum sentido, defender a renovação dos tradicionais conteúdos educativos e a transformação das atuais estruturas políticas. Só desse modo é possível promover uma gestão informada e participativa das mudanças científico–tecnológicas (BAZZO, 1998 p. 180).

É importante destacar que mesmo com a determinação de uma predominância de concepção sobre ciência e das direções a serem tomadas pela PC&T, diversos pensamentos convivem em diversas épocas.

Messores (2009) indica então a necessidade de criar um ‘novo contrato social’, que viabilize renegociar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Considerando a crítica do campo CTS à visão determinista de ciência, a este campo cabe “o rechaço da imagem da ciência como atividade pura e neutra; a crítica da concepção de tecnologia como ciência aplicada e neutra; a rejeição a estilos tecnocráticos, isto é a promoção da participação pública na tomada de decisões” (MESSORES, 2009, p. 56).

Para a autora, os espaços de educação e ambiente universitários possuem elevada importância em relação à disseminação dessa cultura científica baseada nos princípios CTS, porém a consolidação deste campo nestes ambientes ainda é um desafio.

Outros desafios apresentados às universidades são: a formação de pessoas com comportamentos adequados para atuar junto à população em busca de melhores condições de vida para a maioria dela (CRUZ-SOUZA, 2010); e possibilitar que a população tenha acesso aos conhecimentos científico e tecnológico (OLIVEIRA; ZANIN, 2011).

A apresentação destes desafios parte do princípio de que quando a universidade se aproxima do campo CTS e se propõe ao desenvolvimento de pesquisas baseados em seus princípios, ela cumpre o seu papel social pela possibilidade de resolver problemas da humanidade e pela aplicação dos princípios de investigação científica junto ao meio social e não somente pela implementação de tecnologias (SCHWARTZMAN, 2008).

Para Bourdieu (1997) é alguém da comunidade acadêmica que detém o poder de definir a agenda de ciência e tecnologia. Assim, pode-se inferir que se este alguém estiver alinhado com os princípios CTS, a relação da ciência e da tecnologia com a sociedade poderá estar contemplada nessa agenda. Porém, para Dagnino (2009) os acadêmicos que controlam essa agenda são aqueles reconhecidos principalmente no exterior, o que mostra que infelizmente, ainda se prioriza a pesquisa para interesses externos, e não nacionais.

A busca de um enfoque nacional relaciona-se com a necessidade de olhar para as demandas internas do país, considerando seu contexto, seus recursos e suas características particulares. Assim, o conhecimento de sua população poderá contribuir para a adequação das práticas científicas e tecnológicas aos interesses nacionais, considerando as realidades locais, e não os indicativos internacionais, cujos contextos nem sempre são adaptáveis aos fatores nacionais.

Para o campo CTS, a tecnologia desenvolvida deve considerar as necessidades do meio no qual haverá intervenção, observando quais são as possibilidades reais de desenvolvimento humano, assumindo o compromisso de potencializar suas inter-relações, considerando indissociáveis “desenvolvimento humano, progresso tecnológico, desenvolvimento científico e comportamento social [...]” (BAZZO; LINSINGEN; PEREIRA, L. 2000, p. 7) o que segundo os autores, possibilita que a população envolvida tenha acesso ao controle dos efeitos das ciências e tecnologias que o envolvem.

Pode-se afirmar que o campo CTS possui coerências com a Teoria Crítica de Feenberg (2008), podendo resultar na busca verdadeira pelo bem estar social a partir da observação das demandas sociais e da intervenção conjunta da população, e não da imposição de preferências tecnológicas estrangeiras. Esta é uma tendência de concepção de ciência que está em construção atualmente (VELHO, 2011).

A CTS critica o modelo linear defendido pela visão determinista, que acreditava que o bem-estar social derivaria das intervenções científico-tecnológicas que seriam responsáveis por gerar riqueza (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2003), defendendo que existem valores na ciência e que esta deve sim ser controlada.

Assim, pode-se dizer que primordialmente, com uma visão determinista, a concepção de ciência voltava-se à produção de artefatos tecnológicos considerados responsáveis pela transformação da realidade, a qual teria seus principais aspectos revelados pela ciência (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2003). O campo CTS compreende e estuda que esse sistema é mais complexo, e que a sociedade não é mero espectador do desenvolvimento em C&T, mas sim um ator importante que não deve simplesmente se adaptar à demanda oferecida, mas sim indicar suas necessidades e participar do controle de seus efeitos.

3.2 CTS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Messores (2009) em seu texto faz uma reflexão sobre a diferença entre os conceitos de campo e de movimento CTS. Para a autora, o campo CTS se relaciona com funções

cognitivas desenvolvidas pelos estudiosos das relações da ciência e da tecnologia com a sociedade, originando-se entre as décadas de 1960 e 1970, a partir das ideias de Robert Merton. Já o movimento, remete-se à consideração de um sujeito ou ao conjunto de sujeitos políticos mobilizados para atingir um objetivo comum.

De acordo com esta concepção, o desenvolvimento CTS na América Latina, começou como um movimento que migrou para o campo, sendo atualmente neste foco que as discussões CTS se desenvolvem. Este movimento começou por uma necessidade de maior independência científico-tecnológica dos países latino-americanos em relação aos países desenvolvidos (DAGNINO, 2009).

López-Cerezo (1998) defende que a origem do movimento CTS na América Latina ocorreu a partir da consideração das ciências e tecnologias como uma competência das políticas públicas. Isso levou à caracterização de um pensamento latino-americano de política científica e tecnológica. Esta perspectiva CTS condiz com a norte-americana, que focava a educação e a criação de políticas.

Mesmo com a existência de tradições de pensamentos em CTS, e considerando de forma geral que o ideal seria que todos esses pensamentos sejam alinhados e complementares, existem diferenças entre as concepções internacionais e o movimento CTS na América Latina.

Uma dessas diferenças remete-se basicamente à consideração de que falta uma diretriz que oriente a ciência e a tecnologia na América Latina (VACCAREZZA, 2002). Defende-se ainda que a ciência e a tecnologia na América Latina nunca foram devidamente relacionadas ao desenvolvimento, promovendo uma grande distância entre a ciência e o sistema produtivo (SANT ANNA, 1978).

Estas caracterizações acerca do sistema científico e tecnológico caracteriza o que ocorre no Brasil, o qual possui um histórico de importação de tecnologias, com pouca autonomia.

No período em que se começou a discutir sobre CTS na América Latina e no Brasil, a indústria brasileira (de capital nacional) estava em uma posição tecnologicamente mais fraca, se comparada às transnacionais. Ocorria também uma aliança entre o governo brasileiro e as elites militares, bem como entre a comunidade de pesquisa, em busca de maior autonomia tecnológica (DAGNINO, 2009). “No caso brasileiro, em função do projeto “Brasil-grande-potência” dos militares, que demandava um elevado grau de autonomia tecnológica a ser construído em longo prazo, ocorreu um considerável apoio à pesquisa.” (DAGNINO, 2009, p. 103). Observa-se a relação da pesquisa científica e tecnológica e seus investimentos aliada ao

aspecto da segurança nacional, o que mesmo caracterizando um apoio à pesquisa, delimita a autonomia que se despende à ciência.

Segundo Bazzo (1998) existe uma grande carência no Brasil de materiais que reforcem os estudos das dimensões sociais da ciência e da tecnologia, os quais devem ser desenvolvidos de forma a refletir sobre as consequências dos resultados tecnológicos, para que não ocorra um aprendizado puramente mecanicista.

No Brasil, os Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (ECTS), segundo Dagnino (2009) ainda são escassos nas universidades. O autor ainda defende que uma convergência entre os ECTS e as políticas de ciência e tecnologia depende da realização de debates entre as comunidades científicas, para que sejam formados profissionais com estas perspectivas.

Considerando que na América Latina a ciência e a tecnologia possuem forte relação com a criação de políticas, a inclusão desses estudos em universidades possibilita que o desenvolvimento de políticas pautadas no campo CTS se fortaleça.

Enfatiza-se então a necessidade de fortalecer os estudos sociais da ciência e da tecnologia, já que em um país democrático a participação popular deve ser efetiva nos processos de decisão e estes estudos possibilitam buscar meios para que ocorram transformações nos sistemas educacionais e políticos tradicionais (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2008).

Ainda que existam algumas instituições com esta abordagem de estudo no Brasil, o país ainda tem como desafio reforçar a educação que trate desse campo, visando que ele seja parte da cultura geral da população brasileira. Um dos meios para isso é consolidar em jovens o interesse por estudos sociais da ciência e da tecnologia (BAZZO; LINSINGEN; PEREIRA, L. 2000).

As políticas científico–tecnológicas estão sendo – pelo menos nos países desenvolvidos – constantemente postas em revisão no sentido de colocar sob controle da sociedade os efeitos negativos das aplicações desenfreadas da ciência e da tecnologia. Isso, no entanto, não é uma revisão que se esgota no âmbito puramente político. Também a educação em ciência e tecnologia se faz objeto de uma profunda mudança – e em muitas situações da sua própria implantação – visando formar cidadãos responsáveis e socialmente conscientes (BAZZO; LINSINGEN; PEREIRA, L. 2000, p. 6).

Em geral, a proposta brasileira para o sistema de ciência e tecnologia desconsidera que a maior parte das pesquisas é realizada em universidades (GUIMARÃES, 2001) e que é necessária a busca por tecnologias adequadas ao meio social. O contexto social de exclusão e a procura por tecnologias de ponta que coloquem o Brasil em uma boa posição competitiva

comprometem as condições de vida de populações menos favorecidas, já que a responsabilidade das universidades com seus pares, normalmente não alinhados às perspectivas do campo CTS, dificulta seu relacionamento com as necessidades sociais (BAUMGARTEN, 2003).

3.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS COOPERATIVAS DE CATADORES

O surgimento da economia solidária no Brasil ocorreu em um período (década de 1980) no qual as tendências de pesquisa e investimento no Brasil seguiam modelos internacionais, que focavam tecnologias duras e não tinham preocupação social.

As tecnologias aqui denominadas “duras” são consideradas como aquelas tecnologias já estruturadas para a elaboração de determinados produtos (MERHY, 2003). Mais a frente, serão apresentadas outras definições de tipos de tecnologia (leves e leve-duras) definidas por Merhy, suas implicações, bem como serão feitas comparações e reflexões entre elas.

Para a organização dos trabalhadores, nos moldes do cooperativismo, em processo de recuperação de empresas falidas, foi necessário o desenvolvimento de tecnologias que possibilitassem a aquisição ou arrendamento dessas empresas por parte desses trabalhadores.

O envolvimento das universidades com a economia solidária, ocorrido no final dos anos 1990, favoreceu o desenvolvimento de tecnologias sociais (TS), que são potenciais ao combate da desigualdade econômica e social, pela aproximação com a população e consideração de seus conhecimentos, como defende o campo CTS e a Teoria Crítica (FEENBERG, 2008), constituindo uma concepção de ciência com valores, controlada e que buscasse o bem estar social (VELHO, 2011).

As TS têm sua raiz no século XIX, quando ocorreu a crise da tecnologia apropriada (TA). A TA se originou na Índia, quando se almejava o fortalecimento da economia nacional e ocorria um combate contra a importação de produtos. Para isso, foi incentivada por Ghandi a apropriação por uma parte maior da população indiana de tecnologias já utilizadas por pequenos grupos de artesãos (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010), buscando uma produção realizada pela massa, e não em massa.

Porém a TS possui um diferencial em relação à TA e ambas não devem ser confundidas: a TS incentiva a crítica ao funcionamento social, ao contrário da TA (RODRIGUES; BARBIERI, 2007).

A TS é definida pela Rede de Tecnologia Social (RTS) como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade que representem efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2005) e pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004) como “um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2009, p. 13).

É importante observar que as concepções de TS apresentadas não se anulam, mas sim se complementam.

Dal Ri (2007) defende que a definição de TS é mais ampla, podendo ser aplicada tanto a formas de organização do trabalho quanto às de produção. Ela especifica as formas de organização que são associativas e autogestionárias por elas terem surgido a partir de uma demanda específica, levando a TS a objetivar uma nova tecnologia, uma inovação. Para isso, deve haver uma apropriação do processo de desenvolvimento da tecnologia necessária, do trabalho, e assim, do empreendimento.

O desenvolvimento atual da economia solidária, que já mostrou historicamente sua capacidade de superação de situações de exclusão social e econômica, baseia-se então na disseminação da TS como forma de implementar a economia solidária (SINGER, 2002a).

É importante salientar, segundo Dagnino (2004), que no âmbito das TS, o responsável pelo financiamento e desenvolvimento sociotécnico é o Estado, impactando assim na relação deste com a ciência e a tecnologia e favorecendo um sistema no qual seja priorizada “[...] a necessidade de participação pública para o avanço da ciência, em consonância com os interesses e necessidade da sociedade” (MEZZACAPPA; ZANIN, 2012).

Mezzacappa e Zanin (2012) relacionam a TS com o modelo de Teoria Crítica de Feenberg (2008), por ambas serem pautadas na visão de ciência não neutra, com progresso controlado. Elas contribuem com a concepção de ciência que visa o bem estar social, a qual está se construindo em um período em que se intensifica a crítica à prática imitativa dos modelos de políticas públicas; defende-se o enfoque nacional e local, bem como a história que o envolve; e possibilita-se a consideração das culturas, necessidades e recursos particulares de cada população, incluindo o conhecimento, na construção científica.

Considerando a relação das universidades com os EES como favorecedora de um desenvolvimento equilibrado, elas podem contribuir com um dos desafios da economia solidária atuais: garantir o desenvolvimento de EES através da utilização de TS.

Os resultados desta relação universidades-EES dependem da forma de concepção da ciência por parte dos acadêmicos/pesquisadores. A apropriação tecnológica por parte dos EES

é tão importante quanto a forma como eles se organizam (DAGNINO, 2004). Para os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, a realidade não é diferente em relação a isso.

De acordo com pesquisa feita por Zanin e Gutierrez (2011) no Atlas de Economia Solidária (BRASIL, 2007), no Brasil inteiro, existem 21.859 EES, sendo que destes 506 são de coleta e triagem de resíduos. Desse total de empreendimentos de catadores, 115 (mais de 20%) estão concentrados no estado de São Paulo, os possuem mais de 3000 catadores inseridos.

Os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis possuem diversos desafios em sua estruturação. Um deles, é se apropriar de tecnologias adequadas e acessíveis para organizar diversos segmentos de seu trabalho. Outro, é a dificuldade de inserção no mercado da reciclagem, que demanda diversas habilidades e técnicas, além de equipamentos e outros recursos físicos. A dificuldade do exercício da atividade econômica das cooperativas remete-se a algumas correlações de forças, como:

[...] a falta de entendimento por parte dos catadores da cadeia produtiva da reciclagem, principalmente no que diz respeito aos atores envolvidos e os papéis que eles desempenham na cadeia, a jusante e a montante da atividade dos catadores, o desconhecimento do ambiente dos negócios e das tecnologias existentes, entre outros. (ZANIN, MÔNACO, 2008).

Desse modo, pode-se refletir que o sucesso de um empreendimento não depende somente dele, mas de diversos fatores que envolvem políticas públicas e o acesso a tecnologias e conhecimentos (GUTIERREZ, ZANIN, 2013). De qualquer forma, a elaboração de políticas públicas e o acesso e domínio de tecnologias necessárias só são possíveis quando o catador se apropriar dos conhecimentos necessários para tal. É necessário que ele tenha plena consciência da natureza de seu empreendimento e de seu trabalho, das histórias que os envolvem e do contexto atual. Os apoiadores podem ser essenciais nesse processo de desenvolvimento.

A Adequação Sociotécnica (AST) é uma alternativa de investimento para que esses empreendimentos consigam atingir sua estabilidade, sendo que ela pode ser definida como:

[...] um processo *inverso* ao da construção, em que um artefato tecnológico sofreria um processo de adequação aos interesses políticos de grupos sociais relevantes distintos daqueles que o originaram. Definido como um processo, e não como um resultado (uma tecnologia desincorporada ou incorporada em algum artefato) [...] a AST substitui a idealização típica do laboratório pela prática concreta dos movimentos sociais (NOVAES; DIAS, 2009, p. 44).

A AST propõe uma releitura em relação à utilização de tecnologias convencionais, de forma que estas são adaptadas à realidade do empreendimento que vai utilizá-la. De acordo com Gutierrez e Zanin (2013), a AST é contrária à ideia determinista de que o desenvolvimento de uma tecnologia compatível com a necessidade depende de uma mudança social.

Assim, Novaes e Dias (2009, p. 45), continuam auxiliando no entendimento sobre a AST, apontando que ela pode ser:

[...] um processo participativo que busca promover, no interior dos empreendimentos da Economia Solidária, um reprojeto do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita) ao interesses dos atores que deles participam. Ou seja, um processo que leve a uma adequação não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade (NOVAES; DIAS, 2009, p. 45).

Esta adequação deve ser feita considerando tanto o caráter técnico-econômico, quanto o socioeconômico e o ambiental. A AST, tendo como objetivo adequar a tecnologia convencional (TC), contribui para o desenvolvimento das TS, já que a TC, neste processo adaptativo, é desconstruída e reorganizada em forma de TS. Para alcançar esse resultado, a participação do trabalhador deve ser democrática, a vida útil dos maquinários deve ser prolongada e o meio ambiente deve ser considerado, assim como a saúde do trabalhador e a capacitação autogestionária (DAGNINO, BRANDÃO, NOVAES, 2004).

As TC aqui citadas, baseiam-se no modelo de produção capitalista utilizador das máquinas (DAGNINO, 2004). “Devido ao fato de objetivar o lucro e a competitividade, a TC não permite a participação pública em sua formulação.” (MEZZACAPPA, ZANIN, 2012).

Dagnino, Brandão e Novaes (2004) definem modalidades de AST, conforme apresentado a seguir:

- a) **Uso:** utiliza-se a tecnologia assim como na empresa convencional, porém o recurso financeiro gerado é dividido de forma a respeitar os princípios da economia solidária e do cooperativismo;
- b) **Apropriação:** não há modificação do uso palpável da tecnologia, mas ela se torna parte do processo, sendo apropriada pelo cooperado;

- c) Ajuste ao processo de trabalho: o processo de trabalho deve ser ajustado à organização cooperativista econômico-solidária, questionando-se a divisão técnica do trabalho;
- d) Revitalização ou repotenciamento das máquinas e equipamentos: ações referentes à manutenção ou reposição de maquinários;
- e) Alternativas tecnológicas: para suprir as demandas dos empreendimentos por AST, é necessário utilizar tecnologias alternativas às ditas convencionais;
- f) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente: necessidade de incorporar novos processos produtivos a partir de conhecimentos científico-tecnológicos existentes;**
- g) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo: pela não existência de processos necessários, torna-se essencial produzir novos conhecimentos.**

As modalidades b, f e g são importantes para este estudo, pois abarcam a necessidade de aquisição de novos conhecimentos e apropriação destes pelos membros de um EES para que ele se desenvolva. Ainda mais, para que o empreendimento realmente seja caracterizado como econômico-solidário, é necessário a apropriação dos cooperados sobre os princípios econômico-solidários e o que isso significa, bem como a incorporação de novos processos produtivos, no que é possível incluir técnicas que contribuam para a organização do trabalho.

A forma como são realizadas as parcerias, os contatos com universidades e centros de pesquisa, remete-se a qual caminho esse empreendimento seguirá para se desenvolver em busca da estabilidade e o quão estará mais ou menos próximo dessa estabilidade. Esta condição remete-se à reflexão de que, em conjunto, os equipamentos, as relações de trabalho e os conhecimentos adquiridos pelos cooperados ditarão a maturidade desse empreendimento em relação a ser de economia solidária.

Assim, a AST também se relaciona à forma de organização do processo de trabalho, em termos de definições de funções, de possibilitar aquisição de conhecimentos e estabelecer relações de trabalho horizontais, em vias de alcançar a almejada autogestão. A forma como a AST é apropriada pelos cooperados resultará em determinada relação de trabalho, e essa relação será responsável por possíveis influências na vida do trabalhador.

Quando se pensa em processos, em relações, em organizações, dentro de um campo tecnológico, podem ser traçados paralelos com conceitos de tecnologia utilizados na área da saúde, como tecnologia leve e tecnologia leve-dura.

No contexto da saúde, a tecnologia leve é considerada no campo relacional, na interação entre trabalhadores da área e usuários dos serviços, sejam estes usuários individuais ou coletivos, reputando a forma de agir em busca do cuidar. É considerada nesse processo a singularidade de ação de cada trabalhador, já que cada momento pode demandar determinadas e diferentes intervenções (MERHY, 2003).

As tecnologias leves são necessárias ao ser humano, pois historicamente o setor da saúde foi desenvolvido a partir de interesses econômicos de grupos corporativos que priorizavam tecnologias duras e leve-duras (instrumentos e técnicas/procedimentos pré-estabelecidos), porém, o trabalho em saúde parte de um princípio relacional e não somente de instrumentos e conhecimento técnico, já que o trabalho relacional ocorre enquanto é produzido, no ato da intervenção (MERHY, 2002).

Na área da saúde considera-se então que a tecnologia pode produzir bens e produtos que não são necessariamente palpáveis, mas que podem ser intangíveis. Na promoção de cuidado em saúde, reputa-se que na produção dessas relações, o indivíduo ou as coletividades atendidas podem “[...] resgatar a sua singularidade, autonomia e cidadania” (SILVA; ALVIM; FIGUEIREDO, 2008, p. 293).

Estas considerações sobre estes tipos de tecnologia são difundidas e desenvolvidas em pesquisas da área de saúde estão sendo aqui colocadas pelo fato de que algumas semelhanças foram observadas entre os campos de pesquisa.

Quando são abordadas as relações entre apoiadores, governo e trabalhadores, é sempre frisado que dependendo de como elas ocorrem, produzem determinados e variados resultados. Estas relações dependem do momento contextual e são sempre mutáveis. Considerar que já existe um conhecimento previamente elaborado para resolver determinadas situações seria “matar” a possibilidade de resolvê-las da melhor maneira, aprimorando processos e adaptando-os às realidades apresentadas (que também são variáveis devido aos diversos fatores que as envolvem como quadro político e econômico nacional e internacional, recursos disponíveis, etc.).

Para que os trabalhadores tenham a possibilidade da autonomia, é necessário que as relações com apoiadores e governo sejam desenvolvidas de maneira não pré-determinada por técnicas e instrumentos, mas que seja possibilitada a adequação do momento às demandas apresentadas.

Esta descrição cabe perfeitamente ao modo de agir esperado pelo campo CTS do seu pesquisador: que não se pautem somente em conhecimentos pré-estabelecidos, mas sim no contato com a população pesquisada, pois aquele contato indicará o “fazer” da pesquisa,

delimitará seus encaminhamentos e importância social. Agindo assim, o pesquisador (no caso da produção científica em si) e/ou os apoiadores (no caso do desenvolvimento de AST/TS) poderão contribuir para a aquisição de autonomia da população pesquisada e/ou apoiada.

No caso dos EES e da economia solidária, as AST, possibilitando a constituição de TS, contribuem para que os princípios do campo CTS, que defendem o desenvolvimento de ciências e técnicas voltadas a contribuir com a construção de processos conjuntos que melhorem o meio social em geral, pensando no ambiente, no indivíduo e na sociedade (BAZZO; LINSINGEN; PEREIRA, L., 2000), encontrem um meio de se tornarem práticos. Nesse sentido, elas contribuem também com um dos desafios do campo CTS: o de encontrar meios de envolver a população no desenvolvimento e regulação das ciências e tecnologias adequadas para responder às demandas sociais. Em outro sentido, o campo CTS e a percepção da existência de tecnologias não tangíveis, potencializam a possibilidade de apropriação de conhecimentos por parte dos trabalhadores de EES e na busca da autogestão dos empreendimentos, bem como as parcerias propostas pelos apoiadores e a conquista do controle social perante o Estado.

Singer (2000) considera que a organização de EES promove ‘revoluções locais’, que resultam, dentre outras coisas, na mudança de relacionamento dos cooperados entre eles mesmos, bem como com a família, com os vizinhos, com autoridades públicas, intelectuais, dentre outras.

Este pensamento de Singer se remete ao relacionamento do cooperado, enquanto indivíduo, com o meio familiar e o social, que inclui outros relacionamentos pessoais, políticos e intelectuais. O FBES considera que a economia solidária é importante para o aspecto intergeracional, pois possui como um de seus fundamentos, o desenvolvimento sustentável, o que também engloba as formas de relação acima citadas.

Estas relações da economia solidária com a família são reforçadas pelo acesso das famílias de cooperados às políticas públicas e serviços, propiciado pela organização solidária, que envolve a cooperação entre seus diversos atores e a inclusão econômico-social.

Em relação aos catadores de materiais recicláveis, a realidade é a mesma, sendo interessante observar que na CBO, na qual são apresentadas as funções que os catadores devem desenvolver, consta a necessidade de organizar cursos de capacitação tanto para os próprios cooperados, quanto para os familiares. Isto demonstra a preocupação da economia solidária em se propagar através das gerações, possibilitando um desenvolvimento integrado de seus princípios, e não apenas a inserção econômica do catador.

A família é mencionada em alguns textos sobre economia solidária, porém as potencialidades da relação do trabalho cooperativo do catador de materiais recicláveis e sua dinâmica familiar não possuem muitos desenvolvimentos. Porém, esta relação é importante, pois possibilita averiguar se há e como ocorrem as influências da economia solidária na vida familiar.

Uma forma de realizar essa aproximação é considerar a influência do trabalho nessa dinâmica familiar, e a partir disto, desenvolver como o trabalho econômico-solidário influencia nessa dinâmica, a partir da sua forma de organização a qual depende de diversos fatores, dentre os quais está a forma como as tecnologias foram desenvolvidas e apropriadas pelo EES, considerando sua relação com apoiadores, como a universidade.

Esta relação da família com a tecnologia vai além dessa apropriação, visto que atualmente continua ocorrendo a organização de pessoas em EES buscando a inclusão social e a diminuição de situações de pobreza, que são herança do desenvolvimento tecnológico desenfreado provocado pela visão determinista de ciência e tecnologia.

4 DINÂMICA FAMILIAR E TRABALHO

4.1 DINÂMICA FAMILIAR

A família pode ser considerada como um sistema sociocultural aberto que está defronte as possibilidades de mudanças vindas de fatores internos ou externos. Ele possui necessidades de mudanças e capacidade para isso, mas enquanto se adapta e muda, ainda detém uma continuidade. Nesse sistema, cada integrante tem um papel fixo que possui uma flexibilidade em relação à expectativa que se tem sobre ele. Nessa forma de funcionar, encontram-se a denominada dinâmica e a saúde familiar (MINUCHIN, FICHMAN, 1990).

Considerando um indivíduo em um contexto familiar – o qual possui papéis específicos na vida familiar e na social –, entende-se que a história do indivíduo é única, que ele é inserido em um meio familiar também único, mas que ele se contextualiza socialmente (PÜSCHELL, IDE, CHAVES, 2006). Assim, a família possui uma característica sociodinâmica que vivencia uma luta entre suas características internas e as influências externas. Essa característica familiar pode mudar de acordo com a forma de relacionamento existente entre os fatores internos e externo, o que é influenciado pelo momento contextual vivenciado pela família (SEIXAS, 1992).

Sobre as famílias, enquanto instituições nas quais seus membros se relacionam com outras instituições sociais, reputa-se como importante conhecer sua realidade e contexto vivencial para entender sua dinâmica. Por essa perspectiva, pode-se considerar a família como um ponto de passagem entre o indivíduo e a sociedade (TARAMDACH, 1978).

As características relativas à dinâmica familiar dependem de como a família se relaciona e de como seus membros se comportam uns com os outros, considerando como se constituem as atividades diárias que se remetem à rotina (forma instrumental) e como se desenvolve a comunicação interna, as expressões manifestas (forma expressiva) (ANGELO, 2000).

Desse modo, a família é um sistema que possui ocorrendo em seu interior a vivência de pessoas em um espaço físico comum com a manutenção de relações significativas (CERVENY, 2000). Ela é um único grupo, formado por diferentes indivíduos possuidores de comportamentos interdependentes. Nas palavras de Cerveny (2000, p. 27) compreende-se que “[...] cada membro do sistema influencia os outros, sendo ao mesmo tempo influenciado por eles. Essas influências mútuas são o cotidiano da vida familiar”.

Considerando a visão de que a família é um sistema “inserido em” e “relacionado a” outros sistemas, o grupo familiar pode ser apresentado com diversas configurações, tais quais: “família de origem, família extensa, família nuclear, família substituta, família monoparental, dentre outras.” (ARAÚJO, 2007, p. 35).

O primeiro tipo é o demarcado por laços sanguíneos; a família extensa remete-se ao parentesco sanguíneo e por afinidade (CERVENY, 2000); a nuclear refere-se ao grupo composto de pais e filhos com laços biológicos; a família substituta caracteriza-se por ser composta por pessoas sem laços sanguíneos ou de parentesco; e a monoparental é constituída pela presença de somente um progenitor e filhos (ARAÚJO, 2007). É importante reforçar que mesmo com a variedade de configurações, todas são consideradas como famílias.

A família é um espaço de pertença para o sujeito que busca sua individualização. Ela permite que o sujeito crie, além de sua individualidade, sua própria identidade, já que ela é também um espaço de aprendizagem que permite ao sujeito ser da família e ao mesmo tempo se relacionar com o que é externo (ARAÚJO, 2007).

A família, enquanto inserida em um contexto maior e passível de mudanças, mesmo que possua determinadas qualidades fixas, possui sua definição dependente de um contexto maior, sendo que já tentou-se descrevê-la de diversas formas, as quais já se transformaram ao longo do tempo.

Referindo-se à forma peculiar de cada família se relacionar e funcionar, Agostinho e Sanchez (2002, p.33) definem a dinâmica familiar como “[...] um conjunto de trocas de influências entre seus membros” e que depende do momento socioeconômico em que a família está inserida. Através dela, variam a forma como são organizados os papéis dos familiares, seus motivos e sua hierarquia, bem como com ela a pessoa será constituída enquanto sujeito (ARAÚJO, 2007).

Féres-Carneiro (1992) aponta alguns fatores fundamentais para que a dinâmica familiar ocorra, dentre os quais estão:

- Comunicação harmoniosa, orientadora, utilizável ao que se destina e com conteúdo emocional;
- Regras coerentes e maleáveis;
- Liderança democrática, ou seja, compartilhada entre genitores e filhos;
- Auto-estima;
- Possibilidade de exercer a individualidade mas preservando a unidade familiar.

Quando o indivíduo percebe o apoio provido pela família no enfrentamento de problemas, o estresse é reduzido e o bem-estar psicológico é aumentado (CAMPOS, 2004), ou seja se a família possui uma postura facilitadora, ela pode ser considerada um sistema de suporte e promoção de saúde mental para os seus membros. Ou seja, ela previne o surgimento de transtornos mentais (FÉRES-CARNEIRO, 1992) ou ainda, de sofrimentos psíquicos.

Considerando o desenvolvimento capitalista, pode-se refletir sobre o processo de globalização, que ela tira cada vez mais a autonomia dos diversos sistemas sociais existentes no mundo. As dinâmicas familiares inserem-se nesse contexto sendo também influenciadas, já que dependem dos contextos sociais para ocorrer (FERNANDES, 1994).

Entende-se então que não é possível compreender a família e as mudanças que nela ocorrem se não considerarmos as alterações sociais, que podem atingir áreas econômicas, científicas, tecnológicas, relacionais, dentre outras (FERNANDES, 1994).

As já apresentadas famílias extensas ou nucleares são consideradas nesse contexto global como um dos principais espaços de convivência social, já que ainda são os modelos almejados por grande parte da população e possuem como base de autonomia, a inserção no mercado de trabalho (FERNANDES, 1994). Mesmo que as configurações familiares sejam variáveis, este é um aspecto que se observa permear os desejos familiares: a estabilidade econômica.

Pode-se vincular isso ao gênero e sua relação com a organização familiar. Ainda que atualmente as relações entre casais tenham mudado pela configuração socioeconômica, continua ‘vagando’ uma mística sobre o casamento monogâmico, que relaciona o homem ao trabalho e a mulher ao cuidado da família. Essa herança de pensamento é reforçada no espaço de trabalho, o qual a mulher conseguiu ocupar, mas ainda sofre com diferenciações em relação aos homens, principalmente na distribuição de funções e salários (NEGREIROS; FÉRES-CAREIRO, 2004).

Esta é uma herança cultural mais relacionada às classes médias que visam à ascensão econômica e que é oferecida às outras classes como a ideal. Observa-se por outro lado que o funcionamento de uma família de classes consideradas populares, difere em relação a esse aspecto da inserção laboral, no sentido de que ela ocorre de acordo com suas necessidades de sobrevivência. Porém, essa visão convive com uma nova concepção de família, na qual é permitido que as funções de seus membros outrora vistas como imutáveis, sejam passíveis de mudanças. Ou seja, as famílias monoparentais, substitutas, dentre outras formas de organização possíveis de existir, possibilitam um plural de organização de papéis, como o homem se tornar dono-de-casa, a mulher ser o chefe da família, os casais não possuem

filhos, etc. Privilégios e vontades passam a ser compartilhados no grupo familiar (NEGREIROS; FÉRES-CAREIRO, 2004).

A dinâmica familiar depende então de fatores internos e externos, da cultura vivenciada pelos seus membros, que constituem um único sistema, mas que possuem individualidades. Os papéis contidos ao mesmo tempo em que possuem um caráter fixo (como por exemplo, o de ser pai, o de ser mãe, o de ser filho, etc.), são sujeitos a mudanças nas funções cotidianas. As possíveis relações desenvolvidas possuem um histórico baseado na questão de gênero, que podem ser perpetuadas ou adaptadas às novas possibilidades de organização. Isso tudo é peculiar do grupo familiar e é incluído em sua dinâmica. Como a família sofre influências de diversas instituições externas, escolheu-se refletir sobre o espaço de trabalho, que tem potencial de influenciar na identidade do indivíduo, a qual é primeiramente constituída a partir das relações familiares.

4.2 INFLUÊNCIAS DO TRABALHO NA DINÂMICA FAMILIAR

As transformações ocorridas na Sociedade, caracterizada basicamente pela transição de uma sociedade industrial para pós-industrial, têm exigido uma maior reflexão sobre a organização social do trabalho, as exigências de novas competências e seus reflexos nas relações sociais e na formação identitária do sujeito. (OLIVEIRA, 2011, p. 345).

A frase acima foi posta para uma primeira reflexão em busca de compreender o que é o trabalho nos dias de hoje.

Diversas organizações são criadas, algumas seguindo o sistema capitalista e outras, alternativas a esse sistema. De qualquer forma, o que permeia essas relações, independente de sua natureza, possui características comuns no que diz respeito aos processos de socialização que o indivíduo desenvolve com determinados grupos sociais, à influência na identidade do sujeito e na interação entre sistemas sociais nos quais o indivíduo se insere.

A forma como o indivíduo se relaciona com seus grupos sociais determina como ocorre o processo de socialização, e este processo depende de inúmeros fatores como o contexto e a cultura própria, relacionando-se com a noção de identidade, a qual está em movimento, em uma dinâmica que envolve a estruturação e a desestruturação (DUBAR, 1997).

Assim como a família, as relações de trabalho estão inseridas em um sistema maior e são influenciadas por ele. Este é o sistema social. As diversas instituições inseridas no sistema social sofrem influências umas das outras, sendo que a relação trabalho-família também está

inclusa nisso. Essa visão rechaça a visão Taylorista de que o trabalho remete-se à razão e à objetividade e a família, aos afetos, pela consideração de que o trabalho também está no âmbito dos afetos. O ser humano trabalha tanto para suprir necessidades materiais como afetivas, relativas ao reconhecimento (VASQUES-MENEZES; CODO; MEDEIROS, 1999).

O trabalho, como instituição externa que influencia na dinâmica familiar, tem impacto também na constituição da identidade do indivíduo. Porém, esta identidade é constituída primordialmente na família, considerando todo o contexto social que nela influencia.

Sobre a identidade, Veronese e Esteves (2009, p. 219) elaboraram a seguinte compreensão a partir das concepções de Dubar (2005) e Frable (1997):

Em uma perspectiva psicossocial, o conceito de identidade é tomado como a relação psicológica do indivíduo com sistemas específicos de categorias sociais. Considera-se a identidade como uma articulação do indivíduo com o social a um só tempo estável e provisória, individual e coletiva, biográfica e estrutural. Ela se configura no processo das transações do eu (identidade biográfica/subjetiva) com o outro (identidade relacional/objetiva) e com o mundo (identidades disponíveis culturalmente). As múltiplas identidades de uma pessoa (gênero, raça/etnia, sexo, classe, grupos minoritários ou outras) são construídas mediante um processo de negociação intra e interpessoal dentro dos sistemas sociais específicos em que estejam inseridas.

Aqui, volta-se a refletir sobre o papel dos homens e das mulheres na sociedade, observando-se que mesmo com diversas mudanças sociais, ainda ocorre a diferenciação de ambos: o homem sai para trabalhar, enquanto a mulher cuida da casa. Atualmente, a mulher conseguiu um grande espaço no mercado de trabalho, mas ele ainda é marcado por diferenças, mesmo que ‘colocando em cheque’ essa visão antiga de gênero no trabalho. Um fato curioso sobre isso é que historicamente, mesmo que não absolutamente, a mulher vem se inserindo em empregos que necessitam como ações o cuidado do próximo, o que se remete à sua antiga função familiar: a de cuidar da família (VASQUES-MENEZES; CODO; MEDEIROS, 1999).

Com as mudanças ocorridas, os problemas relacionados ao gênero no trabalho vão se tornando problemas de categoria, e a relação entre trabalho e família começa a ser cada vez mais igualmente possível tanto para o homem quanto para a mulher, como por exemplo, a dupla jornada (trabalhar/cuidar dos serviços do lar), que vem cada vez mais sendo dividida por ambos os parceiros (VASQUES-MENEZES; CODO; MEDEIROS, 1999).

Um dos grandes exemplos de influência do trabalho na dinâmica familiar remete-se a quando os conflitos vivenciados em ambos os espaços começam a se tornar incompatíveis: o desempenho no trabalho motivado por conflitos domésticos, se torna baixo; ou o trabalhador

passa por um sofrimento psíquico por não poder se dedicar à família por sobrecarga laboral (VASQUES-MENEZES; CODO; MEDEIROS, 1999).

Igualar os homens e as mulheres no caso da dupla-jornada é considerar que hoje eles tenham os mesmos problemas em relação a isso. Para tal, é necessário pactuar um novo modo de conviver, que supere a visão antiga de responsabilizar somente a mulher pelo cuidado do lar, já que esta também está trabalhando em instituições externas. Assim, as exigências que tanto o homem quanto a mulher possuem de seus trabalhos, levam-nos à necessidade de criar uma nova rotina, que necessita de cooperação para uma divisão justa das tarefas de casa (VASQUES-MENEZES; CODO; MEDEIROS, 1999).

Assim, pensando sobre o trabalho cooperativo baseado na Economia Solidária, dentre tantas outras formas de organização, pode-se dizer que ele proporciona diversas mudanças na vida do trabalhador, interferindo na subjetividade dos cooperados e não sendo apenas uma possibilidade econômica (PEREIRA; CARVALHO; LADEIA, 2008). Pela sua forma de organização diferente da capitalista, o trabalho econômico-solidário é potencial a auxiliar nessa busca de um modo cooperativo de organização da relação familiar, apontada como necessária atualmente. O trabalho cooperativo permite ao cooperado ter “[...] auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos” (SOUZA, 2000, p. 10).

Essa visão que tenciona o individual e o coletivo pode ser transferida para as relações de trabalho que, em relação à construção da identidade do indivíduo, é o cerne em que cognição e afetividade são testadas. Intersubjetivamente, as vivências cotidianas do espaço de trabalho refletem na identidade e nesse sentido, pode-se dizer que a organização cooperativa e solidária do trabalho possui uma capacidade positiva de impacto na identidade dos trabalhadores de empreendimentos que possuem essa forma de organização (VERONESE, ESTEVES, 2009).

O trabalho econômico solidário viabiliza que o indivíduo se reconheça enquanto ser social e se situe em sua própria realidade. Ele possibilita também que o trabalhador se desenvolva para além de sua função no EES, levando à construção de uma identidade produtiva e à realização de expectativas sociais (CARVALHO, 2010).

Então, acredita-se ser importante qualificar possíveis alterações na dinâmica familiar, no caso deste trabalho, de catadores de materiais recicláveis, após a inserção deste trabalhador em um EES. Isso, pois, considerando-se que as relações que ocorrem no espaço de trabalho são potenciais a interferir na identidade do sujeito e conseqüentemente nas relações familiares, caracterizar as mudanças ocorridas após o contato das famílias com os princípios

econômico-solidários (direta ou indiretamente), pode contribuir com a literatura que já indica o desenvolvimento de comportamentos mais solidários e cooperativos, de autonomia e consequente tolerância com o próximo por parte dos atores do movimento da economia solidária.

Para tal, é necessário investigar no empreendimento aspectos referentes à: apropriação de conhecimento; autogestão; tecnologias disponíveis e organização do trabalho para avaliar a influência do contexto vivenciado nas considerações realizadas pelos catadores e suas famílias.

Acredita-se que estudar a influência do trabalho econômico-solidário na dinâmica familiar possa contribuir também para incentivar a elaboração, a adequação e a efetivação de políticas públicas de economia solidária pela possibilidade de elucidar benefícios não só econômicos e individuais, mas também emocionais, familiares e sociais.

A abordagem CTS adotada agrega a estas contribuições a perspectiva de que a ciência e a tecnologia chegam até a população de diferentes formas, e que o processo envolvido pode interferir nas consequências pela consideração ou não de demandas e contextos sociais.

5 OBJETIVOS

O objetivo geral desse trabalho é investigar sob a abordagem CTS as influências das relações de trabalho econômico-solidárias na dinâmica familiar dos catadores.

Já os objetivos específicos são:

- Sistematizar as relações de trabalho observadas na cooperativa;
- Identificar os aspectos tecnológicos e de apropriação do conhecimento existentes no empreendimento;
- Caracterizar as mudanças na dinâmica familiar dos catadores após sua inserção no empreendimento econômico-solidário;
- Elaborar parâmetros para estimular a construção de políticas públicas voltadas à população envolvida na pesquisa.

6 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de caráter exploratório, indicando como característica a aproximação com o problema, buscando torná-lo explícito e criar hipóteses (GIL, 2007). Este tipo de pesquisa é adequado ao problema de pesquisa definido neste trabalho, o qual foi definido como a necessidade de caracterizar se e como a economia solidária pode influir na dinâmica familiar de catadores inseridos em cooperativas.

Essa pesquisa é também do tipo qualitativo, o que significa que sua preocupação é se aprofundar no conhecimento de um objeto de estudo, e não quantificá-lo. Este tipo de pesquisa permite uma averiguação sem julgamentos pessoais (GOLDENBERG, 1997).

Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa utiliza a cultura dos sujeitos, visando um aprofundamento em espaços de relações e fenômenos que não devem ser mensuradas de outra forma que não seja considerando os processos subjetivos. Esse tipo de pesquisa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 14).

Assim, essa pesquisa se constitui em uma ferramenta para o campo CTS, por se desenvolver a partir da vivência dos sujeitos pesquisados, o que permite refletir e questionar a teoria existente, a partir do contexto em que estes sujeitos estão inseridos.

Este tipo de pesquisa pode contribuir com um dos desafios do campo CTS, que se refere à criação de estratégias para que a população efetivamente participe do desenvolvimento e avaliação das ciências e tecnologias. Em relação à economia solidária, esta pesquisa pode potencializar as discussões sobre a importância de serem criadas novas relações de produção e econômicas a partir das demandas sociais como forma de superar a situação de desigualdade e exclusão observada com o desenvolvimento capitalista.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar (CEP-UFSCar), o qual foi aceito³, antes da pesquisa iniciar, para garantir os aspectos éticos da pesquisa e a integridade dos sujeitos envolvidos, considerando as normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi definida a realização dos procedimentos metodológicos, ilustrados na Figura 2, sendo que as estratégias adotadas para o desenvolvimento de cada procedimento estão descritas sinteticamente no Quadro 2.

³ Ver Anexo 2. O título da pesquisa que consta no documento (“Saúde mental e economia solidária: um estudo com famílias de catadores de materiais recicláveis”) foi o primeiro proposto, antes da definição do título atual.

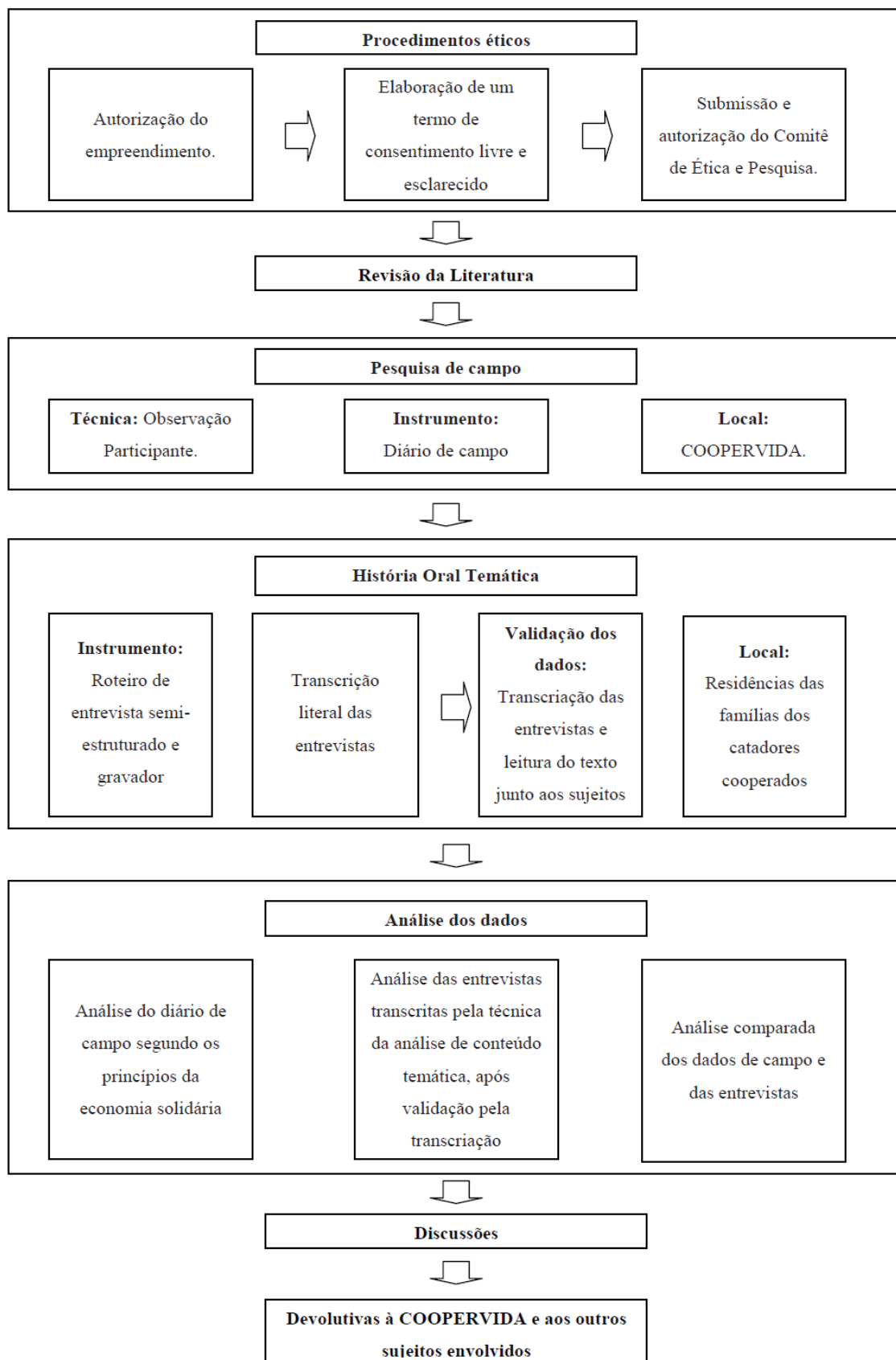


Figura 1 - Procedimentos Metodológicos⁴

⁴ As devolutivas ainda serão realizadas.

Quadro 2 – Estratégias metodológicas

		Continua...	
ETAPA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO ADOTADO	RECURSOS NECESSÁRIOS
PROCEDIMENTOS ÉTICOS			
- Assinatura da Autorização para realização da pesquisa de campo; - Elaboração do Termo Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); - Submissão ao CEP.	- Garantir que a pesquisa possua os padrões éticos necessários para ser realizada, obtendo a autorização do CEP; - Informar os participantes sobre a natureza da pesquisa para que eles possam decidir sobre a sua participação - Obter autorização dos sujeitos e do EES participantes para a realização da pesquisa.	- Realização de conversa com a presidenta da cooperativa, explicando a pesquisa e solicitando autorização para realizar o trabalho de campo no espaço de trabalho da COOPERVIDA; - Elaboração de um TCLE, pautado nas orientações fornecidas pelo CEP-UFSCar; - Consultas ao manual e ao atendimento da Plataforma Brasil para preencher adequadamente o formulário de submissão de projetos on-line para avaliação do CEP; - Preenchimento on-line do formulário disponível para submissão do projeto.	- Termo de autorização impresso em duas vias para leitura e assinatura da presidenta COOPERVIDA; - Documentos de orientação on-line fornecidos pelo CEP; - Meio de transporte até a cooperativa. - Obtenção de autorização dos entrevistados para realizar as entrevistas.
REVISÃO DE LITERATURA			
Revisão da literatura.	Identificar o estágio do conhecimento existente sobre o tema.	- Utilização de livros, artigos e outros materiais já conhecidos como ponto de partida para as pesquisas; - Busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, de trabalhos acadêmico-científicos que contemplassem os termos “catador”, “reciclável”, “economia solidária”, “família” de diversas formas combinadas; - Elaboração de tabelas sistematizando os trabalhos; - Seleção das teses e dissertações a serem utilizadas; - Busca de artigos relacionados aos trabalhos selecionados.	- Computador para buscas online; - Livros, artigos, teses, dissertações e outros textos físicos ou digitalizados/on-line.
Levantamento de informações sobre a cooperativa.	Caracterizar o campo de pesquisa a partir de resultados de pesquisas pré-existentes, dados de relatórios, dentre outras fontes de informação.	- Seleção de artigos, relatórios, teses e dissertações que abordassem temas relativos à COOPERVIDA; - Elaboração de texto síntese sobre o empreendimento.	- Computador para realização de buscas online - Livros, artigos, teses, dissertações e outros textos físicos ou digitalizados/on-line.
			Sistematização da literatura pertinente. Sistematização da literatura pertinente.

ETAPA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO ADOTADO	RECURSOS NECESSÁRIOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE				
Aproximação com a COOPERATIVA.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar vínculo com os membros do empreendimento; - Viabilizar a realização do trabalho de campo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção no NuMI-EcoSol da UFSCar; - Participação da linha de ação "Educação, saúde e cidadania" no NuMI-EcoSol; - Realização de visitas à COOPERATIVA com pessoas do NuMI-EcoSol que já tinham contato com o grupo; - Realização de reuniões com membros da linha de ação do NuMI-EcoSol para discutir sobre a situação da COOPERATIVA. 	Meio de transporte até a cooperativa.	Obtenção de espaço para participar do cotidiano de trabalho.
Trabalho de campo.	Caracterizar as principais relações que ocorrem no ambiente de trabalho da cooperativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização da técnica da observação participante; - Realização de visitas periódicas (10 em um período de 5 meses, entre agosto e dezembro de 2012); - Participação do cotidiano de trabalho dos catadores do empreendimento, principalmente junto à esteira de triagem; - Momentos de conversas com membros dos conselhos administrativo e fiscal; - Participação no momento de intervalo/lanche para conversar com um maior número de cooperados por vez. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para evitar acidentes no ambiente de trabalho; - Diário de campo; - Meio de transporte até o local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de aspectos econômico-solidários no ambiente de trabalho; - Conhecimento das impressões dos catadores sobre a cooperativa e a configuração das relações internas.
HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA				
Definição dos catadores a serem convidados para as entrevistas e realização de convite.	Viabilizar a realização das entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos catadores que estão a mais tempo na cooperativa; - Escolha de 4 catadores; - Convite aos catadores; - Convite a outros catadores por não ter dado certo realizar a entrevista com alguns dos primeiros convidados; - Definição dos sujeitos da pesquisa, sendo: <ul style="list-style-type: none"> - Grupo Familiar 1 – Entrevista Piloto: catadora, marido, irmão, um filho e uma filha; - Grupo Familiar 2 – Catadora e marido; - Grupo Familiar 3 – Catadora, marido e filho; - Grupos Familiar 4 – Catadora, filha e duas netas; - Definição de datas, horários e locais para realizar as entrevistas. 	Elaboração de quadro para organizar informações sobre as entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> - Definição dos grupos familiares a serem entrevistados; - Realização das entrevistas.

ETAPA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO ADOTADO	RECURSOS NECESSÁRIOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA (Continuação)				
Realização das entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o perfil do grupo familiar; - Compreender como era a vida do catador antes e após a sua inserção em um empreendimento econômico-solidário; - Identificar se há e como ocorrem as influências da economia solidária na dinâmica familiar; - Conhecer sobre o acesso das famílias a serviços públicos bem como sua rede de relações sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura, explicação, esclarecimento às dúvidas e assinatura do TCLE pelos entrevistados e pela pesquisadora. - Gravação das entrevistas, realizadas a partir de um roteiro semiestruturado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gravador digital; - TCLE impresso em quantidade suficiente para assinatura de todos os participantes, incluindo uma via para cada um; - Caneta; - Uma cópia do roteiro de entrevista¹⁰. 	<ul style="list-style-type: none"> - Material em áudio para transcrição e análise; - Transcrição das entrevistas.
Transcrição das entrevistas.	Validar os dados coletados, transcritos e transcritos.	Leitura do texto transcrito para que as famílias possam aprovar seu conteúdo ou sugerir alterações, bem como se apropriar de seus pensamentos através da compreensão do entrevistador.	Texto transcrito impresso.	Dados validados para análise.
ANÁLISE DOS DADOS				
Análise dos dados do trabalho de campo.	Caracterizar as principais relações que ocorrem no ambiente de trabalho da cooperativa.	Organização dos dados do diário de campo considerando os princípios da economia solidária e a forma de organização cooperativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Diário de campo; - Quadro para organizar os dados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização das principais relações que ocorrem no ambiente de trabalho; - Compreensão do nível de autogestão praticado no empreendimento; - Compreensão do potencial de relações de trabalho ocorridas no espaço em relação aos princípios da economia solidária.
Análise dos dados das entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a influência dos valores da economia solidária na dinâmica familiar; - Elaborar parâmetros para estimular a construção de políticas públicas voltadas à população envolvida na pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> -Pré-análise; -Exploração do material; -Tratamento dos resultados obtidos e interpretação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas transcritas para análise; - Gravação em áudio para conferir as falas dos entrevistados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados organizados de acordo com os fundamentos da técnica de análise.

¹⁰ Ver Apêndice 1. No modelo de TCLE apresentado aos entrevistados, ainda constava o título anterior desta pesquisa: *Saúde mental e economia solidária: um estudo com famílias de catadores de materiais recicláveis*.

Conclusão.			
ETAPA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO ADOTADO	RECURSOS NECESSÁRIOS
Devolutiva ao empreendimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir os resultados com os cooperados; - Contribuir para o desenvolvimento do empreendimento 	<p style="text-align: center;">DEVOLUTIVAS¹⁰</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agendamento de reunião com os conselhos administrativo e fiscal; - Agendamento de reunião com o grupo todo; - Apresentação dos resultados da pesquisa; - Discussão sobre as possibilidades de utilização dos resultados junto ao empreendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Texto com os resultados sistematizados em linguagem popular.
Devolutiva aos grupos familiares.	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir os resultados com as famílias; - Contribuir para a reflexão sobre como ocorre a dinâmica familiar dos sujeitos da pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agendamento de reunião com a família; - Apresentação dos resultados da pesquisa; - Discussão sobre possibilidades de utilização desses resultados pela família. 	<ul style="list-style-type: none"> - Texto com os resultados sistematizados em linguagem popular.
Devolutiva ao Numi-EcoSol e ao PETI.	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir com a equipe do Numi-EcoSol e com os estagiários PETI sobre possíveis intervenções junto à COOPERVIDA; - Refletir sobre as ações relativas ao tema de pesquisa que já foram realizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agendamento de reunião com as linhas de ação envolvidas; - Apresentação dos resultados da pesquisa; - Discussão sobre as possibilidades de utilização desses resultados para a elaboração de intervenções junto ao empreendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Texto com os resultados sistematizados em linguagem popular. - Relatório com os resultados sistematizados.

¹⁰ As devolutivas ainda serão realizadas.

Considerando todos os procedimentos realizados, foi esquematizado no Quadro 3 quais objetivos específicos foram respondidos em cada etapa dessa pesquisa, sendo que o objetivo geral foi atingido a partir da inter-relação de todos os resultados obtidos por meio dos objetivos específicos.

Quadro 1 - Objetivos específicos

Objetivos	Etapas
Sistematizar as relações de trabalho observadas na cooperativa;	- Aproximação com a COOPERVIDA; - Trabalho de campo.
- Identificar os aspectos tecnológicos e de apropriação do conhecimento existentes no empreendimento;	- Revisão da literatura; - Levantamento de informações sobre o empreendimento; - Aproximação com a COOPERVIDA; - Trabalho de campo.
- Caracterizar as mudanças na dinâmica familiar dos catadores após sua inserção no empreendimento econômico-solidário;	- Definição dos catadores a serem convidados para as entrevistas e realização de convite; - Realização das entrevistas; - Transcrição das entrevistas.
- Elaborar parâmetros para estimular a construção de políticas públicas voltadas à população envolvida na pesquisa.	- Este objetivo será cumprido a partir da associação dos resultados de todas as etapas anteriores.

6.1 SUJEITOS DE PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são alguns cooperados da COOPERVIDA e suas famílias, que foram escolhidas a partir do contato com os catadores na cooperativa e a criação de vínculo com os mesmos. Durante o trabalho de campo, os catadores escolhidos se mostraram mais dispostos a uma aproximação, o que facilitou o estabelecimento de vínculo, o convite e a aceitação do mesmo.

Para definir quais famílias seriam entrevistadas, foi utilizado como critério de inclusão, o tempo de permanência do catador no empreendimento. Assim, foram considerados como passíveis de serem entrevistados os cooperados que trabalhavam há mais de um ano na cooperativa, considerando que nesse tempo mínimo, o catador teria vivenciado as relações de trabalho cooperativistas baseadas nos princípios da economia solidária, bem como tido a possibilidade de participar de cursos de capacitação e formação, oferecidos pelo NuMI-EcoSol e pelo DAES. Cooperados com menos de um ano de trabalho foram excluídos pela menor possibilidade de terem adquirido conhecimentos sobre economia solidária e cooperativismo.

A amostragem selecionada de sujeitos a serem entrevistados, em pesquisas qualitativas, não deve ser muito grande, mas sim suficiente para o pesquisador conseguir obter conhecimento sobre o objeto de estudo. A pesquisa qualitativa não tem uma preocupação

essencial com a generalização dos dados, apesar de que a amostra deva representar o conjunto total do campo pesquisado e apresentar reincidência de informações, saturando-as (MINAYO, 2007).

A pesquisa qualitativa exige do pesquisador a capacidade de analisar profundamente dados não mensuráveis, como crenças, valores, cultura, contexto, dentre outras variáveis não objetivamente observáveis. Ou seja, ela busca a elucidação de fenômenos que possuam alto grau de complexidade (MINAYO; SANCHES, 1993; MINAYO, 2007)

Inicialmente, estimou-se que o número de três a quatro famílias, seria um número de entrevistados suficiente, mas não definitivo, diante do contexto da cooperativa pesquisada, considerando que o método qualitativo que não tem intenções de quantificar, mas sim de se aprofundar em determinadas informações. Ela era composta na época por 56 catadores quando a pesquisa foi realizada e os mais antigos eram membros do Conselho Administrativo (formado por três cooperados) e do Conselho Fiscal (seis cooperados, sendo três suplentes. Com o desenvolvimento da pesquisa e das análises dos dados, as informações coletadas junto a essas três famílias foram consideradas suficientes para as análises por condizerem com o proposto por Minayo (2007) de que elas fornecessem conhecimento adequado sobre o objeto ao pesquisador, além de começarem a apresentar repetição de dados.

Para selecionar as famílias, a princípio o pesquisador fez uma lista escrita no diário de campo com os nomes dos catadores que estavam dentro do critério de tempo de trabalho delimitado para a pesquisa. Ele tentou se aproximar deles durante o trabalho de campo e selecionou os que constituiu melhor relação. Após, estes nomes foram organizados considerando os catadores que trabalhavam há mais tempo na cooperativa (que ficaram no topo da lista), e os catadores que estavam há menos tempo da cooperativa. Delimitou-se assim que o convite poderia ser feito a nove catadores (sendo três catadores dos conselhos e seis que exerciam outras funções no empreendimento). Desse modo eles foram sendo convidados a participar das entrevistas a partir da sequência da lista elaborada.

A catadora que seria a primeira convidada teve problemas pessoais que refletiram em seu trabalho, levando-a a abandonar a cooperativa, o que ocasionou a perda de contato com a mesma. A segunda catadora também apresentou problemas sérios de saúde na família e se indis pôs a participar das entrevistas. Assim, as quatro famílias seguintes da lista foram sendo convidadas e entrevistadas. Dos três últimos catadores da lista (um homem e duas mulheres), uma havia se afastado temporariamente da cooperativa por licença maternidade, mas em contato telefônico informou que seu marido não aceitou participar da entrevista e os outros

dois não chegaram a ser convidados pois com o decorrer das entrevistas, os dados de três famílias entrevistadas foram considerados suficientes para análise.

Com uma dessas famílias selecionadas, foi realizada uma entrevista piloto. Esta entrevista foi a primeira realizada e ocorreu com a família em questão por ela ser a primeira disponível no agendamento das datas. Os dados dessa entrevista não foram considerados para as análises por ter ocorrido diversas interferências, devido ao local inadequado disponibilizado para sua realização. Este local ficava em frente à sua residência e muitas pessoas passavam por lá, distraíndo os entrevistados, conversando durante a entrevista e ainda tentando prestar atenção no que acontecia. Alguns familiares abandonaram a entrevista antes de seu término e outros que não quiseram participar de início, começaram a intervir nas respostas dos sujeitos. Assim, considerou-se que as respostas dos familiares sofreram influências externas e desse modo não deveriam constituir material de análise. Estas experiências contribuíram para a realização das outras entrevistas, já que interferências foram evitadas com um acordo inicial melhor elaborado.

Para análise dos dados, foram considerados os Grupos Familiares 2, 3 e 4, os quais eram compostos respectivamente por duas (um casal), quatro (um casal com dois filhos) e seis pessoas (família monoparental com uma catadora, uma filha e um filho e três netas).

No caso dos Grupos Familiares 2 e 3, tanto as catadoras de referência, com quem foi criado vínculo no espaço de trabalho, quanto seus cônjuges, eram catadores da COOPERVIDA.

O perfil socioeconômico das famílias entrevistadas, obtido a partir do primeiro bloco de questões do roteiro de entrevistas, será apresentado nos resultados.

6.2 TRABALHO DE CAMPO: A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Severino (2007), afirma que na pesquisa de campo, aborda-se o objeto fonte da pesquisa em seu ambiente e contexto, pois tudo que lhe envolve deve ser observado como realmente ocorre, em condições naturais. Ela possibilita investigar, sob diversos aspectos, tanto indivíduos, quanto grupos e outras instituições.

Para o trabalho de campo, foi utilizada a técnica da observação participante, segundo a qual o pesquisador deve se inserir no grupo que está observando, como se fizesse parte dele. Através dessa participação do cotidiano, busca-se significar como é estar ali, valorizando a interação social. Destaca-se nessa técnica a importância de conhecer a cultura geral do grupo, bem como as formas como ele se expressa e compreende sua situação, para que seja possível

entender seus motivos e sentimentos. Para tornar possível a compreensão das inter-relações pessoais presentes neste meio, é necessário conhecer as regras existentes, implícitas ou explícitas, e o comportamento dos membros do grupo em relação a estas regras (QUEIROZ *et al*, 2007).

Para que a observação participante seja válida como técnica de coleta de dados, devem-se planejar bem os procedimentos a serem realizados, os quais incluem a definição do que e como observar. A observação participante possibilita ainda, pelo contato do pesquisador com o objeto de pesquisa, a compreensão sobre o que os sujeitos atribuem como significado às suas ações (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Esta técnica permite então mais do que observar a rotina de trabalho, mas também compreender o porquê dela ocorrer de determinada forma, considerando o contexto do empreendimento, sua cultura geral, e o conhecimento dos catadores sobre a natureza e constituição de seu empreendimento. O conhecimento dos cooperados sobre o universo em que estão inseridos é de extrema importância para a definição de como ele atuará no empreendimento. Existem algumas dificuldades sobre essa compreensão devido ao fato da organização cooperativa ser diferente da capitalista, a qual o indivíduo está acostumado a conviver antes de aderir ao empreendimento. Mudar suas atitudes sobre o processo de trabalho é um exercício constante e demanda interesse do trabalhador.

Na aplicação da técnica da observação participante, o observador pode assumir diversas posições, dependendo da situação que pretende participar. Ele pode se inserir no ambiente estudado como: o participante total; o participante como observador; o observador como participante; o observador total (GOLD, 1958; MINAYO, 1994).

Na situação desse trabalho, a modalidade de observador escolhida foi a do “observador como participante”. Este tipo de observador desenvolve relações rápidas e sem muita profundidade, desenvolvendo a observação de modo mais formal. Esta modalidade é adequada para o complemento de entrevistas e por isso foi a escolhida (GOLD, 1958; MINAYO, 1994). Assim, houve participação do pesquisador no cotidiano de trabalho, principalmente nas atividades e nos momentos de lazer dos catadores cooperados.

Antes de iniciar a observação, a presidenta da cooperativa assinou uma declaração¹ autorizando a realização da pesquisa e a permanência do pesquisador no espaço de trabalho, bem como sua participação nas atividades.

¹ Ver Anexo 1. O título da pesquisa que consta no documento (“Saúde mental e economia solidária: um estudo com famílias de catadores de materiais recicláveis”) foi o primeiro proposto, antes da definição do título atual.

No total, foram realizadas dez visitas, em um período de cinco meses, entre agosto e dezembro de 2012, somando um total de aproximadamente vinte horas junto ao campo de pesquisa.

Esta aproximação com a cooperativa foi facilitada pela inserção do pesquisador no grupo da linha de ação “Educação, Saúde e Cidadania” do NuMI-Ecosol. A partir de uma reunião realizada entre esse grupo e a presidenta da COOPERVIDA, a relação entre o pesquisador e o empreendimento foi sendo constituída, o que possibilitou a apresentação do projeto de pesquisa e a consequente aceitação por parte do empreendimento de que ele fosse desenvolvido no espaço de trabalho da cooperativa. As atividades relacionadas a este projeto foram desenvolvidas paralelamente às atividades de pesquisa e extensão do NuMI-EcoSol.

Durante as visitas relacionadas à esta pesquisa, o pesquisador se inseriu na rotina de trabalho, chegando a realizar algumas atividades de trabalho junto com os cooperados. Esta ação permitiu observar como eles se organizavam diariamente para realizar cada função, bem como resolviam os problemas que apareciam.

Para os registros dessa etapa da pesquisa, foi utilizado como instrumento um diário de campo. Os registros eram feitos imediatamente após a intervenção no empreendimento e eles remetiam-se a acontecimentos gerais, ao relacionamento entre os catadores e dos catadores com o pesquisador, à organização do processo de trabalho e aos indícios dos princípios da economia solidária e do cooperativismo permeando o comportamento dos cooperados.

Os dados destes diários foram analisados e organizados considerando os princípios econômico-solidários, para que posteriormente o conteúdo das entrevistas pudesse ser analisado a partir do grau de maturidade apresentado pelo empreendimento em relação a estes princípios e ao momento vivenciado.

6.3 HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA

Enquanto metodologia, a história oral busca responder indagações de um projeto, através de análises de documentos elaborados no desenvolvimento da pesquisa (LANG, 2001). Ela é muito utilizada em estudos qualitativos por permitir a revelação de relações sociais a partir da experiência de vida do sujeito, pela consideração de sua cultura (RIGOTTO, 1998).

Para Meihy (2002), a História Oral é considerada uma alternativa à história convencional, o que contemplou os interesses dessa pesquisa, considerando a abordagem

CTS. O sentido presente nesta relação se remete ao fato de uma das considerações principais desse trabalho ser a apreciação da percepção dos sujeitos da pesquisa como importante para analisar a produção científica relativa à economia solidária. Este método, em conjunto com as técnicas aplicadas, demarca-se como um meio de incluir a sociedade na produção e avaliação de procedimentos científicos e tecnológicos.

Existem questionamentos quanto à história oral ser um método, havendo quem defenda que ela seja uma técnica de captação de dados. Porém, ela se utiliza de técnicas e objetivos bem delimitados, o que faz diversos estudiosos a definirem como um método, e esta é a perspectiva aqui utilizada.

Meihsy (2002) aponta o importante fato de que ela contribui para a regionalização dos fatos, tirando-os de um lugar generalizado e fortalecendo sua relação com o meio acadêmico pela possibilidade de se focar em um determinado local, cooperando com o seu desenvolvimento.

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que a marca como história viva. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nessa medida, ela não só oferece uma mudança no conceito de história, mas mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem (MEIHSY, 2002, p. 15)

Para Lang (2001) ela pode ser utilizada em diversas áreas do conhecimento, o que provoca divergências de pensamento, mas em um consenso, ela é utilizada em pesquisas que se baseiam em relatos orais, como as informações coletadas em entrevistas.

Reconhecendo a existência de diversas modalidades de história oral, escolheu-se a história oral temática, que de acordo com Meihsy (2002, p. 145), decorre de “[...] um assunto específico e previamente estabelecido [...]” e ainda “[...] se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido”.

Esta modalidade da história oral é permeada por uma maior objetividade, que no caso dessa pesquisa foi apoiada em um roteiro de entrevistas semiestruturado, de forma que o depoimento colhido fosse, usando os termos de Meihsy (2002), direto e dedutivo, possuindo questões contextualizadas que visavam aprofundar em determinado assunto.

Não se busca então a história oral total sobre a economia solidária na vida do catador, mas sim as influências na dinâmica familiar a partir da inserção do indivíduo em um EES. Por esse motivo, foi escolhida como método a história oral temática.

O roteiro de entrevistas semiestruturado busca incitar relatos autobiográficos que possibilitaram observar como acontecem as relações dentro da estrutura familiar e as possíveis considerações de seus membros sobre o assunto tratado por meio de um resgate histórico. Meihy (2002, p. 146) considera que a entrevista temática “[...] é a narrativa de uma versão do fato [...]”. E esta versão é essencial para compor as pesquisas científicas e direcionar o desenvolvimento tecnológico.

Para Meihy (2002), existe uma memória individual, que se relaciona a experiências particulares e cognitivas, e uma coletiva, que se remete a questões culturais e compreende elementos externos, podendo se referir à identidade de um grupo específico. As memórias se organizam em uma lógica subjetiva segundo a qual são selecionados e articulados elementos que não são exatamente os fatos objetivos (MEIHY, 2002).

Sabe-se que, sendo influenciado inicialmente pela organização familiar, é na sociedade que o indivíduo se torna sujeito, através de diversas interações. Sua história particular interfere nessa esfera social, bem como em instituições das quais participa, sendo ator ativo na produção de cultura de seu meio, ao mesmo tempo em que é atingido por essa cultura. Assim, considera-se importante compreender a forma como o indivíduo enxerga subjetivamente sua história (GONÇALVES; LISBOA, 2008).

Nesse sentido, enquanto pesquisa qualitativa, este trabalho tem potencialidade de relacionar à estrutura social, questões pessoais e subjetivas. As experiências vivenciadas devem ter espaço para serem narradas, na tentativa de evitar que estas memórias caiam no esquecimento (FREITAS; NEVES, 2008), pois fazem parte de um momento histórico importante, que necessita de indicativos para se justificar.

Na pesquisa em questão, o tema principal é a economia solidária e o cooperativismo “entrando” na vida dos catadores, considerando se há mudanças na dinâmica familiar antes e depois desse acontecimento. A família, enquanto mediadora da relação do indivíduo com a sociedade, aparece como importante no momento de ser considerada no relato da história que acompanha a inserção do catador no empreendimento, principalmente por estes relatos trazerem indicativos de como funciona essa dinâmica dessa família.

Como foram realizadas entrevistas com três famílias, será possível realizar uma comparação entre as análises das histórias narradas, o que fornecerá informações sobre coerências e divergências entre ambas, ampliando as possibilidades de análise.

Desse modo, este método se demonstra adequado a este trabalho, sendo condizente com sua proposta e objetivos delimitados.

6.3.1 As entrevistas semi-estruturadas

O roteiro de entrevista foi elaborado a partir dos objetivos delimitados, buscando respostas para eles. É importante ressaltar que alguns objetivos puderam ser respondidos com o trabalho de campo e outros, através da confrontação entre os dados do campo e das entrevistas

Antes de iniciar as entrevistas, foi realizada a leitura do TCLE², o qual, após serem sanadas todas as dúvidas e concordado em participar da pesquisa, os colaboradores assinaram, dando sua anuência de participação na pesquisa.

O roteiro foi dividido em cinco blocos de perguntas, sendo denominados de blocos A, B, C, D e E.

O bloco A foi constituído de perguntas relativas à situação socioeconômica da família, possibilitando também traçar o perfil dos sujeitos. Foram feitas sete perguntas individualmente e duas gerais, sendo que as primeiras se remetiam ao perfil individual e as duas últimas se referiam à renda geral da casa e a proveniência de sua maior parte.

Este primeiro bloco foi importante por permitir traçar o perfil dos indivíduos e assim da família, no que diz respeito à escolaridade, estado civil, ocupação, idade e gostos pessoais. Possibilitou também saber se mais algum membro familiar participava de algum grupo associativo ou cooperativo.

O bloco de perguntas B foi direcionado ao catador, na intenção de que ele descrevesse a partir de suas experiências cotidianas a rotina que ele tinha antes e após entrar na COOPERVIDA. Este bloco também permitiu ter conhecimento sobre quando e como o catador começou a participar da cooperativa, bem como sobre o motivo que fez o catador se inserir no empreendimento, como isso ocorreu, e se esta mudança foi positiva ou negativa. Esta contextualização pôde contribuir com a caracterização do atual perfil dos catadores.

Já o bloco de perguntas C foi respondido por todo o grupo familiar. Ele continha perguntas relacionadas às percepções gerais sobre a vida familiar, antes e após a inserção do catador de referência na COOPERVIDA. Com este bloco: compreendeu-se a visão da família sobre o trabalho do catador e a percepção que a família tinha sobre como outras pessoas enxergam esse trabalho; a família manifestou sua opinião sobre se o catador mudou sua forma de interagir com o grupo familiar após a inserção no EES; e foi possível saber se a família conversava sobre economia solidária em casa.

² Ver Apêndice 2. No momento das entrevistas, esta pesquisa ainda estava com sua denominação antiga: Saúde mental e economia solidária: um estudo com famílias de catadores de materiais recicláveis.

Este aspecto possui uma importância central no questionário. Saber se a família conversava sobre economia solidária é essencial para analisar sua compreensão sobre a inserção do catador em um EES. Este conhecimento também pode indicar se a organização do trabalho econômico-solidário por si, já influencia no comportamento do catador. Isso pois, se a família indicar mudanças no comportamento e estes se caracterizarem como solidários, mesmo sem saber definir o que é economia solidária, pode-se dizer que o indivíduo absorveu essas influências de seu trabalho.

As perguntas do bloco D foram construídas visando compreender a dinâmica familiar a partir da organização cotidiana da casa e da definição de papéis. As perguntas realizadas buscavam também entender se os princípios econômico-solidários influenciavam nessas decisões. Foram realizadas perguntas também sobre a saúde geral e a saúde mental do grupo familiar, buscando entender como eles lidaram com esses problemas antes ou após a inserção do catador na cooperativa.

Quando um indivíduo muda seu modo de pensar e agir, ele acaba influenciando também o de sua família, podendo provocar alterações na dinâmica familiar. A organização desta dinâmica reflete de certa forma na saúde física e mental do indivíduo, e por isso foram realizadas perguntas sobre isso. As respostas poderão indicar, no caso de haver algum problema de saúde na família, como ela lidou com isso antes e após o contato do catador com a economia solidária.

O último bloco de perguntas, o E, foi constituído no intuito de estimular os sujeitos a falar livremente sobre qualquer assunto que eles relacionassem com a inserção do catador na cooperativa. Foram indicados como exemplos disparadores, o acesso aos serviços públicos em geral e o convívio social.

O conjunto de respostas possibilitou responder ao objetivo específico “Caracterizar a dinâmica familiar dos catadores no período anterior e posterior à inserção dos catadores no empreendimento econômico-solidário”.

As perguntas foram feitas seguindo o roteiro, bem como a linguagem utilizada para desenvolvê-lo, já que o roteiro havia sido testado anteriormente na entrevista piloto, porém isso não foi feito de forma rígida. Ou seja, buscou-se criar uma situação de conversa em que os sujeitos ficassem confortáveis. Quando apareciam dúvidas dos entrevistados sobre o que foi perguntado, a forma de perguntar era reelaborada no momento, propiciando uma melhor compreensão para aquele indivíduo. Quando a dúvida era do entrevistador, ele também refazia a pergunta ou elaborava uma nova como forma de complementar ou clarificar a resposta dada pelo entrevistado.

Os resultados da entrevista considerada piloto não entraram nas análises, pois apesar de permitirem entender que o roteiro estava adequado ao contexto, houve diversas interferências em relação ao ambiente onde a entrevista foi realizada, o que prejudicou a obtenção dos dados. Um exemplo de interferência foi a chegada de duas filhas da catadora quanto a entrevista já acontecia há algum tempo: uma que possuía outro núcleo familiar há mais ou menos nove anos, e outra que primeiramente não queria participar da entrevista, e depois se juntou ao grupo. A repercussão negativa que isto teve foram falas descontextualizadas e desvios de atenção para assuntos que não tinham relação com a proposta.

Abaixo, no Quadro 4, encontra-se um trecho extraído de uma entrevista, que ilustra como as perguntas eram realizadas:

Quadro 2 - Trechos de uma entrevista

Cat.: [...] Antes a gente pensava que tava sozinho né? Mas agora no momento de dificuldade que a COOPERVIDA tem passado nesses últimos meses, a gente viu que tem muitas pessoas que se importam tanto com a cooperativa, com o nosso trabalho, quanto com... é... virou uma coisa social mesmo né? [...]

Entr.: Mais alguma coisa?

Mcat.: Já falou tudo já (risadas). Ela já falou tudo.

Cat.: É... (risadas).

Entr.: E vocês conversam sobre economia solidária aqui na casa de vocês?

Mcat.: Ichi... nem fala! Quando ela chega da feira, do fórum, ela fala tudo! Direto!

Cat.: (risadas) é que normalmente eu participo um pouco mais do que ele né? [...]

Entr.: E o que é que vocês sabem sobre economia solidária e pensam sobre ela?

Cat.: Ah... e agora? (risadas)

6.3.2 A Transcrição

O processo de transcriar é mais do que transcrever literalmente uma entrevista. A transcrição faz parte do processo de transcrição, porém é apenas uma fase inicial. Entre um processo e outro, ainda é realizada a textualização.

Enquanto na transcrição, passa-se para a palavra escrita, “ao pé da letra”, o que foi dito pelo interlocutor durante uma entrevista, na textualização, esta transcrição é transformada em um texto elaborado em primeira pessoa. Para isso, são identificadas as questões centrais da entrevista, a partir da visão do entrevistador, que reescreve a partir da sua compreensão, as falas das entrevistas em um texto mais livre e de linguagem não técnica. Ou seja, a essência da entrevista é sintetizada (MEIHY, 2002).

Após ocorrer a textualização, chega-se ao momento de transcriar: o pesquisador inclui nesse texto as emoções vivenciadas no momento da entrevista. Após finalizar esse texto, ele é apresentado ao interlocutor e lido conjuntamente, para que possa ser validado pelo entrevistado. É possível realizar alterações, o que torna esse texto final em uma construção colaborativa (MEIHY, 2002).

Para Meihy, a transcrição é

[...] a fase final do trabalho dos discursos. [...] Teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. [...] tem como fim trazer ao leitor a aura do momento da gravação. [...] O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita esta condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiza. Com isso valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo preñado de sugestões. [...] Neste procedimento uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes. (1991, p. 30-31).

De acordo com esta definição, pode-se dizer que a transcrição possibilita aos estudos científicos utilizar dados do saber popular, mostrando outra forma de se pensar um objeto. Os resultados das transcrições devem ser incluídos nas análises e comparações das bases teóricas utilizadas, sendo considerado um conhecimento adicional e não menos importante.

Mais do que isso, o processo de transcriar permite pela sua linguagem não científica, aproximar a população do processo de desenvolvimento e controle científico a partir da releitura e reflexão de suas próprias experiências. Ela se compromete a ser um texto recriado plenamente e considera as interferências do autor no texto, que é refeito várias vezes de acordo com combinados feitos com o colaborador (MEIHY, 2002).

Para realizar a transcrição, foi feita anteriormente a transcrição literal das entrevistas. Após, foram selecionadas apenas as falas dos interlocutores de cada entrevista. Com isso, iniciou-se o processo de textualização: estas falas foram sendo reescritas em frases interligadas, em primeira pessoa (utilizando-se “eu” e “nós”, por se tratar de uma entrevista familiar, com perguntas de respostas individuais e coletivas). Nesse processo, o teor das perguntas era embutido nas frases que “textualizavam” o sentido das falas do depoente.

Este texto foi sendo trabalhado, até possuir um aspecto de relato e para concluí-lo, fez-se a transcrição: frase a frase, foi sendo incluso as impressões e emoções vivenciadas durante a entrevista, possibilitando a criação de uma história com um aspecto ficcional,

como sugere Meihy (1991). Para deixar o texto fluido, ele foi trabalhado até que todas as repetições fossem eliminadas.

Este procedimento foi realizado com as três entrevistas, individualmente. Após a elaboração desse texto, foram agendados novos encontros com as famílias, em suas residências. Os textos foram lidos juntamente com os entrevistados para que eles pudessem fazer adequações, se houvesse estranhamento e/ou incompreensão das famílias sobre o conteúdo apresentado, e validassem um formato final.

6.4 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

- **Diário de Campo**

Para análise dos dados colhidos em campo, os quais foram registrados em diário, foi feita uma leitura minuciosa destes registros, dividindo o seu conteúdo de acordo com os princípios da economia solidária. Desse modo, pode-se observar o grau de autogestão do empreendimento, a forma de adesão dos cooperados, se há solidariedade nas relações de trabalho e como são divididas as tarefas.

- **Entrevistas:**

Para análise dos dados qualitativos obtidos por meio das entrevistas, foi utilizada a forma de análise denominada “análise de conteúdo”. A escolha se justifica por esta análise permitir uma compreensão crítica do que é comunicado, buscando o significado das mensagens emanadas de forma manifesta ou oculta (SEVERINO, 2007). Bardin (1994), partindo do pressuposto de que a análise de conteúdo pode ser utilizada sobre qualquer forma de comunicação, reflete que ela contribui para a descoberta no processo exploratório e que ainda pode auxiliar na avaliação sobre em quais hipóteses questões relativas ao objeto pesquisado podem indicar uma confirmação ou inferências.

Pondera-se que na percepção e na consideração do caráter histórico do processo, concentra-se a dialética, relevando a inexistência de um observador parcial, o qual é parte do meio estudado. A dialética leva ao questionamento da tecnicidade exagerada, remetendo-se à práxis, o que e conduz à consideração de que analisar os dados qualitativos possui como finalidades, quando se trata de uma investigação social, a inserção no contexto apresentado pela pesquisa, o balizamento do material encontrado com as hipóteses e pressupostos, bem

como ir além do que diz a mensagem emanada, compreendendo o contexto cultural em que ela se insere (MINAYO, 2007).

De acordo com Minayo (2007):

A dialética se caracteriza como a arte do estranhamento e da crítica (p.337) [...] com os princípios de que cada coisa é um processo, com encadeamento e sua contradição (p. 341) [...] colaborando para o entendimento de que não existe ponto de vista fora da história, nada é eterno, fixo e absoluto, portanto, não há idéias, instituições e categorias estáticas (p. 340).

Assim, a análise realizada permite que sejam extraídos pensamentos, ideias, reflexões das falas emitidas nas entrevistas, que possuem um significado dentro de um contexto específico, sendo necessário que o pesquisador seja crítico em sua investigação, considerando os dados obtidos como definidos por um processo contínuo. Nessa perspectiva, em outros contextos pode ser que os dados obtidos sejam diferentes, mas a importância da validade deles agora é mantida.

Bardin (1994) descreve os seguintes procedimentos para a realização da análise de conteúdo:

- Pré-análise: sistematização dos dados em três momentos, sendo “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.” (BARDIN, 1994, p. 95), possibilitando a compreensão do fenômeno pela definição do campo no qual será concentrada a atenção da análise. Nessa fase, devem ser feitas leituras exaustivas do material.

- Exploração do material: administração das decisões realizadas na pré-análise, buscando delimitações pelo aprofundamento nos dados colhidos.

- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: formulação de quadros categóricos que destaquem os principais pontos analisados, possibilitando a validação do material colhido (inclusive estatística), a interpretação das hipóteses previstas e a elucidação de novos itens por conta da reflexão a partir dos materiais teóricos e da utilização da intuição para relacioná-los à realidade pesquisada.

Assim, resume-se, segundo Minayo (2007) que esta análise se realiza pela divisão dos dados observados em categorias relativas a conceitos, ao redor dos quais serão agrupados os elementos que com eles possuam algo em comum. Isto é feito por meio do mapeamento e classificação dos dados colhidos após leituras exaustivas que possibilitem categorizá-los, articulando-os com o referencial teórico.

Foram definidas três categorias de análise:

- a) A economia solidária e o cooperativismo para o catador e para a família;
- b) Mudanças na dinâmica familiar após a inserção na cooperativa;
- c) Cooperativa como possibilidade de inclusão econômico-social.

Para organizar as análises, os dados foram organizados em quadros, categoria por categoria, nos quais constam as seguintes informações por coluna:

Categoria de análise	Núcleo da fala	Descrição da fala	Falas ilustrativas
-----------------------------	-----------------------	--------------------------	---------------------------

Na coluna da direita, “Falas ilustrativas”, constam algumas falas selecionadas na pré-análise. Nas colunas “Descrição da fala” e “Núcleo da fala”, foram inseridas descrições e especificações desenvolvidas durante a exploração do material, e na primeira coluna da esquerda, estão as categorias de análise definidas na fase de tratamento dos resultados e interpretação. Estes quadros foram preenchidos sempre no sentido da direita para a esquerda.

Além desses quadros, foram organizados outros dois quadros, um sobre cada família, com dados socioeconômicos e outro sintetizando a relação do catador com a COOPERVIDA.

7 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

7.1. ANÁLISES DO TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo ocorreu com a cooperação dos catadores do empreendimento. A recepção do pesquisador foi tranquila, e ele logo foi aderido ao cotidiano, pelo desenvolvimento de trabalhos em conjunto com os cooperados.

Alguns cooperados mantiveram distância e evitavam conversar, sendo que ainda olhavam de longe, desconfiados dessa nova presença na rotina deles.

Outros cooperados, especialmente os mais novos, se confundiam com essa presença também, pensando se tratar de um novo catador em teste. Eles não acreditavam que alguém da universidade estava “trabalhando” no meio deles, junto com eles, e não compreendiam o seu interesse por aquele trabalho.

Nesse contexto, o trabalho de campo foi cumprido, com a aquisição de muito material para análise, proveniente das observações realizadas pelo “observador-participante” e anotados no diário de campo.

Esta parte das análises possibilitou responder aos dois primeiros objetivos específicos:

- Sistematizar as relações de trabalho observadas na cooperativa;
- Identificar os aspectos tecnológicos e de apropriação do conhecimento existentes no empreendimento.

A partir da literatura pesquisada e das observações feitas em campo, foram realizadas caracterizações sobre a COOPERVIDA a partir dos seguintes princípios da economia solidária: Cooperação e solidariedade; Liberdade Individual; Distribuição de renda de forma igual; Organização democrática; Autogestão.

Cooperação e solidariedade:

A cooperação e a solidariedade dentro do empreendimento não acontecem totalmente. Observou-se que os cooperados se organizam em “pequenos grupos” para realizar os trabalhos, sejam nas esteiras, nos setores de coleta nas ruas, ou em outras funções. Entre os cooperados que estão nesses “pequenos grupos”, repara-se que existe um comportamento de cooperação e solidariedade, mas quando eles estão se relacionando com cooperados de outro “pequeno grupo”, estes comportamentos nem sempre são observados.

Estas subdivisões informais acontecem pela afinidade que os cooperados possuem para a execução do trabalho, e até pelas suas afinidades pessoais. Entre os cooperados que não possuem essas afinidades, a relação se torna conflituosa.

Esta condição não é geral entre todos os catadores, pois existem os que tentam mediar situações adversas, propondo soluções, acordos, e incentivando uma mudança de postura.

Um exemplo disto é o trabalho nas bancadas de triagem. Existem três bancadas, e cada “pequeno grupo” fica em uma diferente. É visível a diferente organização do trabalho em cada bancada, constatada pela disposição dos materiais e ritmo de trabalho. Quando um grupo de uma bancada acaba de triar os seus materiais e percebe que ainda falta muito material a ser triado nas outras, aparecem reclamações de que o outro grupo não trabalhou direito, e que agora eles terão que trabalhar mais para finalizar o que o outro grupo não deu conta. Outro questionamento em relação a isso, muitas vezes, é sobre a limpeza da bancada. Quando um grupo que costuma ficar em uma bancada vai, por exemplo, trabalhar na coleta da rua e outro grupo utiliza a bancada dele, quando retornam, manifestam insatisfação em relação à limpeza e organização de seu espaço de trabalho.

Liberdade individual:

Nas observações realizadas, este princípio pode ser analisado a partir da livre adesão.

Percebeu-se, no caso de antigos catadores, que muitos deles, mesmo conhecendo como funciona o empreendimento e a economia solidária, optaram por aderir à cooperativa pela impossibilidade de continuar catando no aterro sanitário. Muitos relataram que se pudessem, continuariam nesses aterros pela possibilidade de definirem sua rotina de trabalho, de escolher os materiais a serem coletados e até de gerar mais renda pela coleta de materiais de maior valor. Isso devém, segundo eles, de hábitos adquiridos ao longo do tempo. Dentre estes catadores antigos, muitos não gostam de utilizar os EPIs, e isto conflita com os interesses coletivos.

Outros cooperados aderiram ao empreendimento por estarem desempregados e parte desses cooperados não compreende a organização cooperativa, o que causa diversos conflitos no cotidiano. Relaciona-se este aspecto ao do primeiro princípio, quando foi analisada a existência ou não de cooperação e solidariedade nas relações. Esta reflexão foi realizada por cooperadas durante conversas sobre o cotidiano de trabalho na cooperativa.

Por causa desse não reconhecimento individual com a forma de trabalho proposta, existe uma grande rotatividade na cooperativa, pois os cooperados que aderiram, sem

entender o que seria o trabalho de catador cooperativado, apenas por estarem desempregados, assim que conseguem um emprego com carteira assinada, abandonam o empreendimento.

Distribuição de renda de forma igual:

A retirada mensal ocorre de forma igual para todos. Existem conflitos em relação a algumas regras que pune quem falta muito, infringindo o acordo geral. Muitos cooperados faltam e depois não concordam com o abatimento na retirada.

Este conflito ocorre pouco com os cooperados mais antigos, sendo mais presente em relação aos novos cooperados. Os próprios catadores remetem isso à falta de conhecimento sobre o que é a cooperativa, o que leva essas pessoas a não pensarem coletivamente e no quanto suas faltas prejudicam o empreendimento.

Outro problema observado em relação à distribuição de renda foi a dificuldade econômica que a cooperativa passou nos meses finais do ano, pela dificuldade de repasse de verba pelo governo municipal.

Os cooperados mais novos não entenderam e abandonaram em sua grande maioria o empreendimento, pela retirada ter sido temporariamente menor. Muitos manifestaram desconfiança em relação à diretoria, questionando onde estava o dinheiro da cooperativa. Cooperados mais antigos explicaram que a renda é proveniente dos materiais coletados, triados e vendidos, mais do repasse do governo, e que quando existe algum problema em uma dessas fontes, a retirada diminui. Porém, não houve divergência em relação aos valores das retiradas de um cooperado para outro.

Organização democrática:

As decisões sobre questões voltadas à realização dos trabalhos, na cooperativa, ocorrem através das assembleias.

Muitos cooperados, porém, reclamaram que elas não são frequentes e que algumas vezes a diretoria toma decisões sem consultar o coletivo.

Outros catadores já informaram que as decisões tomadas pela diretoria nas quais o coletivo não é consultado, são relacionadas a questões administrativas e que às vezes necessitam de emergência em serem respondidas. Nesse caso, eles defendem que o grupo deve confiar nos conselhos, que passa as informações necessárias nas assembleias.

Na visão de alguns outros cooperados, mesmo quando ocorrem os espaços de decisão, em geral há pouca participação. Quase nenhum cooperado manifesta sua opinião e a decisão acaba ficando por conta da própria diretoria, que precisa encaminhar as atividades.

Em geral, constatou-se que existem espaços de discussão, mas que poucos cooperados participam, ou por falta de interesse, ou por falta de conhecimento ou por falta de motivação.

Observou-se que a cooperativa não mantém vínculo com o MNCR, o que leva a realização de capacitações e discussões ocorrer em parceria com o governo municipal, com a universidade ou outros parceiros. Uma cooperada frisou que isto é muito negativo, pois a cooperativa poderia ter o auxílio desse movimento para fortalecer sua organização, favorecendo um ambiente democrático pela conversa “de catador para catador”.

Autogestão:

Formalmente não há hierarquia no empreendimento.

As dificuldades enfrentadas pela cooperativa no momento da pesquisa acentuaram a rotatividade de cooperados, o que levou a um quadro em que quase todos os novos cooperados não sabiam o que era economia solidária nem cooperativismo.

Diminuiu também o quadro de cooperados, o que intensificou o ritmo de trabalho e diminuiu o tempo para capacitação, conscientização e trocas entre os cooperados, levando os catadores mais antigos, muitos deles membros dos conselhos, a deter um poder de decisão maior, já que os outros não possuíam conhecimentos suficientes para se sentirem seguros a opinar. Nesse sentido, observou-se o destaque de algumas lideranças não formais nos setores de trabalho.

Este quadro geral da cooperativa mostrou que ela estava constituída por um conjunto de conflitos gerais, que envolvem falta de identificação de novos cooperados com o empreendimento; alta rotatividade; instabilidade econômica e assim, de vida; e falta de organização e de tempo para adequar a situação às necessidades do empreendimento, como manter seus membros conscientizados e unidos.

A situação vivenciada não significa que os princípios econômicos e solidários não estivessem presentes no empreendimento, mas que os cooperados estavam com dificuldade em administrar os problemas da cooperativa, gerando uma instabilidade também social. Esses princípios permeavam a fala de diversos catadores, quando apontavam situações que não deveriam acontecer na cooperativa, exatamente pelo empreendimento ter essa organização.

Algumas catadoras mais antigas indicaram que os cooperados brigam muito entre eles e que se eles não aprenderem a trabalhar em conjunto, eles prejudicarão o trabalho. Outros catadores, já indicaram que o empreendimento precisava criar formas de funcionar melhor, porque havia muita instabilidade e os cooperados estavam ficando com medo, já que tinham família para sustentar. Nessa mesma discussão, reclamaram que a cooperativa funcionava muito desorganizada em relação à operacionalidade das atividades, que dentre outros problemas, sempre atrasavam para começar.

Outra questão citada também nas conversas cotidianas foi a compra de carrinhos elétricos pelo governo municipal, sem que os cooperados houvessem sido consultados. Eles indicaram que os carrinhos não são práticos e não são adequados para São Carlos, devido ao seu tamanho e largura e ao movimento e estrutura das ruas. Com isso, eles manifestaram o desejo de que antes dos apoiadores “levarem coisas” para eles, deveriam perguntar do que precisam e discutir sobre as propostas, para saber se elas são interessantes para o trabalho deles.

7.2 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

A primeira parte do roteiro de entrevista semiestruturado permitiu traçar o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas, conforme os Quadros 5, 6 e 7 abaixo. As colunas com texto em *itálico* indicam a existência de membros das famílias que não participaram das entrevistas.

Quadro 3 - Grupo Familiar 2

Nome	Maria	João
Idade	25	27
Estado civil	Casada	Casado
Escolaridade	Ensino médio completo	Ensino médio completo
Ocupação	Catadora	Catador
Lazer	Assistir TV	Assistir TV
Participação em outros grupos	Fóruns de economia solidária	Fóruns de economia solidária
Renda média individual	R\$800,00	R\$800,00
Renda média familiar	R\$1.600,00	

Quadro 4 - Grupo Familiar 3

Nome	Miriam	Pedro	Paulo	<i>Rafael</i>
Idade	25	28	8	3
Estado civil	Amasiada	Amasiado	Solteiro	
Escolaridade	5ª série	2º colegial	4ª série (cursando)	
Ocupação	Catadora	Catador	Estudante	
Lazer	Ficar com os filhos e dormir	Jogar bola, academia, ficar com os filhos	Brincar, jogar bola com o pai, ir no campo, assistir televisão	–
Participação em outros grupos	Não	Não	Grupo dos Salesianos, com crianças de 8 a 12 anos	–
Renda média individual	R\$700,00	R\$700,00	–	–
Renda média familiar	R\$1.400,00			

Quadro 5 - Grupo Familiar 4

Nome	Marta	Helena	Mariana	Rebeca	<i>Roberto</i>	<i>Julia</i>
Idade	51	32	15	13	24	5
Estado civil	Solteira	Solteira	Amasiada	Solteira	<i>Solteiro</i>	
Escolaridade	4ª série	4ª série	7ª série (interrompida por gravidez)	7º ano	–	–
Ocupação	Catadora	Pegando frango (granja)	Nenhuma	Estudante	–	–
Lazer	Assistir TV	Dormir	Assistir TV	Assistir TV	–	–
Participação em outros grupos	Não	Não	Não	Não	–	–
Renda média individual	R\$650,00	R\$1.200,00	–	–	550,00	–
Renda média familiar	R\$2.400,00					

A composição dos Grupos Familiares (GF) foi bastante variada, sendo o GF2 é composto por apenas um casal, o GF3 por um casal mais dois filhos e o GF4 por uma catadora, mais uma filha, um filho e três netas. A participação dos familiares nas entrevistas no caso dos GF 3 e 4 não foi total, sendo que no GF3, o filho mais novo tinha apenas três anos, o que inviabilizava sua participação devido à linguagem e compreensão, e no GF4, havia uma criança de cinco anos, o que configura uma situação similar à do GF3, além de haver um filho de 24 anos que se dispôs a participar da entrevista.

A renda geral dos grupos familiares varia de R\$1.400,00 a R\$2.400,00, dependendo da composição familiar. No caso dos GFs 2 e 3, nos quais os companheiros das cooperadas de referência também são catadores cooperados, a renda não é fixa pois ela depende do valor das retiradas mensais, baseadas nas vendas dos materiais recicláveis. Cada família também utilizou a média mensal que achou adequado, levando a uma variação de uma retirada

individual de R\$650,00 a R\$800,00. A catadora do GF4 informou ainda, em relação à renda da cooperativa, que eles não estavam recebendo bonificação, pois quando isso ocorre, cada catador chega a receber até R\$1.200,00.

Em relação ao estado civil, apenas o casal do GF2 é casado civilmente, sendo que no GF3 o casal é amasiado e no GF4 a catadora é mãe solteira. O GF2 é o único em que todos os familiares possuem ensino médio completo, sendo que nos outros GFs, os catadores possuem baixa escolaridade, com exceção do marido da catadora do GF3, que possui o 2º ano do ensino médio completo. Os parentes em geral ainda são estudantes por serem crianças ou adolescentes ou cessaram os estudos com baixa escolarização.

Assistir televisão é a atividade de lazer mais citada entre todos os familiares. Dormir também foi citado nos GF3 e 4. O GF3 foi o único que citou atividades externas, que possibilitam relacionar-se com outras pessoas, como jogar bola, ir ao campo, à academia. Esse grupo ainda citou como lazer ficar com os filhos ou jogar bola com o pai.

No Quadro 8, podemos ver a relação do catador de referência com a COOPERVIDA:

Quadro 6 - Relação do catador de referência com a COOPERVIDA

GF	GF2	GF3	GF4
Há quanto tempo está na COOPERVIDA	7 anos (contando o tempo em que COOPERVIDA era uma das 3 cooperativas ainda não unificadas).	4 anos (1 na ECOATIVA e 3 na COOPERVIDA unificação das 3 outras).	1 ano e 6 meses.
Como conheceu a COOPERVIDA	Pais eram catadores de aterro e foram alguns dos primeiros catadores a serem organizados em cooperativas em São Carlos.	Marido era catador na ECOATIVA.	Amiga trabalhava na COOPERVIDA.
De qual cooperativa participava antes da unificação?	COOPERVIDA.	ECOATIVA.	Começou na cooperativa unificada.
O que fazia antes de entrar na COOPERVIDA	Estudante.	Empregada doméstica/desempregada.	Catadora da Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Ibaté.

As entrevistas foram realizadas conforme o Quadro 9, que indica a composição familiar, os participantes das entrevistas, com nomes fictícios utilizados para manter o sigilo de suas identidades, datas e horários marcados e remarcados e ainda as datas em que foram realizadas. O quadro mostra que as entrevistas foram realizadas conforme a possibilidade dos catadores, sendo remarcadas sempre que necessário, para se adequar à disposição dos entrevistados.

Quadro 7 - Entrevista realizadas, participantes e datas

Nome	Familiares	Participantes	Data/ Horário	Remarcada	Realiza da
Grupo Familiar 1 (piloto)	10 pessoas (Catadora, marido, 1 irmão, 3 filhos, 1 sobrinha, 3 netos)	5 pessoas (Catadora - Cleonice, marido - Francisco, 1 irmão - Sebastião, 1 filha - Mônica, 1 filho - Rafael)	29/04, 18h30, segunda-feira	-	29/04, 18h30 segunda-feira
Grupo Familiar 2	2 pessoas (Catadora, marido)	2 pessoas (Catadora - Maria, marido - João)	21/05, 19h, terça-feira	-23/05, 19h, quinta-feira -28/05, 19h, terça-feira	28/05, 19h, terça-feira
Grupo Familiar 3	4 pessoas (Catadora, marido, 2 filhos)	3 pessoas (Catadora - Miriam, Marido - Pedro, 1 filho - Paulo)	30/04, 18h30, terça-feira	-13/05, 18h30, segunda-feira; -14/05, 19h, terça-feira -15/05, 19h, quarta-feira -20/05, 19h, segunda-feira -22/05, 19h, quarta-feira -27/05, 19h, segunda-feira -29/05, 19h, quarta-feira	29/05, 19h, quarta-feira
Grupo Familiar 4	7 pessoas (Catadora, 1 filho, 1 filha, 1 genro, 3 netas)	4 pessoas (Catadora - Marta, filha - Helena, 2 netas - Mariana e Rebeca)	26/05, 14h, sábado	31/06, 14h, sexta-feira	31/06, 14h, sexta-feira

7.2.1 As transcrições

Antes de realizar a análise de conteúdo dos dados transcritos, foi feita a transcrição das entrevistas, para validar as informações junto aos catadores, antes de analisá-las.

As transcrições serão apresentadas no decorrer do texto, e analisadas uma a uma. Elas foram colocadas em caixas de texto como recurso para se destacarem.

Transcrição da entrevista - Grupo Familiar 2

Meu nome é Maria, tenho 25 anos e sou catadora de materiais recicláveis. Trabalho na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos-SP, a COOPERVIDA. Além de participar da cooperativa, eu também participo de alguns fóruns populares organizados aqui no município, incluindo o de economia solidária.

Sou casada, mas não tenho filhos. Concluí o ensino médio, e em momentos de lazer, eu gosto de assistir TV.

Estou me apresentando assim para vocês saberem quem eu sou, pois vou contar uma história sobre como a economia solidária entrou em minha vida, e como ela influenciou nas coisas aqui em casa.

Para isso, meu marido irá me ajudar, começando por se apresentar também.

Olá, meu nome é João e tenho 27 anos. Sou marido da Maria. Assim como ela, eu sou catador de materiais recicláveis, trabalho na COOPERVIDA e participo dos fóruns - mas não tanto quanto ela. Eu também tenho o ensino médio completo, e em momentos de lazer eu também gosto de assistir TV – principalmente junto a ela!

Obrigada João! Bom, como dissemos, nós somos catadores de uma cooperativa. Estamos retirando atualmente, um pouco mais de um salário mínimo cada um. Somando nossas rendas, temos uma renda familiar mensal de mais ou menos R\$1.600,00. Nossa participação nas despesas da casa é igual.

Atualmente, a COOPERVIDA é a única cooperativa de catadores de São Carlos, mas até 2010, existiam 3 cooperativas diferentes: a COOPERVIDA, a ECOATIVA e a COOLETIVA. Meu primeiro contato oficial com uma cooperativa, foi há 7 anos, junto à antiga COOPERVIDA. E como podem ver, continuo até hoje.

Eu conheci a cooperativa através de meus pais. Eles eram catadores no aterro sanitário e participaram da organização da antiga COOPERVIDA. Acho que catar é algo de família!

Antes disso, eu só estudava, não trabalhava não. Nunca catei no aterro, mas me lembro bem de meus pais trabalhando lá. Posso dizer que conheci o modo de catação que era feito, e posso dizer que sair de um aterro e ir para uma cooperativa é muito bom.

No aterro tem muita sujeita, o ambiente é bem desagradável, sem contar que os catadores lá correm vários riscos de saúde. Graças a Deus quando eu me tornei catadora, já existia a COOPERVIDA. Lá era tudo melhor que no aterro, pois o material era mais limpo, já vinha separado, então era tudo bem diferente do que eu conhecia.

Eu considero que eu passei pelos dois momentos, um de forma indireta, através dos meus pais no aterro, e outra de forma direta, que sou eu trabalhando agora na cooperativa.

Eu e o João nos conhecíamos já antes dele entrar na COOPERVIDA.

Bem antes, né Maria?

É João, bem antes, mas na verdade eu já trabalhava na COOPERVIDA. Você estava desempregado, e como a cooperativa é um trabalho de fácil acesso para todos, um local onde qualquer pessoa pode trabalhar, surgiu uma vaga, eu coloquei o seu nome, e te chamaram!

Nesse meio tempo a gente começou a namorar, e com dois meses de namoro nós casamos! Pulamos várias etapas, foi tudo bem rápido. Namorou, casou!

Enfim, voltando à cooperativa, foi muito bom para mim que ela existisse.

Hoje em dia é tão difícil encontrar trabalho, quando não se tem experiência então, é pior. Para nós que estávamos começando uma vida profissional, uma vida juntos, tendo um trabalho ficou tudo mais fácil pela sensação de segurança por ter um trabalho.

E Maria, ser catador é muito bom também, não é?

Ah, eu gosto bastante João! E olha que toda a minha família era contra. Brigaram muito comigo porque eu terminei a escola e fiz cursos e por isso eu deveria estar fazendo outra coisa, e não catando. Mas eu não ligo, é um trabalho que eu gosto muito de fazer porque ele tem um sentido especial. Não é em qualquer lugar que você pode trabalhar de forma conjunta, de forma igualitária, sem ter chefe mandando, podendo falar sobre suas ideias. O trabalho do catador também tem toda uma preocupação ambiental e social. Isso tudo faz eu gostar muito do meu trabalho. Não é há toa que trabalho com isso há tanto tempo.

Maria, eu também acho que na cooperativa nós podemos sempre ganhar mais, se trabalharmos direito. Não tem que ficar pedindo aumento para patrão. Se a gente trabalha mais, ganha mais, se trabalha menos, ganha menos.

Ah sim João, realmente em uma cooperativa quanto mais você trabalha, mais condições de ganhar nós temos. A gente faz o nosso salário, a gente faz o nosso trabalho.

Antes nós não nos conscientizávamos em ter que separar e guardar o material, mas agora nós fazemos isso.

Com certeza João. A gente aprende muito mais coisas nesse trabalho. A questão de conscientizar é muito importante. Um exemplo disso, é que antes a gente não pensava da mesma forma que pensamos hoje. Antes nós queríamos cada um ganhar o seu dinheiro, fazer as coisas do seu jeito. Como dizem, éramos “cada um no seu quadrado”. Depois que conhecemos a cooperativa, vemos que aprendemos a trabalhar em conjunto. Entendemos que se nós não trabalharmos unidos, não conseguimos terminas o serviço.

Nós trabalhamos de forma tão diferente do sistema capitalista. Nesse sistema, se estamos em uma empresa, sempre queremos crescer e acabamos passando por cima de outras pessoas para chegar onde queremos. Já na cooperativa essa situação é diferente. Nela você tem que unir forças com outras pessoas para que todo mundo possa chegar em um mesmo lugar, alcançar um mesmo objetivo.

Na verdade, eu acho que todo mundo que passa por uma cooperativa se transforma, sai com um pensamento diferente. Se acontece de alguém sair e ir para uma empresa capitalista, esse alguém acaba querendo voltar para a cooperativa pela dificuldade de se adaptar com o modo de funcionamento da empresa...

Meu pai é um exemplo de quem fazia isso: saía da cooperativa, arrumava emprego, abandonava ele e voltava para a cooperativa

Normalmente as pessoas tem dificuldade em aderir a uma cooperativa por insegurança, já que a retirada mensal depende do trabalho realizado. Por outro lado, se elas realmente aprendem o sentido do cooperativismo, se elas realmente aprendem o que é trabalhar unido, solidariamente, a visão delas muda.

Eu percebi que a mudança que ocorre em nós refletiu bastante na minha família. Minha visão sobre o que a cooperativa e a economia solidária significam ampliou muito.

Essa mudança ocorreu porque no início do meu trabalho na cooperativa, eu me sentia muito sozinha, e agora que a cooperativa está passando por um momento de dificuldade, eu percebi que muitas pessoas se importam com a cooperativa, com o nosso trabalho, com a gente. A cooperativa realmente mostra que tem um lado social muito forte.

Desse jeito, nós conhecemos várias pessoas dispostas a nos ajudar, de todas as formas possíveis, em todas as nossas necessidades. E pensar que a gente realmente imaginava que ninguém conhecia a cooperativa, muito menos o seu valor. Agora, participando de eventos e reuniões, nós conseguimos perceber que muitas pessoas se importam e entendem a necessidade de existir as cooperativas.

Outra coisa que percebemos com esse contato com os apoiadores, é que as pessoas tem percebido a importância do trabalho cooperativo também para a cidade. Como eu disse, esse trabalho tem um lado social muito forte. Eu percebo isso no dia a dia, observando que as cooperativas abrigam as pessoas que são excluídas da sociedade, que não teriam chances nenhuma de entrar em uma empresa convencional. Nós temos colegas de trabalho que bebem, ex-presidiários, pessoas com necessidades especiais, moradores de rua e idosos.

Essas pessoas mais velhas, que trabalharam a vida toda, acham que não tem mais valor para o mercado de trabalho, mas isso é na cabeça deles. Nós cooperados, que conhecemos a economia solidária, sabemos que eles têm valor.

E acho que é isso... a cooperativa é muito importante para a sociedade. Como ela inclui pessoas excluídas socialmente, ela dá uma chance para que estas pessoas mudem sua maneira de enxergar as coisas.

A cooperativa permite que a pessoa seja valorizada e assim reconheça o seu valor. Acho que ela passa a reconhecer ela mesma e a dar uma chance para as suas vidas. Elas têm a possibilidade de perceber que existem oportunidades e que é preciso ter força de vontade para alcançá-las.

O trabalho te catador cooperado tem toda essas características, além das ambientais. Ele costuma ajudar também muitas famílias. Já vi muitos pais que estavam perdidos nas drogas mudarem com o trabalho e abandonarem o vício. Então não tem como negar que esta forma de trabalho é muito importante para a sociedade.

Nossa Maria, você já falou tudo. Não deixou nada para mim!

Ah, João, eu empolguei! (risadas)

Então fala um pouco de economia solidária, igual você faz quando chega das feiras ou dos fóruns aqui em casa. Não para de falar o que aprendeu!

Ichi, as feiras e os fóruns são muito importantes. Eu adoro ir. Aliás, eu vou bem mais que o João. Mas de qualquer jeito, quando eu chego em casa eu procuro passar tudo o que eu aprendi para ele. E ele gosta de conversar sobre isso, pois como a gente trabalha no mesmo serviço, é bom que ele passa a entender mais o que acontece com a cooperativa. Aí quando a gente precisa passar alguma informação para os outros cooperados que também não foram nas reuniões e eventos de economia solidária, ele já tem conhecimento e pode ajudar a “trocar figurinhas” com os outros. Isso é superimportante para fortalecer a união das pessoas e ajudá-las nas dificuldades. Quando a gente vai nesses lugares e depois troca o que aprendeu com os outros, a gente ajuda a economia solidária e ajuda os trabalhadores. Acho que assim as coisas caminham melhor.

Agora, isso tudo é o que eu percebo no dia a dia, é o que eu reflito depois de conversas sobre economia solidária que tenho com pessoas da universidade, do governo e do fórum em geral. Mas explicar o que é economia solidária, palavra por palavra, é difícil. Acho mais fácil passar exemplos do dia a dia, minhas impressões e sensações.

Como eu quero continuar contando sobre a economia solidária em nossa vida, eu vou tentar fazer isso para vocês saberem o que eu entendo que ela seja.

Maria, eu também acho muito difícil definir o que é economia solidária. Vou deixar você continuar falando sobre isso porque você fala melhor do que eu. Mas fale como a gente conversa e discute aqui em casa, pois é minha visão sobre isso também.

Bom, então vou fazer o que o João falou e vou continuar falando! (risadas) Eu acho que a economia solidária é uma forma diferente de economia, ela é diferente da economia que existe hoje. Ela não é capitalista porque ela busca que todos possam ganhar com seu trabalho, que todos possam atingir seus objetivos. Ela tem uma preocupação bem social, com as pessoas, e não com o dinheiro.

Aqui em São Carlos existem vários empreendimentos de economia solidária, e eu os vejo como uma alternativa para as pessoas poderem gerar renda para suas famílias. Mesmo que às vezes passem despercebidos, essas pessoas estão gerando renda e acho que isso é o mais importante no começo. Quando essas pessoas se organizam, elas conseguem se inserir no mercado de trabalho, já que na maioria das vezes elas não tinham um emprego formal, ou faziam artesanato sozinhas, ou catavam resíduos pelas ruas. Essas pessoas se organizarem é um jeito para elas se inserirem socialmente.

Eu vou continuar estudando sobre economia solidária para que da próxima vez, eu consiga explicar melhor o seu significado. Eu preciso fazer isso para que essa forma de se organizar e produzir se espalhe por aí, e mais pessoas possam se beneficiar dela.

Mas você falou quase tudo! E ainda se lembrou de pessoas conhecidas, por ter citado os exemplos de trabalho que falou, eu consigo perceber isso. A Maria está sempre pensando nas outras pessoas.

É... mas eu ainda posso dizer sobre a economia solidária, que ela tem muitas dificuldades de se desenvolver, por acontecer em um mundo capitalista. Por exemplo, nós que trabalhamos com reciclagem, temos que enfrentar grandes empresas, com os sucateiros, que também se interessam em recolher estes materiais. Outro exemplo é a cooperativa de entregas, que tem que enfrentar os correios, que também são uma grande empresa.

Isso deixa tudo muito difícil de acontecer, mas vale a pena, pois você aprende que o que você consegue, é prá todo mundo de forma igual, e não para uma pessoa só. Não é igual nas empresas grandes em que uma pessoa fica rica, e as outras continuam na mesma situação. A economia solidária dá oportunidades iguais para todos e nela você consegue fazer o bem para todos, e não só para você mesmo e para pessoas próximas.

Acho que eu não preciso completar a fala da Maria. Mais uma vez ela disse tudo o que sempre conversamos e pensamos.

Mas se você quiser falar mais alguma coisa João, de repente eu esqueci de alguma coisa...

Não, não tenho mais nada para falar não, Maria.

Então, como eu disse no início, eu ia contar como a economia solidária entrou em nossas vidas e como ela interferiu na vida familiar. Acho que até agora eu consegui falar com ela entrou na nossa vida e minha opinião sobre ela. Agora vou falar um pouco mais de nossa vida familiar e social.

Aqui em casa, a gente não tem necessariamente um líder.

Mas eu deixo você falar que é você, Maria. (risadas)

Ah João. (risadas) Obrigada, você saber que eu mando mais mesmo, não é? (risadas) Brincadeiras à parte, você sabe que não é assim. Eu tenho mais facilidade de falar e me expor, mas aqui em casa a gente divide tudo, sejam problemas ou serviços de casa. É como no: cada um tem a sua função, mas trabalhamos de forma cooperada. Nenhum faz mais coisas do que o outro; apenas fazemos o que cada um tem mais facilidade. Algumas coisas como almoço e jantar a gente reveza, outros serviços nós dividimos por habilidade mesmo.

Eu acho que conseguimos nos organizar assim por causa do trabalho. A gente começa a conviver daquele jeito, de forma igual. Tanto é que na cooperativa todos tem os mesmo direitos: de falar as opiniões, de participar das decisões. E a gente traz um pouco disso prá casa. Um exemplo disso é que a gente só toma uma decisão depois de discutir bastante as opiniões de cada um. E na cooperativa é assim também, as decisões só são tomadas depois de acontecer as votações.

Desse jeito, quando temos um problema em casa, nós também resolvemos conversando. Eu acho que nesse ponto somos diferentes de muitos casais, porque a gente não fica brigando. A gente conversa bastante mesmo. Mas graças a Deus não temos muitos problemas.

Somos só nos dois atualmente... talvez quando tivermos filhos tenhamos mais problemas, mas a gente sempre procura dialogar e acho que vamos continuar assim. É difícil ter alguma discussão.

É que se a gente brigar, ao invés de conversar e resolver a situação, a gente vai criar outro problema. Mas se não chegarmos em uma conclusão, a Maria vem e me “pega” (risadas).

(risadas) Eu “pego” mesmo João” (risadas). Brincadeira de novo! A gente sempre busca a melhor forma de resolver o problema, juntos.

Enfim, esta forma de lidar com as coisas em casa, de dividir as tarefas, nos leva a ter uma rotina. Em geral, o João é mais organizado. Ele chega do trabalho e já quer fazer as coisas. Eu já gosto de chegar e sentar um pouco, descansar o corpo, descansar a cabeça, antes de fazer os serviços de casa. Aí durante a semana, o João acaba fazendo quase todo o serviço de casa como arrumar cama e varrer o chão. A janta a gente reveza mesmo. Você viu que estou te valorizando hein? (risadas)

(risadas) Obrigado Maria! É bem isso mesmo. E quando um faz a janta, o outro lava a louça, e assim vamos revezando. A gente divide prá não ficar pesado.

É, mas no final de semana sobra prá mim. (risadas) A gente até divide as tarefas no final de semana, mas eu acabo tendo que lavar as roupas, a louça, fazer a janta, e todo o resto que a gente dividiu. (risadas) Eu estou só brincando com o João. É que como eu disse lá atrás, eu vou muito em eventos e feiras, e nesses dias ele tem que fazer tudo. No mês passado, por exemplo, eu participei desses lugares quase o mês inteiro. Tivemos muitas reuniões na cooperativa também. Então quando eu chegava em casa, já tava tudo pronto; ele já tinha feito tudo.

Eu faço isso para não ficar pesado para a Maria. Se ela trabalha mais fora, eu trabalho mais dentro de casa para equilibrar.

E ele ajuda muito mesmo. A gente se ajuda. Eu acho que isso tem muito influência positiva da economia solidária. A gente consegue trazer experiências que vemos fora para dentro de casa. Na verdade, acho que é assim com tudo o que a gente vive, a gente acaba trazendo sempre alguma coisa. Mesmo que passemos por momentos difíceis e ruins, a gente tenta trazer o que é melhor para casa. Tudo o que vivemos no trabalho e em outros espaços de economia solidária, a gente trás prá casa e acho que assim funciona bem, pois ajuda a gente a se relacionar, a dialogar.

E como a Maria participa mais das reuniões, ela acaba trazendo mais coisas de economia solidária para casa para discutirmos.

E João, eu acho que esse jeito e o momento que a gente vive evita que a gente passe por problemas desnecessários e dificuldades. Por isso ainda não precisamos fazer tratamentos de saúde e nem cuidar da parte emocional, pois acho que a gente ainda não chegou nessa fase! (risadas) Mas mesmo assim, a gente sabe que um dia podemos precisar utilizar serviços de saúde.

Outra coisa importante que a cooperativa nos trouxe, muito positiva, é uma opção relacionada ao lazer, e que se relaciona com a inclusão social que eu disse que a cooperativa proporciona: a gente conseguiu se associar ao SESC! Depois de muitas reuniões e debates que fizemos lá dentro, um dos responsáveis foi muito atencioso e levou nossa solicitação para que catadores pudessem se associar, e ele conseguiu autorização.

Isso na verdade foi até uma surpresa porque fazia um bom tempo que eu tinha pedido já, e eu até tinha esquecido... Na época a gente justificou que por mais que realizemos um comércio diferente dos lojistas, a gente comercializa materiais recicláveis, e eles aceitaram que participássemos de lá.

Essa inclusão é muito importante para os catadores pela possibilidade de acesso a um lugar que eles nunca pensarem que poderiam fazer parte. Isso com certeza faz com que eles se sintam valorizados. Lá no SESC tem teatro, infraestrutura de esportes, e muito mais opções e se os cooperados podem participar de lá, vão ter acesso a muitas coisas boas para fazer e possibilidade de conviver com outras pessoas, se socializar mais.

Maria, eu acho que é bom para as famílias também.

Ah, com certeza João! As famílias também serão beneficiadas... até então, tirando a parte econômica, todos os benefícios diretos que tínhamos era somente pros cooperados. Agora as famílias também estão se beneficiando de mais coisas.

Lá no SESC eles fazem um trabalho bem social, e conseguiram um valor mais acessível para que conseguíssemos pagar a mensalidade. E mesmo assim temos acesso a tudo, como qualquer sócio.

Eu estou ansiosa para dar essa notícia para a COOPERVIDA. Mas vamos ter que nos organizar bem, pois o responsável pediu que fossemos matriculando os cooperados aos poucos, dando preferência para os mais antigos, porque como tem muita rotatividade na cooperativa, isso evita que haja muita troca de sócios por entrada e saída de novos cooperados. Um agravante dessa situação é o momento difícil que a cooperativa está passando, que fez sair muitos cooperados e a gente teve que buscar diversos novos.

Os cooperados que estão há mais tempo foram beneficiados então... aqueles que estão juntos por muito tempo e não desistiram nesse momento de dificuldade... São 11 anos de COOPERVIDA, e durante todos esses 11 anos muitos não valorizaram ela e desistiram, outros desistiram mas voltaram, então aquelas pessoas que estão mesmo desde o início lutando com a gente a gente procurou dar de certa forma um pouco de prioridade.

As pessoas que resistiram a esse momento são mais fixas no empreendimento. De repente essa conquista do SESC é até um incentivo para os mais novos, e não somente para esses cooperados mais antigos.

Eu achei que nós não conseguiríamos se associar ao SESC, mas eu não desisti e defini que eu iria ao menos tentar.

Eu conversei com a Miriam lá da COOPERVIDA que amanhã a gente tem que levar a relação de cooperados para fazer as carteirinhas e conhecer melhor o local para falar para o pessoal e incentivá-los a frequentar. Eu mesma, quando tiver a carteirinha na mão, não vou deixar de ir um dia!

Nem eu Maria!

Vai ser legal, acho que principalmente pros meninas que gostam de jogar futebol! Acho que vai ser bom também para os catadores que acham que não são nada no mundo, vai incentivá-los em suas vidas, vai fazê-los perceber que também podem ter coisas boas.

Participar do SESC será bom para nossa convivência, e é tão estranho, pois nem com os vizinhos a gente conversa muito. Nós chegamos tão cansados da cooperativa que quando estamos em casa, fazemos o serviço e dormimos. Aí durante a semana acabamos ficando muito dentro de casa mesmo. No final de semana, quando eu não tenho nada para fazer da cooperativa, eu procuro ficar mais com o João, com meus pais e parentes. O SESC vai ser mais uma opção.

Pensando ainda sobre a cooperativa, sobre as dificuldades que temos passado, eu vejo outra questão que ainda tem muita para se fazer sobre: a educação.

Penso que precisamos levar mais para dentro das escolas a importância da coleta seletiva, para reforçar com os que já sabem que ela existe, e para informar o que não conhecem a coleta. Muitas escolas ainda não fazem a separação e não entregam nada para a coleta, mas tem as que fazem. Então acho que a educação é um caminho muito importante para que a população em geral.

As pessoas de São Carlos ainda estão longe de ser o ideal para qualquer cidade. As pessoas aqui não compreendem o valor e não dão importância para a coleta seletiva. Eu sei que é difícil mudar, que essa mudança de pensamento é uma conquista que temos pouco a pouco, mas a educação fortalece essa possibilidade de mudança. A educação pode contribuir para fortalecer a economia solidária.

Lá na cooperativa eu já fiz várias coisas... já fui do conselho administrativo e já trabalhei em todos os outros setores. Atualmente eu não sou dos conselhos, mas eu tenho ajudado bastante as meninas, porque a presidente precisou se afastar, e como elas ficaram com muito trabalho e eu gosto de ajudar, eu me “enfiei” lá dentro! (risadas).

Eu estou tentando ajudar a buscar coisas melhores para a gente, discutindo, brigando, dialogando com prefeitura, com universidade, com todo mundo para conquistar coisas que nos ajude a desenvolver. Eu sou daquelas pessoas que realmente “visto a camisa”. Tanto sou assim, que mesmo quando os outros cooperados acham que eu não devo fazer algo, eu faço porque me preocupo muito com eles, porque eu sei da importância do trabalho de cada um e porque eu sei que se não fosse a cooperativa, muitos deles iriam fazer coisas que não são legais. Ou estariam desempregados, ou usando drogas... quem sabe até vendendo...

O que eu puder fazer, mesmo que nem todos concordem, e vou fazer porque eu sei que muitos deles não enxergam algumas coisas, eles tem medo, e quem sabe eu posso contribuir e mostrar que eles podem mais? O João mesmo já me chamou a atenção sobre isso, porque as pessoas até falam mal de mim. Mas eu não me importo, pois eu sei que um dia elas perceberão que eu estou ajudando a trazer benefícios para elas. E esse é o meu objetivo: ajudar a todo mundo e fazer com que o nosso trabalho não pare porque é um trabalho importante, tanto pra sociedade, quanto como pra nós, catadores.

O João já foi do conselho administrativo também.

Sim, mas hoje eu trabalho na coleta seletiva na rua. Trabalho no caminhão.

Bom, essa foi a nossa história, a nossa percepção das coisas. A economia solidária entrou em nossas vidas através dos meus pais, que nos mostraram a cooperativa. Ela influenciou positivamente nossa vida familiar e social e nos fez ter forças para enfrentar momentos de dificuldade. Com ela, passamos a ser mais tolerantes e solidários, e percebemos que existe outra forma de enxergar o mundo. Uma forma que beneficie a todos, e não somente o individual. Ainda temos desafios a enfrentar, mas eu mudei minha visão sobre as coisas e estou batalhando por condições sociais melhores para os catadores, e para todos. Conto com a parceria de meu marido João, que está sempre colaborando com minhas ações.

O Grupo Familiar 2, formado apenas por um casal, é um grupo muito disposto e motivado a falar sobre o seu trabalho e sua rotina. Durante toda a pesquisa eles foram participativos. O marido da catadora de referência falou pouco, mas a todo tempo se manifestava através de linguagem corporal, normalmente concordando com o que a esposa manifestava.

A validação do texto transcrito ocorreu com sucesso, sendo que os catadores se sentiram contemplados com o conteúdo apresentado.

Este grupo considerou que a inserção na cooperativa trouxe mudanças significativas para a vida familiar. Eles atribuíram à forma de organização cooperativa, a definição de sua rotina diária, por sentirem que as experiências vivenciadas no trabalho influenciaram no cotidiano doméstico.

Em sua casa, o casal dividia todos os trabalhos, respeitando as responsabilidades e compromissos que cada um tinha dentro da cooperativa. Exemplificaram que quando Maria trabalhava mais tempo fora, tendo que ir a reuniões, inclusive aos finais de semana, João realizava os trabalhos de casa, e quando Maria podia, ela retribuía.

A catadora de referência constituiu a partir do trabalho de catadora cooperativada, perspectivas e objetivos de vida que visavam melhorias para a vida de toda uma população, e não somente para a dela, atitude na qual podemos observar uma característica solidária.

Ela considerou também a vivência pessoal de cada cooperado, mostrando respeito por elas e afirmando que se preocupava em auxiliar na estabilidade do empreendimento para que estas pessoas pudessem continuar usufruindo de diversos benefícios, como a inserção econômica e social, a valorização do trabalhador e a união.

Maria ainda trouxe a percepção de que os parceiros do empreendimento, citando a universidade e o governo municipal, como potenciais a contribuir com o desenvolvimento do empreendimento, proporcionando conhecimentos necessários para atender às demandas apresentadas.

Pôde ser observado também o aspecto político permeando suas falas, quando ela disse ser importante participar de espaços de participação populares (como fóruns e feiras) para adquirir conhecimentos e trocá-los com os outros cooperados, para que estes tenham possibilidade de ampliar suas visões sobre o que é a cooperativa.

A questão econômica também permeou suas reflexões. Ela indicou que a cooperativa estava passando por dificuldades econômicas, e que muitos cooperados, por não conhecerem muito a economia solidária, abandonaram o empreendimento, ao contrário dos catadores mais antigos que segundo ela, são mais informados e permaneceram para lutar pela estabilidade do empreendimento.

Ela indicou também a importância da educação não somente dos cooperados, mas também da população, que desconhece ou não dá importância para o trabalho do catador.

O marido da catadora falou também que na fase em que o empreendimento se encontrava, possibilitava benefícios também para as famílias dos catadores, pela possibilidade de inserção e socialização no espaço do SESC, referindo-se às possibilidades de momentos diferenciados de lazer.

A catadora, sobre esse assunto, ressaltou que a aceitação dos catadores como sócios do SESC foi resultado de uma luta, da qual ela não desistiu. Segundo ela, esse exemplo mostrou aos catadores que eles podem conseguir muitas coisas se tentarem. Esta inserção social, segundo ela, valorizou os catadores, melhorando sua autoestima, já que passaram a frequentar um lugar que parecia distante e até impossível para eles.

Esta possibilidade de associação ao SESC ocorreu após negociações, que começaram por iniciativa da catadora do GF2, da COOPERVIDA com representantes do SESC. A catadora Maria argumentou que a cooperativa também comercializava, então que teria direito

de se associar ao SESC. O representante que estava em contato com ela buscou informações e conseguiu que os cooperados se associassem. Esses contatos entre catadores e representantes do SESC começaram em eventos realizados no próprio SESC, como parte de sua programação.

Considerando que a catadora conheceu como é catar no aterro porque seus pais catavam lá antes de existir a cooperativa, ela conseguiu comparar que atualmente a organização do trabalho é bem melhor, pois os cooperados trabalham com materiais recicláveis já separados nas residências e comércios, sendo mais limpos, ao contrário dos materiais do aterro, que eram muito sujos. Ela considerou também que no aterro os catadores eram sujeitos a muitas doenças, e que na cooperativa eles possuíam melhores condições de trabalho.

Os dois membros da família relataram ter o ensino médio completo, e consideraram importante continuar estudando para poder transmitir de forma mais eficaz o que é economia solidária. Ambos tiveram dificuldade em defini-la, mas conseguiram ilustrar o que ela significa para ela através de exemplos e apresentação de suas opiniões sobre eles.

Eles a consideraram uma nova forma de produção, contrária à capitalista, que prioriza a inserção do trabalhador ao invés do acúmulo de dinheiro. Eles exemplificaram isso comparando uma grande empresa, em que uma pessoa acumula os lucros, enriquecendo. Para eles, na economia solidária todos possuem as mesmas chances e possibilidades, e as divisões são iguais.

A família afirmou concordar com os princípios da economia solidária e os defenderam. Eles disseram ainda que os exercitam no dia-a-dia e que conversam sobre eles. Ao mesmo tempo em que Maria disse prezar a pela conscientização dos catadores, ela se afirmou disposta a realizar ações que os catadores por vezes não concordavam. Ela disse que os catadores não corroboravam com muitas de suas ideias pela falta de perspectiva de melhorar e de conhecimento dos catadores, e que desse modo, ela se sentia responsável por insistir na realização de ações que acreditava ser para o bem deles. Foi o que aconteceu, inclusive, sobre a associação ao SESC.

Transcrição de Entrevista - Grupo Familiar 3

Prezados, meu nome é Miriam, tenho 25 anos, e sou catadora na COOPERVIDA.

Eu e minha família vamos contar a história de como conhecemos a economia solidária e como ela permeia nosso dia-a-dia.

Meu companheiro, Pedro, tem 28 anos, e também é catador da COOPERVIDA. Já meu filho, Paulo, tem oito anos e só estuda. Tenho mais um filho, mas por ele ter apenas 3 anos, ele não participará dessa narração.

Eu e o Paulo não somos casados civilmente, apenas residimos juntos, e com isso nos consideramos casados. Eu estudei apenas até a 5ª série, e ele quase terminou os estudos, completando até o 2º colegial. Meu filho está quase me alcançando nos estudos, está fazendo a 4ª série.

Quando temos nossos momentos de lazer, eu gosto de ficar com meus filhos. Meu marido também gosta, mas ele também vai jogar bola e na academia. Meu filho, claro, gosta de brincar e jogar bola com o pai.

Mãe, você não falou que você também gosta de dormir e que eu também gosto de assistir TV e lavar louça!

(risadas) Tudo bem filho! Obrigada por me ajudar a lembrar! Eu gosto mesmo de dormir.

Eu trabalho há 3 anos na COOPERVIDA, e antes de sua unificação eu trabalhei 1 ano na ECOATIVA. Eu a conheci através do meu marido, que já trabalhava lá.

Antes de trabalharmos na cooperativa, ele era catador no aterro sanitário, e eu era empregada doméstica. Quando fiquei desempregada, consegui trabalho na cooperativa.

Quando eu era empregada doméstica, o trabalho era muito cansativo, pois era 8h quase diretas. Era bem corrido.

Agora, na cooperativa, eu ainda trabalho oito horas, mas não é tão cansativo quanto era antes. Eu gosto mais porque na COOPERVIDA, a gente não para em uma coisa só. Ou a gente tá na rua, ou no barracão, e podemos fazer uma paradinha para descansar. Então a rotina não fica tão pesada, tão corrida.

Eu sinto também que trabalhar na cooperativa mudou minha situação econômica. Quando eu era doméstica, eu ganhava um salário mínimo apenas, e na cooperativa a gente ganha um pouco mais, dando possibilidade de fazermos mais coisas do que antes.

Pedro, você quer falar um pouco sobre o trabalho de catador?

Não, pode falar...

Bom, então, continuando, eu acho o trabalho de catador muito legal, pois além de ajudar o meio ambiente, contribuindo para a limpeza da cidade, ele também é uma possibilidade de geração de emprego e renda para nós catadores.

Ah Miriam, eu vou falar também então. Eu também acho o trabalho do catador muito legal, ainda mais que agora virou profissão. A gente tá sendo mais respeitado por causa disso.

E eu acho que eu sou útil.

O que filho?

Eu sou útil prá falar!

(risadas) Ah, você é o último a falar! (risadas) Você quer falar alguma coisa?

Agora não.

(risadas)

Continuando o que eu estava falando, o trabalho na cooperativa fez com que a Miriam mudasse bastante. Atualmente ela fala bem mais. (risadas) Ela conversa mais com a gente agora, fica mais com a família. Antes ela era meio distante...

È mesmo pai, quando ela não tem que ir para o serviço, ela sempre fica com a gente. E sabia que minha mãe gosta bastante de se maquiuar?

Ah, que menino hein? (risadas)

Filho, isso acontece porque sua mãe agora é mais experiente. Por isso ela mudou, e isso foi bom para nós.

É verdade pai.

É bom saber disso, pois as outras pessoas acham que pela minha idade eu deveria arrumar um trabalho melhor. Eles acham que eu não deveria ficar na cooperativa, que eu deveria arranjar um serviço registrado. Eles também não gostam que eu seja catadora. Então com o apoio de minha família, eu fico mais tranquila.

Mesmo meus pais que são catadores (minha mãe ainda é da COOPERVIDA), acham que eu deveria procurar um serviço mais fácil, pois eles lutaram muito para construir tudo o que possuem sendo catadores. Mas as coisas mudaram desde lá.

A entrada na cooperativa mexeu em algumas coisas aqui em casa, mas nós não falamos sobre economia solidária em casa.

Isso é verdade Miriam... mas nós sabemos o que é. Ela acontece quando um empreendimento ajuda o outro ao invés de “passar por cima”, prejudicando um ao outro, permitindo que todos tenham espaço no mercado.

Eu concordo pai! No dia que a gente foi no mercado, ele tava muito cheio e aí um moço deu a frente da fila para a gente!

(risadas) Eu lembro filho... isso foi um ato solidário. Tem sempre alguém ajudando a cooperativa também, com a economia solidária. Na COOPERVIDA a gente sente bastante o apoio deles, que ajudam a unir o grupo, conscientizando sobre o que é economia solidária. E eles ajudam vários outros empreendimentos de economia solidária também, não só de catadores.

Aqui em casa a líder é a Miriam, pois é ela que organiza todo o dinheiro da casa para pagar contas e fazer compras.

Ah, eu já acho que é você Pedro. Eu posso fazer essa parte, mas você sempre cuida da manutenção e consertos do espaço da casa. Para chamar a atenção das crianças é ele também quem faz! Então acho que somos nós dois os líderes, pois cada um faz uma coisa diferente, mas todas são importantes para a casa e para a família.

Eu também ajudo em casa, não é mãe?

Claro filho, você também ajuda. (risadas) Todos nós nos ajudamos.

Aqui em casa a rotina é bem corrida. A gente tem que levar as crianças para a escola cedinho e quando o Paulo volta da escola ele fica com meu pai até o horário dele ir para o grupo dos Salesianos. Quando a gente sai da cooperativa em torno das 17h, vamos buscar nosso filho na outra escolinha.

E a diretora sempre reclama, não é Miriam? Porque nós teríamos que buscar ele às 16h30, mas saímos às 17h do trabalho e chegamos lá às 17h10. Não tem quem busque ele antes. Acho que faltam serviços melhores para que os pais que possuem filhos pequenos possam trabalhar fora.

É complicado Pedro... pior que eu e a Maria sempre tem reunião depois do expediente de trabalho, e às vezes chego em casa só às 22h... aí o Pedro que busca o Rafael... É muito corrido.

Dentro de casa nós revezamos o serviço. Cada dia um limpa a casa. Eu acho que na cooperativa ele se cansa mais do que eu por trabalhar atualmente na prensa e na carga e eu no conselho administrativo, como tesoureira, mas sempre buscamos dividir o serviço por igual porque assim ambos temos tempo de ficar com as crianças.

Miriam, conseguimos perceber que a economia solidária influencia na nossa vida, não é? Por exemplo, quando um de nós está cansado, o outro faz o serviço, e vice-versa. Acho que isso é solidariedade, coisa que aprendemos com a economia solidária. Antes de trabalhar na cooperativa, a gente não sabia o que era isso.

É Pedro, a gente teve uma melhora no convívio sim. A gente já conhecia as pessoas da cooperativa, mas antes do trabalho éramos muito distantes. Hoje em dia já temos uma amizade com essas pessoas. Você mesmo, hoje vai jogar bola, baralho, se reúne com os outros cooperados.

Eu aprendi muito na cooperativa, desde ser mais solidária por causa da própria economia solidária, até a mexer em computador, coisas que eu desconhecia. Pela COOPERVIDA nós fizemos cursos e aprendemos muitas coisas para ajudar o empreendimento. Aprendemos com o empreendimento também, nos trabalhos realizados.

Eu também aprendi Miriam. Ainda mais que estou a tanto tempo trabalhando de catador... como perdi meus pais cedo, comecei a trabalhar com 17 anos. Cheguei a ficar 9 anos na ECOATIVA e mais 3 na COOPERVIDA. Eu cheguei também a catar no aterro, mas as últimas vantagens que tinha lá era a poder trabalhar no horário que eu queria, do jeito que eu queria, recolher somente materiais de maior valor para gerar mais renda. Para pegar esses bons materiais, eu tinha que passar a noite e a madrugada trabalhando, senão de manhã já não tinha mais nada. As condições de trabalho não eram boas. O cheiro era forte, havia muitos escorpiões, cacos de vidro, agulhas... na COOPERVIDA a gente tem EPIs para trabalhar

Acho que é isso não é Pedro? Não é Paulo?

É mãe.

Com certeza Miriam.

Então, esta é a nossa história em relação à economia solidária nas nossas vidas, e as nossas percepções sobre ela. Ela contribuiu positivamente em nossas vidas, em nossos relacionamentos e nos ajudou a organizar uma rotina que favorecesse a todos. Com ela eu fiquei mais próxima dos meus familiares, o que resultou em um maior bem-estar geral.

Nós ainda não conversamos sobre economia solidária em casa, nem com nossos filhos, mas buscamos ter atitudes solidárias no nosso dia-a-dia. É muito bom contar com os apoiadores para garantir a estabilidade da cooperativa, já que sem ela, muitas pessoas perderiam seus trabalhos e sua renda, e ainda, a possibilidade de serem pessoas melhores.

O Grupo Familiar 3 é formado por um casal que não tem o ensino médio completo. O marido da catadora de referência completou o segundo colegial, enquanto a catadora estudou somente até a 5ª série. Eles tinham dois filhos, um de 8 anos, que participou da entrevista, e um de 3 anos.

A catadora era doméstica antes de entrar na cooperativa, enquanto seu marido já trabalhava lá, sendo catador já há 12 anos.

Ambos concordaram e frisaram muito que a economia solidária mudou a vida deles, desde o jeito de se relacionar, de se organizar e até financeiramente.

Eles conseguiram explicar que a economia solidária é diferente da economia capitalista, e ainda que ela propiciava condições de ajuda mútua entre os empreendimentos, ao invés da competição pregada pelo capitalismo. Eles entendiam também que a economia solidária, através das cooperativas, possibilitava a inclusão econômica e a geração de renda.

Eles citaram que a solidariedade aprendida com a economia solidária perpassava a vida deles e mediava as relações dentro de casa. Os serviços domésticos gerais eram divididos igualmente entre os dois, sendo que cada um ainda realizava alguns específicos para os quais possuíssem mais facilidade. Por exemplo, a catadora cuidava das contas e o catador dos serviços de manutenção da casa. Eles compararam isso ao trabalho realizado na cooperativa.

Eles não conversavam sobre economia solidária em casa, mas quando o pai explicou que ela possibilitava que todos tivessem acesso igual ao mercado, o filho relacionou a uma situação que ocorreu no “mercado”, fazendo confusão com as palavras. Ele disse que um dia eles foram ao mercado, que lá estava muito cheio, e que alguém cedeu a frente da fila para eles. A catadora reforçou que esta foi uma atitude solidária, e disse que a cooperativa também possuía pessoas que a auxiliavam, referindo-se aos apoiadores que segundo ela, contribuíam para que o grupo ficasse unido e se organizasse.

Para o marido da catadora, ela ficou mais próxima e mais aberta à família depois que aderiu à cooperativa, o que entendiam como positivo para as relações familiares.

A catadora indicou também a criação de vínculos de amizade no espaço de trabalho, o que levou à aproximação de catadores fora do trabalho para atividades de lazer.

Para Miriam, a rotina de trabalho na cooperativa também era melhor do que quando ela era empregada doméstica. Ela contou que no trabalho na cooperativa existiam intervalos de descanso, o que deixava o trabalho menos cansativo e corrido, além da possibilidade que tinha de contato com diversos ambientes diferentes, de acordo com o trabalho que estivesse sendo executado.

Sobre o trabalho de catador em si, eles o consideraram importante por manter o ambiente limpo, contribuindo com a limpeza da cidade, e pela possibilidade de criar empregos e gerar renda para as pessoas. Miriam ainda comentou que ela teve a oportunidade de fazer cursos e aprender coisas novas, importantes para desenvolver a sua função.

Pedro ainda contou sua experiência de quando era catador no aterro. Ele disse que tinham os pontos positivos, como flexibilidade no trabalho e uma renda maior pela coleta apenas de materiais de grande valor. Porém, em contraposição, citou que havia muito mau cheiro, escorpiões e materiais cortantes e perfurantes que colocavam sua saúde em risco, e que nesse ponto a cooperativa proporcionou uma grande melhora, pela existência dos EPIs.

Uma crítica feita por eles foi sobre a necessidade de uma creche que cuidasse dos filhos até eles saírem do trabalho. O filho menor, Rafael, de 3 anos ficava em uma creche que fechava às 16h30, e a diretora sempre reclamava com os pais por eles terem chegado às 17h10, sem se interessar em saber que eles não tinham outro jeito ou horário de buscar o filho. Isso era um ponto negativo que dificultava o trabalho: a falta de assistência adequada às necessidades das famílias dos trabalhadores. Porém, eles estavam conseguindo contornar a situação.

Finalizando, eles contaram que antes da cooperativa eles não sabiam o que era ser solidário, e que após mudarem suas atitudes, muita coisa melhorou na vida deles também.

Transcrição de Entrevista - Grupo Familiar 4

Data: 31/05/2013

Meu nome é Marta, tenho 51 anos e sou catadora de materiais recicláveis. Trabalho na COOPERVIDA, a cooperativa de catadores de São Carlos.

Eu e minha família estamos aqui para contar uma história que mostra como nossa família era antes de eu entrar na cooperativa, e agora. Nós queremos mostrar algumas mudanças que este trabalho proporcionou para nossas vidas.

Primeiro eu vou apresentar minha família para vocês, para que saibam um pouco de nós.

Minha filha se chama Helena e tem 32 anos. Assim como eu, ela é solteira e estudou só até a 4ª série. Ela recolhe frangos em uma granja. Ela chega tão cansada do trabalho que ela só quer dormir quando pode descansar. No máximo ela assiste à TV. Nós duas vamos à igreja.

Eu tenho um filho também, o Roberto, mas ele não vai participar de nossa conversa.

A Mariana é minha neta mais velha. Tem 15 anos e já é amasiada, mas até “ontem” morou aqui com a gente – e praticamente ainda mora! (risadas). Ela parou de estudar na sétima série... se afastou porque engravidou. Hoje ela está completando 6 meses de gravidez. Então ela não está fazendo nada a não ser se cuidar. A gente se preocupa com ela, tão nova e

já tendo essa responsabilidade, mas se está vindo mais uma vida, iremos cuidar com amor. Ela gosta muito de ver TV quando tem momentos de lazer.

Já minha outra neta, a Rebeca, tem 13 anos e claro, é solteira (risadas). Ela está cursando a 7ª série, e só estuda. E adivinhem o que ela gosta de fazer nas horas vagas? Ver TV também!

Tenho mais uma neta de 3 anos, a Julia, mas ela vai ficar brincando enquanto conversamos.

O que eu tenho em comum com elas em momentos de lazer é gostar de assistir TV, mas para assistir o jornal, saber o que está acontecendo. De qualquer forma, o que eu mais gosto mesmo é de fazer o serviço de casa.

A renda total da nossa família é composta da minha retirada na cooperativa, de um benefício, do salário da minha filha e da renda instável de meu filho. No total, nossa renda varia de R\$2.300,00 a R\$2.800,00.

Depende se meu filho está trabalhando ou não... ele trabalha informalmente, mas se Deus quiser, vai conseguir um registro na carteira. A maior parte da renda vem da minha filha, mas esse valor vai diminuir também porque está acabando o meu seguro... aí ela vai cair uns R\$500,00.

Sobre a renda, eu acho que ela poderia ser melhor, mas a cooperativa cortou nossas bonificações, que aumentavam nossa retirada em R\$300,00 ou R\$400,00 reais... as meninas da diretoria estão vendo como vai ficar isso. Estou torcendo muito para que essa bonificação volte!

Eu estou na cooperativa há 2 anos, e conheci por amigos catadores daqui de Ibaté que trabalham lá. Eu já era catadora na cooperativa daqui, mas ela não tem nenhuma relação com a prefeitura. O trabalho nessa cooperativa era muito ruim, a retirada era baixa nem INSS tinha. Lá na COOPERVIDA é diferente, é bem melhor!

Eu cheguei a trabalhar na roça também... e sabe que eu preferia trabalhar lá? É que por causa da minha idade eles não me “pegam” mais, mas se eu pudesse eu acho que voltaria a trabalhar na roça. Eu falo isso porque eu gosto de trabalhar corrido, sem parar, até acabar, porque senão o sangue esfria e eu fico com preguiça. Na cooperativa a gente faz algumas paradas, para almoço, lanche... horários de descanso... mas na hora que tem que voltar pro trabalho é difícil. E lá na roça era corrido... nem café da manhã tinha. Começávamos às 7h e íamos até o fim do dia. Por isso que na cooperativa eu gosto de trabalhar na rua... na rua eu

consigo fazer o trabalho mais corrido. Às vezes almoço só no final do dia. Na roça também tinha convênio médico, seguro... aí a gente tinha menos medo porque se perdesse o trabalho, recebia alguma coisa. Na cooperativa, eu prefiro ficar na rua porque também porque se eu paro na bancada me dá muita dor nas costas! Dá dor no corpo todo porque o sangue esfria! Mas é isso... fui divagando e falei muito!

Em São Carlos, antigamente a cooperativa era melhor. Agora tá difícil porque o pagamento não acontece mais no mesmo dia... sem contar a falta de caminhão... tínhamos 3 e agora é só 1 disponível... tá muito difícil trabalhar... Mas as meninas tão correndo atrás, indo em reunião, conversando na prefeitura. A gente espera que isso se resolva pois nessas épocas a retirada diminui, e a gente não sabe como vai ficar daqui pra frente... porque tá faltando muita coisa. Mas eu continuo lá, firme e forte, não vou abandonar a cooperativa...

Ah vó, mas agora que a senhora trabalha na cooperativa, você pelo menos não bebe mais e as coisas melhoraram muito! A mãe também, parou com essa mania... Deus me livre... eu tinha vontade de correr. Não dava pra ficar perto de vocês. Não é Rebeca?

Era sim Mari...

E melhorou no dinheiro também porque antes a mãe não trabalhava... era só o dinheiro da avó. Agora que elas não bebem mais, as duas trabalha, e as coisas melhoraram...

É... eu não tinha responsabilidade, mas agora eu vivo para as minhas filhas, não é meninas? Eu trabalho naquela granja por causa de vocês, porque o serviço é sofrido...

Nossa mãe, nem me fala... você nem tem muito tempo pra ficar com a gente... sai 6h e volta 24h... e volta com aquele cheiro ruim...

É mesmo Mari, não dá pra aguentar aquele cheiro não...

Olha, minhas netas estão falando isso, mas eu mesmo estando errada em beber, nunca deixei de arcar com minhas responsabilidades. Tanto que as meninas preferiam ficar comigo do que com a própria mãe.

Isso é mesmo vó! Eu e a Rebeca sempre ficávamos na sua casa porque era mais gostoso... sem contar que o coração dela é enorme. Tudo o que pedimos pra ela, ela dá... mesmo que não tenha.

Sabe por que isso acontece? É que eu dedico minha vida a vocês. Eu trabalho para vocês terem as coisas, não é para mim. Eu penso no futuro de todos vocês, porque eu sei me virar, mas vocês não. Então vou deixar o que eu puder para vocês.

Nunca vou abandonar minha família, já passamos vaias situações difíceis, mas estamos aí, unidas.

É vó, o trabalho de catador é muito difícil, eu sempre comento com a Mari. Lembro uma vez que a senhora me levou na cooperativa e nossa... que difícil... puxar peso, cheiro esquisito...

Ai Rebeca, eu lembro quando a vó levou a gente mesmo... o pior é o povo que manda lixo junto! Papel higiênico... que nojo! Ninguém merece passar por isso! Mas no trabalho da mãe é pior, Deus me livre daquele cheiro...

É meninas... mas o dinheiro não fede, não é? É separando aquele material que eu coloco coisas dentro de casa. O importante é ter vontade de trabalhar. O maior problema do lixo lá na cooperativa é que os novatos pegam sacos errados na rua... as meninas às vezes não ensinam direito, e até eles aprenderem, ao invés de pegar só os recicláveis, eles pegam os lixos também...

Lá na universidade é difícil também coletar... o pessoal joga muita coisa ruim nas caçambas de reciclagem... um dia eu entrei em uma para pegar o bag e eu não quero nem contar no que eu pisei... eu saí de lá correndo e deixei pra trás. Tinha tanta porcaria... é uma falta de respeito com a gente.

Nós estamos ajudando o ambiente, fazendo nosso trabalho e as pessoas não respeitam. O pessoal que ajuda a gente e a presidenta fizeram uma reunião lá para falar disso, e até melhorou um pouco... mas o povo ainda não respeita.

É você chega bem cansada não é mãe?

Ah, ela chega bem cansada, mas quando ela trabalhava aqui em Ibaté, ela chegava muito estressada. Na COOPERVIDA ela tem acesso a mais coisas, ganha mais coisas e compartilha muita coisa com a gente. Antes não tinha isso...

É Mariana, mas o pessoal aqui da rua acha que este é o último serviço para se escolher. Eles acham que na minha idade eu não devia trabalhar nisso... tem gente mais nova que não aguenta! Ele dizem que eu sou muito corajosa com esse serviço, porque é visto como sujo... as pessoas sujam esse material e deixam a gente nessa situação. Enfim... a gente vai enfrentando...

Outro dia foram lá na cooperativa, o pessoal da universidade, para dar curso para nós... falavam de solidariedade, mas não dá tempo da gente participar... tem muito serviço para fazer... aí outro dia me perguntaram se eu sabia o que era economia solidária e eu acho

que ouvi falar no trabalho, mas não sei o que é... eu trabalho na rua e muitas vezes não participo das coisas no barracão...

Aqui em casa todo mundo me considera a líder, porque eu tenho um histórico, visto a irresponsabilidade de minha filha em um determinado período da vida, de cuidar de todo mundo, de organizar tudo... cada um tem um serviço que faz dentro de casa, mas eu sou mais brava, eu organizo melhor as coisas... me preocupo demais com minha família.

Minha vó sempre pensa o melhor para nós... até os problemas familiares quem resolve é a vó, de todo mundo. Ela chama todo mundo prá conversar.

É, eu tento conversar e chegar numa conclusão do que é melhor e do que é errado.

Mas então... a gente tava falando sobre a casa. Cada um tem uma função, mas depois que a Mariana foi morar com o pai do filho dela aqui em frente, quase só eu faço o serviço porque minha filha trabalha fora o dia todo, e minha neta Rebeca estuda muito. Ela ajuda também, e minha filha quando fica em casa faz a parte dela. Nos outros dias eu faço as coisas... é a forma que encontramos de dividir. Ela trabalha fora, eu aqui. Meu filho quando não trabalha, ele cuida da casa também, faz tudo.

A gente equilibra assim, porque o trabalho da minha filha é mais pesada, tem dia que ela não consegue fazer as coisas, aí eu faço prá ela.

É, a mãe ajuda muito... e eu quando posso, faço o mesmo.

Sim filha, você ajuda muito também. A gente se ajuda. Eu acho que é igual na cooperativa... é como se ela fizesse parte da família. Sabe por que eu acho isso? Eles conseguem muita coisa boa para a gente, buscam muita coisa boa para nós... é igual uma família. Conseguem até colocar a gente no SESC. É uma preocupação com os outros. A gente trabalha, e leva a família. Mas eu ainda acho que precisa de mais reunião prá gente fazer mais coisa. Então quer dizer, no geral, agora as coisas estão melhores. Acho que muitos aspectos poderiam mudar, mas a gente vai levando como pode.

Bom, então é isso. Depois que entrei na cooperativa, eu parei de beber, nosso relacionamento e minha renda estão melhores, e até mais possibilidades para a família nós temos. Mas atualmente a situação econômica lá tá difícil, cortaram muita coisa da gente e acho que precisamos continuar fazendo assembleias pras coisas melhorarem. As meninas vão atrás de muita coisa, a universidade ajuda a gente lá dentro, mas a prefeitura precisava nos ajudar mais, para podermos fazer nosso trabalho normalmente.

Esta família apresentou muitos conflitos em seu desenvolvimento e sentiu melhoras pós a inserção da catadora de referência na cooperativa.

A catadora foi considerada a líder da família pela sua capacidade de organização e a cultura dela resolver os problemas da casa, por conta de um período de irresponsabilidades que a filha dela passou, por dificuldades na vida. Mãe e filha bebiam muito, e após a entrada na cooperativa, isso cessou, melhorando o ambiente familiar.

Outra coisa que melhorou foi a renda, apesar de atualmente a família apresentar problemas econômicos.

A catadora preferia o trabalho de quando estava na roça, pelo fato de que lá ela trabalhava “corrido”, com intervalo só para almoçar. Segundo ela isso é melhor para o “corpo não esfriar”. Isso, pois trabalhando em uma atividade mais parada na cooperativa de catadores de Ibaté, ela desenvolveu problemas na coluna. Assim, quando ela ficava parada, a coluna doía e, ainda de acordo com a catadora, quando ela estava em movimento, a coluna não doía. Ela precisaria fazer fisioterapia, mas não fez o tratamento. Porém, ela relacionou o trabalhar “corrido” com não ter dor nas costas.

Ela indicou que faltava na cooperativa um maior preparo dos cooperados novos, pois os que iam para a coleta seletiva nas ruas costumavam recolher lixo, prejudicando o serviço no barracão. Ela apontou também que nas caçambas de recicláveis que ficavam na universidade, eram depositados muitos materiais orgânicos, o que dificultava o trabalho deles. Ela se sentia ofendida com isso, visto que tinha a sensação de desvalorização do trabalho de catador, que ela via como importante para a sociedade.

Outro ponto positivo da cooperativa que foi apontado foram as assembleias que ela acreditava resolver muitos problemas. Porém, ela achava que deveria haver mais.

Ela não conseguiu explicar o que é economia solidária, mas disse que na cooperativa já teve cursos sobre isso e que ela não pode participar porque trabalhava fora do barracão, então que ela não conseguiu aprender algumas coisas.

Um ponto que ela destacou como sendo muito positivo na cooperativa, foi a preocupação com a família, sinalizada na associação com o SESC. Ela achou importante que não só os catadores se beneficiassem com as conquistas do empreendimento, associando essa preocupação de incluir a família com a impressão de que a cooperativa também era como uma família.

O serviço em casa era distribuído de acordo com a disponibilidade das pessoas, mas existia um equilíbrio e uma solidariedade explícita nessas relações, pois quando alguém estava incapacitado, o outro assumia a atividade.

A catadora também foi apontada pela família como uma pessoa extremamente solidária, que sempre ajudou a família, e que ajudava cada vez mais.

Enfim, dentre todos os problemas e questões apresentados, a família apresentou uma estruturação mais positiva após a inserção da catadora no empreendimento.

7.2.2 A análise de conteúdo

A análise de conteúdo dos relatos colhidos nas entrevistas foi realizado seguindo os passos descritos por Bardin (1994), sendo as estratégias realizadas apresentadas abaixo e os resultados organizados no Quadro 6.

- Pré-análise: por meio das leituras exaustivas, foram selecionados alguns trechos das entrevistas das três famílias, que foram organizados no Quadro 8 de forma a possibilitar a visualização dos sentidos das falas.

- Exploração do material: após selecionar as falas, foi feita a descrição de cada uma e a definição de núcleos, que se referem à questão central de cada fala.

- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nessa fase, foram definidas as categorias de análise, nas quais se agruparam, segundo a estratégia aqui adotada, os diversos núcleos encontrados nas falas previamente interpretadas.

As análises das categorias foram realizadas a partir do cruzamento de dados convergentes e comparações de dados divergentes. As frases contidas como exemplos, nesse sentido, nem sempre apresentarão as mesmas opiniões, mas apenas constituem conteúdo para análise de determinado aspecto da categoria, mesmo que as opiniões de todas as famílias não convirjam.

Estas falas também, como escrito nas tabelas, são ilustrativas e não foram as únicas fonte de análise da categoria. Todas as falas de todos os catadores e de todas as famílias foram consideradas para análise.

Foi possível definir 3 categorias de análise, abaixo descritas e organizadas respectivamente nos Quadros 10, 11 e 12:

A) A economia solidária e o cooperativismo para o catador e para a família:

Esta categoria permitiu fazer uma comparação com o primeiro objetivo específico, “Sistematizar as relações de trabalho observadas na cooperativa”; pois a partir da visão manifestada pelo catador, é possível fazer uma análise mais aprofundada dos dados

observados em campo, pois por mais que a cooperativa tenha apresentado fragilidades em sua relação solidária, isso devém de conflitos de diversas naturezas, o que não quer dizer que os princípios econômico-solidários e de organização cooperativa não ocorram no ambiente de trabalho. O segundo objetivo específico, “Identificar os aspectos tecnológicos e de apropriação do conhecimento existentes no empreendimento”, também foi contemplado nas falas dos catadores, que apontam a aquisição de conhecimento como importante para o desenvolvimento do empreendimento.

B) Mudanças na dinâmica familiar após a inserção na cooperativa:

Já esta categoria de análise auxiliou a responder o terceiro objetivo específico, “Caracterizar as mudanças na dinâmica familiar dos catadores após sua inserção no empreendimento econômico-solidário”, por fornecer as informações sobre a compreensão de economia solidária pela família, e assim, as mudanças na dinâmica familiar.

C) Cooperativa como possibilidade de inclusão econômico-social:

Esta categoria de análise trouxe indicativos para reforçar, junto com todo o material coletado, o que é proposto no último objetivo específico, “Elaborar parâmetros para estimular a construção de políticas públicas voltadas à população envolvida na pesquisa”. Sabe-se que no município de São Carlos, sendo o Programa de Fomento à Economia Solidária um eixo transversal a diversas políticas, uma das políticas contemplada é a de inclusão social e geração de trabalho e renda, e as falas dos catadores e familiares contribuem nesse sentido.

Após a apresentação dos quadros, encontram-se as explicações das categorias de análise de acordo com o conteúdo das entrevistas.

Quadro 10 - Categoria de Análise 1

Categoria de análise	Núcleo da fala	Descrição da fala	Falas ilustrativas Grupo Familiar 2	Falas ilustrativas Grupo Familiar 3	Falas ilustrativas Grupo Familiar 4
A economia solidária e o cooperativismo para o catador e para a família	Compreensão sobre o trabalho cooperativo	<p>Reconhecimento da cooperativa como um espaço de trabalho que valoriza a aprendizagem</p> <p>Reconhecimento da participação de apoiadores no cotidiano na cooperativa</p>	<p>Maria: Agora além dessa parte de você aprender muita coisa né, principalmente a questão da conscientização [...] É um trabalho que eu gosto por causa do sentido que ele tem né porque não é em qualquer lugar que você vai conseguir trabalhar de forma conjunta, de forma igual... é, de forma igualitária né, com as pessoas, e não é em qualquer [...]</p> <p>Maria: Antes a gente pensava que tava sozinho né? Mas agora no momento de dificuldade que a COOPERVIDA tem viu que tem muitas pessoas que se importam tanto com a cooperativa, com o nosso trabalho, quanto com... é... virou uma coisa social mesmo né?</p>	<p>Miriam: E eu assim, antes de eu entrar lá eu não conhecia nada também sobre economia solidária, nada disso, e ao longo do tempo que eu fui passando lá, eu aprendi muita coisa lá na COOPERVIDA. Que nem eu não sabia mexer... não fazia nem idéia de mexer num computador. Eu aprendi, que nem a Maria me ensinou, aí a gente, através da COOPERVIDA a gente teve curso, essas coisas, aí a gente foi fazendo... aprendi bastante coisa lá, na coleta seletiva...</p> <p>Miriam: É, a gente vê assim lá na cooperativa a gente tem o maior apoio deles [apoiadores] porque eles têm ajudado bastante a gente, a unir o grupo, eles vão lá prá poder conversar com a gente prá... pro pessoal todo entender o que é economia solidária, e... aí eles fala que é o empreendimento né, que é prá fortalecer o grupo... é... prá gente se fortalecer... e ajudar assim a expandir né, os empreendimentos, porque aí tem a cooperativa mas aí tem coisa de artesanato, tem essas coisas...</p>	<p>Continua...</p> <p>Marta: Outro dia foram lá na cooperativa, o pessoal da universidade, para dar curso para nós...</p> <p>Marta: O pessoal que ajuda a gente e a presidenta fizeram uma reunião lá para falar disso, e até melhorou um pouco...</p>

Conclusão.					
Categoria de análise	Núcleo da fala	Descrição da fala	Falas ilustrativas Grupo Familiar 2	Falas ilustrativas Grupo Familiar 3	Falas ilustrativas Grupo Familiar 4
A economia solidária e o cooperativismo para o catador e família	Percepções sobre a economia solidária	Definição de economia solidária	<p>Maria: você sabe o que é e não consegue transmitir né, falar... eu vou estudar mais um pouco prá poder falar mais [...] se fosse ver, é... é uma outra forma de poder gerar renda prá sua família né? São trabalhos que muita das vezes são despercebidos, mas que geram renda pra família. Então acho que é... mais ou menos isso [...] Então eu acho é... são meios que a sociedade encontra prá se inserir no mercado de trabalho [...] Mas eu acho que é... que é isso, a... a economia solidária ela tem toda essa questão também social né?</p>	<p>Pedro: Economia solidária é quando você tem vários empreendimentos assim que um tenta ajudar o outro, como um empreendimento não costuma passar por cima do outro, procura ajudar. Todo mundo ganhar espaço no mercado...</p>	<p>Marta: [...] falavam de solidariedade, mas não dá tempo da gente participar... tem muito serviço para fazer... aí outro dia me perguntaram se eu sabia o que era economia solidária e eu acho que ouvi falar no trabalho, mas não sei o que é...</p>
			<p>Maria: [...] eu acho que antes a gente não pensava de forma igual né, porque você pensa em trabalhar, ganhar o seu, cada um no seu quadrado, vamos colocar assim né, cada um do seu modo. E agora não, a gente aprendeu a trabalhar junto, ver que se a gente não se, não trabalhar unido um com o outro, com todos os cooperados, o serviço não sai, a gente é... diferente do mundo capitalista [...]</p>	<p>Miriam: Ah... é... assim, que nem... a gente tem a economia solidária que sempre tá apoiando a gente na cooperativa.</p>	<p>Marta: Em São Carlos, antigamente a cooperativa era melhor [...] Mas as meninas tão correndo atrás, indo em reunião, conversando na prefeitura [...] Mas eu continuo lá, firme e forte, não vou abandonar a cooperativa...</p>

Quadro 11 - Categoria de Análise 2

		Continua...			
Categoria de análise	Núcleo da fala	Descrição da fala	Falas ilustrativas Grupo Familiar 2	Falas ilustrativas Grupo Familiar 3	Falas ilustrativas Grupo Familiar 4
Mudanças na dinâmica familiar após a inserção na cooperativa	A economia solidária no ambiente familiar	Reconhecimento da influência da economia solidária sobre as relações familiares	<p>Maria: Eu acho que sim, influencia de uma forma positiva porque você aprende muita coisa, você consegue trazer algumas experiências, algumas coisas prá dentro de casa né. Eu acho que na verdade tudo o que a gente vive acaba trazendo, a gente... prá dentro de casa.</p>	<p>Pedro: Acaba influenciando sim, porque... tem vez que ela chega assim que eu percebo que ela tá cansada assim, aí eu pego e faço o serviço prá ela, ela o mesmo faz prá mim.</p>	<p>Mariana: Ah, ela chega bem cansada, mas quando ela trabalhava aqui em Ibaté, ela chegava muito estressada. Na COOPERVIDA ela tem acesso a mais coisas, ganha mais coisas e compartilha muita coisa com a gente. Antes não tinha isso (...) Então quer dizer, no geral, agora as coisas estão melhores.</p>
	A economia solidária no ambiente familiar	Mudança de pensamento e comportamento após conhecer a economia solidária e o cooperativismo	<p>Maria: Na verdade assim, eu acho que todo mundo que passa por uma cooperativa sai com um pensamento diferente depois, mesmo que vá prá uma empresa, normalmente eles vão e sempre tentam voltar prá cooperativas porque eles não se adaptam mais a uma emp... ao modo de trabalhar em uma empresa. [...]</p>	<p>Pedro: Ela... ela mudou bastante depois que ela começou a trabalhar assim... em cooperativa. Ela... ela gosta de falar mais agora [...] Ela... como é que eu posso dizer... ela conversa mais com a gente agora né? Antes ela não conversava muito, agora ela conversa mais, fica mais com a família agora...</p>	<p>Ah vó, mas agora que a senhora trabalha na cooperativa, você pelo menos não bebe mais e as coisas melhoraram muito! A mãe também, parou com essa mania.</p>
	A economia solidária no ambiente familiar	Conversa sobre economia solidária em casa	<p>João: Ichi... nem fala! Quando ela chega da feira, do fórum, ela fala tudo! Direto!</p>	<p>Miriam: Não (risadas) Pedro: Aqui em casa não...</p>	<p>(A família não soube definir economia solidária e também não conversa sobre o tema).</p>

Conclusão.					
Categoria de análise	Núcleo da fala	Descrição da fala	Falas ilustrativas Grupo Familiar 2	Falas ilustrativas Grupo Familiar 3	Falas ilustrativas Grupo Familiar 4
Mudanças na dinâmica familiar após a inserção na cooperativa	Relações cooperativas e solidárias no ambiente familiar.	Compreensão e tolerância em relação às necessidades um do outro, indicando atitudes cooperativas e solidárias.	<p>Maria: [...] Que nem, acho que o mês passado eu fiquei o mesmo inteiro participando de eventos, de feira né, então eu não parei em casa, quase um mês inteiro! Todo dia quase tendo reunião e tal, então eu chegava em casa já tava tudo pronto, janta, tudo pronto, então é... a... a gente divide tudo.</p> <p>Maria: a gente não tem um líder né? Porque a gente costuma dividir tudo né? [...] a gente acaba dividindo tudo né, de forma cooperada, a gente acaba dividindo todas as tarefas, tudo, né. Por isso que na verdade não tem o líder mesmo.</p> <p>João: Divide né?</p>	<p>Miriam: Ah, aqui dentro de casa é assim... um dia eu limpo a casa, outro dia é ele... um dia de cada, sabe... a gente se reveza prá... que nem nós dois trabalha no mesmo serviço. Sei que ele cansa mais porque o serviço que ele faz é mais pesado do que eu faço, mas a gente procura se... é... nós dois dividir o serviço por partes iguais prá... aí que nem dá tempo de eu ficar com as crianças num dia, no outro dia dá tempo dele ficar com as crianças...</p> <p>Miriam: Ah, nós dois sempre procura sentar e conversar, prá gente procurar a solução né e tipo, prá não fazer coisas sem ter falado um com o outro...</p>	<p>Marta: A gente equilibra assim, porque o trabalho da minha filha é mais pesada, tem dia que ela não consegue fazer as coisas, aí eu faço prá ela.</p> <p>Helena: É, a mãe ajuda muito... e eu quando posso, faço o mesmo.</p> <p>Marta: Sim filha, você ajuda muito também. A gente se ajuda.</p> <p>Cada um tem uma função, mas depois que a Mariana foi morar com o pai do filho dela aqui em frente, quase só eu faço o serviço porque minha filha trabalha fora o dia todo, e minha neta Rebeca estuda muito. Ela ajuda também, e minha filha quando fica em casa faz a parte dela. Nos outros dias eu faço as coisas... é a forma que encontramos de dividir. Ela trabalha fora, eu aqui. Meu filho quando não trabalha, ele cuida da casa também, faz tudo.</p> <p>A gente equilibra assim</p>
	Relações cooperativas e solidárias no ambiente familiar.	Relação da forma de organização da casa com a forma de organização no trabalho.	<p>Maria: Então, eu não sei, acho que um pouco é por conta do trabalho. [...] Todo mundo manda né, todo mundo tem a sua opinião, e acho que acaba trazendo um pouco disso prá dentro de casa né. [...]</p>	<p>Pedro: Eu acho que é uma solidariedade, que a gente aprendeu com a economia solidária, que antes dela trabalhar com a cooperativa ela não sabia o que era fazer con..., o que era então...</p>	<p>Marta: Eu acho que é igual na cooperativa... é como se ela fizesse parte da família.</p>

Quadro 12 - Categoria de Análise 3

		Continua...			
Categoria de análise	Núcleo da fala	Descrição da fala	Falas ilustrativas Grupo Familiar 2	Falas ilustrativas Grupo Familiar 3	Falas ilustrativas Grupo Familiar 4
A cooperativa como possibilidade de inclusão econômico-social	Possibilidade de inclusão econômica.	A cooperativa como oportunidade de inclusão econômica	Maria: Então, eu acho que, na minha opinião foi bom porque é difícil você entrar, encontrar trabalho hoje em dia então, prá gente que tava iniciando e tal as coisas, prá gente foi bem mais fácil tendo trabalho, a segurança do trabalho.	Miriam: É... a cooperativa... a ECOATIVA eu conheci por causa do meu marido né que ele trabalhava lá e... só que antes disso aí eu trabalhava de empregada doméstica. Aí eu trabalhei por um tempo e aí depois eu sai, tava desempregada e daí eu entrei na ECOATIVA.	Marta: O trabalho nessa cooperativa era muito ruim, a retirada era baixa nem INSS tinha. Lá na COOPERVIDA é diferente, é bem melhor
	Possibilidade de inclusão econômica.	A cooperativa como forma de gerar postos de trabalho	Maria: [...] a economia solidária ela tem toda essa questão também social né? Porque muitas das pessoas que trabalham nisso é... não tem um emprego formal né, a única fonte de renda é o seu trabalho artesanal, ou a sua catação de lixo... de resíduos né? [...] são meios que a sociedade encontra prá se inserir no mercado de trabalho.	Miriam: ah é... um trabalho legal né que a gente tá ajudando o meio ambiente, limpando né, e... gerando emprego né, renda prá nós mesmo catadores e ajuda também a manter a cidade limpa...	Marta: É que por causa da minha idade eles não me “pegam” mais, mas se eu pudesse eu acho que voltaria a trabalhar na roça.
	Possibilidade de inclusão social.	A cooperativa proporcionando a socialização	Maria: eu acho que até como forma de valorizar um pouco mais o nosso trabalho, acho importante a gente conseguir ter acesso a esses lugares [...] vai ser legal, principalmente os meninos eles gosta de jogar futebol né? De se divertir bastante, acho que vai ser bom prá eles né e praquelas pessoas que acha que não é nada no mundo, eu acho que vai é... incentivar bastante né, vai falar “nossa a gente pode ter coisas boas né, não é só coisas ruins que acontece prá gente.” Acho que é... isso.	Miriam: [...] a gente sempre conhecia as pessoas eu trabalhavam lá na COOPERVIDA mas assim a gente nunca se falava, sabe, era distante... passava era um oi, num se cumprimentava, e hoje a gente já vê diferente, que nem, ele mesmo tem os meninos já que não tinha amizade antes e hoje eles têm amizade, joga bola junto, joga baralho, sabe, se reúnem, é, tem mais amizade.	Marta: Conseguem até colocar a gente no SESC. É uma preocupação com os outros. A gente trabalha, e leva a família. Mas eu ainda acho que precisa de mais reunião prá gente fazer mais coisa.

Conclusão.

Categoria de análise		Núcleo da fala	Descrição da fala	Falas ilustrativas Grupo Familiar 2	Falas ilustrativas Grupo Familiar 3	Falas ilustrativas Grupo Familiar 4
A cooperativa como possibilidade de inclusão econômico-social		Melhores rotinas de trabalho.	Atribuição de melhora nas condições de saúde à saída do aterro e entrada na cooperativa.	<p>Maria: [...] e aí melhorou tudo porque quando meus pais trabalhavam no aterro e tal era muita sujeira, muito... A situação não era bem agradável. Corriam vários riscos de saúde, essas coisas assim. Quando eu entrei na COOPERVIDA já... Graças a Deus já era tudo melhor. Já tinha esse perfil é... De ser mais limpo, tudo já vem mais separado né, então foi bem, é... Diferente</p>	<p>Pedro: Eu cheguei também a catar no aterro, mas as últimas vantagens que tinha lá era a possibilidade de trabalhar no horário que eu queria, no tempo que eu queria, do jeito que eu queria, recolher somente materiais de melhor valor, e assim gerar mais renda. Mas para pegar esses bons materiais, eu tinha que passar a noite e a madrugada trabalhando, senão de manhã já não tinha mais nada. As condições de trabalho não eram boas. O cheiro era forte, havia muitos escorpiões, cacos de vidro, agulhas... na COOPERVIDA a gente tem EPIs para trabalhar.</p> <p>(Relato não gravado do catador, por ter sido falado quando o entrevistador já estava indo embora. A informação foi validada no texto transcrito.)</p>	<p>(Este foi um tópico específico dos outros grupos familiares. O Grupo Familiar 4 não teve experiências com aterro sanitário, apenas com outra cooperativa, a qual, de qualquer forma, foi apontada como mais estressante com condições de trabalho muito inadequadas).</p>

Categoria de análise 1: A economia solidária e o cooperativismo para o catador e para a família:

Nessa primeira categoria de análise, foram definidos dois núcleos de concentração dos sentidos das descrições das falas dos entrevistados:

- 1- Compreensão sobre o trabalho cooperativo;
- 2- Percepções sobre a economia solidária;

O primeiro núcleo é composto de duas descrições:

- a) Reconhecimento da cooperativa como um espaço de trabalho que valoriza a aprendizagem;
- b) Reconhecimento da participação de apoiadores no cotidiano na cooperativa.

No conteúdo da primeira descrição, observou-se nas falas das catadoras de referência a menção à possibilidade de aprendizagem no espaço de trabalho cooperativo, o que diz respeito à capacitação profissional que se remete à valorização do trabalhador para o desenvolvimento do empreendimento. Houve também referência ao aspecto da igualdade dentro do empreendimento, que permite que todos tenham as mesmas oportunidades.

Já na segunda descrição, houve menção aos apoiadores como pessoas que auxiliam a cooperativa a se desenvolver, melhorando as condições de trabalho e as relações dentro dela. Os catadores disseram acreditar que o trabalho cooperativo é intrínseco ao campo social, e que a atuação de outros atores junto ao empreendimento leva os cooperados a se sentirem valorizados, fortalecendo a cooperativa.

Esse núcleo trouxe agrupado como características para esta categoria de análise, o conhecimento de que os catadores conseguiram identificar como é organizado o trabalho cooperativo e que, permeado pelos princípios econômico-solidários, ele ocorre em parceria com diversos atores.

O segundo núcleo é também constituído de duas descrições:

- a) Definição de economia solidária; e
- b) Reconhecimento da economia solidária no espaço de trabalho.

A primeira descrição mostrou que os catadores tiveram dificuldades em explicar o que significa economia solidária, mesmo entendendo o seu sentido: o de promover a união e a solidariedade ao invés da competição e do individualismo. A única família que indicou que não sabia o que era economia solidária, foi o Grupo Familiar 4. Porém, sabe-se pelo trabalho de campo realizado que a catadora tinha no cotidiano do empreendimento um comportamento relacionado aos princípios econômico-solidários: o de incentivar a união do grupo. Ela relatou na entrevista que não participou de muitos cursos por não trabalhar no barracão, mas tem-se conhecimento de que ela participou alguns meses antes da entrevista de algumas reuniões com apoiadores do NuMI-EcoSol nas quais foi discutido, além de temas relacionados à saúde, sobre economia solidária. Pensa-se, portanto, que ela não deva ter associado suas práticas a essa terminologia.

De acordo com o segundo conteúdo, foi possível perceber que os catadores reconheceram elementos de economia solidária no empreendimento, mesmo não sabendo explicá-la ou associar esses elementos aos princípios econômico-solidários. Sobre o Grupo Familiar 4, a cooperada conseguiu citar exemplos do cotidiano que não estavam de acordo com o que o empreendimento deveria ser, ou seja, situações que eram contra os princípios econômico-solidários. Ela ainda conseguiu indicar como corrigir os “erros” que ela enxergava. Dessa forma, percebeu-se que a economia solidária permeava as relações no ambiente de trabalho, mesmo que isso não ocorresse de forma total.

Este núcleo permitiu perceber que os catadores reconheciam princípios da economia solidária no empreendimento, mas possuíam dificuldade em defini-la ou associar seus princípios às práticas realizadas.

Categoria de análise 2: Mudanças na dinâmica familiar após a inserção na cooperativa:

Em relação à segunda categoria de análise, denominada “mudanças na dinâmica familiar após a inserção na cooperativa”, foram definidos dois núcleos:

- 1- A economia solidária no ambiente familiar
- 2- Relações cooperativas e solidárias no ambiente familiar

O primeiro núcleo foi representado por três descrições:

- a) Reconhecimento da influência da economia solidária sobre as relações familiares;

- b) Mudança de pensamento e comportamento após conhecer a economia solidária e o cooperativismo; e
- c) Conversa sobre economia solidária em casa.

Na primeira descrição, a família reconheceu que após a inserção da catadora de referência em um empreendimento econômico-solidário, ela mudou, influenciando na vida familiar. Foi indicado nas falas o aparecimento de atitudes mais solidárias no cotidiano por parte das catadoras e dos outros familiares.

A segunda descrição mostrou que as famílias ficaram mais unidas com essas influências pelas mudanças de comportamento provocadas. A catadora do Grupo Familiar 2 até indicou que dificilmente uma pessoa que conhece essa forma de se relacionar, muda depois. Para o Grupo Familiar 3, a catadora ficou mais próxima da família, mais presente e mais comunicativa, e para o Grupo Familiar 4, um marco foi que a catadora parou de beber, o que promoveu uma melhora nas relações por ela ser a “líder” da família.

Já a terceira denominação, apresenta a informação de que, apesar das influências observadas, apenas o Grupo Familiar 2 conversava sobre economia solidária em casa. O Grupo Familiar 3 não conversava sobre isso em casa, e o Grupo Familiar 4 não soube explicar o que é economia solidária.

Este núcleo contribuiu então para mostrar que mesmo sem conversar sobre economia solidária, as vivências cotidianas promoveram mudanças no comportamento dos indivíduos, o que refletiu no relacionamento familiar.

Para o segundo núcleo de análise, também foram elaboradas 3 definições.

- a) Compreensão e tolerância em relação às necessidades um do outro, indicando atitudes cooperativas e solidárias.
- b) Propagação da forma de organização cooperativa para o lar, indicando a partilha das tarefas cotidianas de casa.
- c) Relação da forma de organização da casa com a forma de organização no trabalho.

A primeira definição refere-se ao fato de que as famílias passaram a respeitar mais as limitações de um e de outro. Por exemplo, quando eles definiam as funções de cada um na casa e um dos membros não podia realizar a sua função por compromissos externos, outro se mobilizava para cobrir aquele trabalho, entendendo tanto o trabalho interno quanto o externo como importantes. Assim, enxergaram que ninguém devia ficar sobrecarregado.

A segunda definição mostrou que as relações dentro de casa são horizontais, com todos os serviços partilhados, respeitando ainda as habilidades e possibilidades de cada membro. Percebeu-se a organização cooperativa refletida no ambiente familiar. Todas as decisões eram realizadas em parceria, após discussão para definir as melhores alternativas para todos. Apenas o Grupo Familiar 4 indicou que a catadora de referência possuía um maior poder de deliberar sobre as decisões, pois no desenvolvimento da família, ela já foi a pessoa que sustentava filhos e netos, e precisou ao longo do tempo “botar ordem na casa”. Porém, ela não possuía comportamentos autoritários; era uma liderança que incentivava a ajuda mútua entre seus familiares, assim como fazia na cooperativa.

Já na terceira definição, os cooperados relacionaram essa forma de organização familiar com o que acontecia na cooperativa, assumindo que levavam muita coisa do trabalho para dentro de casa, caracterizando as relações familiares como solidárias.

Esta categoria de análise mostrou então que as famílias reconheciam a presença de elementos da organização do trabalho cooperativo na organização das tarefas domésticas; respeitavam as limitações de cada um; se mobilizavam para auxiliar uns aos outros no sentido de que ninguém se sobrecarregasse; e buscavam decidir tudo em conjunto, incentivando a cooperação entre os membros familiares.

Categoria de análise 3: Cooperativa como possibilidade de inclusão econômico-social:

Esta última categoria de análise foi dividida em 3 núcleos de análise:

- 1- Possibilidade de inclusão econômica;
- 2- Possibilidade de inclusão social;
- 3- Melhores rotinas de trabalho.

O primeiro núcleo é composto por duas descrições:

- a) A cooperativa como possibilidade de inclusão econômica;
- b) A cooperativa como forma de gerar postos de trabalho.

Estas duas descrições são muito próximas, mas foram diferenciadas por algumas peculiaridades na análise.

A primeira descrição se remete a um relato pessoal das catadoras e de suas famílias, sobre sua própria experiência. O Grupo Familiar 2, indicou que a cooperativa foi o primeiro trabalho da catadora de referência e que essa inserção possibilitou uma maior estabilidade financeira e segurança para a família. Para o Grupo Familiar 3, no qual a catadora que anteriormente era empregada doméstica, esta inserção estabilizou a renda da família após ela entrar em situação de desemprego. Já no Grupo Familiar 4, a catadora trabalhou anteriormente em uma cooperativa de catadores no município de Ibaté-SP. A família informou que o trabalho era muito ruim, desde as condições, até a retirada mensal, e que isto estava “tirando o sono” da catadora. Quando surgiu a possibilidade de ir para a COOPERVIDA, ela foi e disse que o trabalho melhorou muito e também possibilitou, no momento, que a família se estabilizasse.

Na segunda descrição, os entrevistados indicaram o que para eles é uma função social que a cooperativa exercia: gerar postos de trabalho, possibilitando que pessoas que estão inseridas em trabalhos informais se unam e consigam melhores condições de trabalho. Nesse sentido, elas abrangeram não somente as cooperativas de catadores, mas também outros empreendimentos econômico-solidários. As famílias citaram nesse sentido também, que a cooperativa permitia que pessoas excluídas do mercado de trabalho, por diversos motivos, pudessem obter renda, pois qualquer pessoa poderia participar de um EES.

O segundo núcleo foi definido apenas por uma descrição:

- A cooperativa proporcionando a socialização.

Esta descrição possui como foco central, a possibilidade dos catadores se inserirem em espaços sociais, através da cooperativa, com maior possibilidade de socialização. Esta socialização foi indicada também através da criação de vínculos de amizade dentro da própria cooperativa, que se estenderam a espaços externos. Uma forma de inserção frisada pelo Grupo Familiar 2, foi a associação ao Serviço Social do Comércio (SESC), de São Carlos-SP, algo citado como nunca imaginado.

O último núcleo também foi constituído de uma descrição somente:

- Atribuição de melhora nas condições de saúde à saída do aterro e entrada na cooperativa.

Este assunto surgiu à parte do roteiro de entrevistas, a partir somente dos Grupos Familiares 2 e 3. A primeira família indicou que os pais da catadora eram catadores do aterro sanitário, e foi possível apontar diversos aspectos nocivos à saúde nesse ambiente, como objetos cortantes, animais venenosos e objetos contaminados. Na segunda família, o marido da catadora de referência já havia sido catador do aterro e informou as mesmas condições. Ambas as famílias concordaram que na cooperativa o catador está exposto a menos riscos, além de ter mais condições de se proteger, possuindo infraestrutura e EPIs.

Assim, essa categoria de análise apontou diversos benefícios que a organização cooperativa proporciona para a população, tanto pela inclusão econômica, quanto pela social.

7.3 DISCUSSÕES

Devido à omissão histórica do estado em relação às necessidades sociais, priorizando os avanços tecnológicos, os civis viram a necessidade de se organizar em busca da garantia de seus direitos frente às situações de desigualdade vivenciadas. Neste sentido a economia solidária apareceu como uma alternativa para a geração de trabalho e renda, bem como para buscar a autonomia do indivíduo, o qual, com o apoio de diversas instituições, tem a possibilidade de compreender o seu contexto, a sua história e de propor novos rumos à organização social na qual está inserido.

A economia solidária encontra espaço junto ao Governo Federal apenas em 2003, com a criação da SENAES, havendo anteriormente aceites pontuais de governos municipais em reconhecê-la como potencial para resolver problemas sociais (SINGER, 2002a). Estes avanços políticos ocorreram a partir da organização da população envolvida, o que possibilitou uma melhor capacidade de negociação junto às diversas esferas do governo.

A relação dos empreendimentos econômico-solidários com a AST permite potencializá-los e viabilizá-los já que a AST possibilita a utilização de tecnologias adequadas ao contexto vivenciado, sendo que de outra forma, essas tecnologias seriam inacessíveis, tanto pelo custo quanto pela complexidade que podem apresentar. O desenvolvimento de AST ocorre historicamente junto a parceiros como sindicatos, igreja católica, incubadoras tecnológicas universitárias e alguns governos municipais (SINGER, 2002a). Porém, de acordo com Zanin e Gutierrez (2013), a produção tecnológica, assim como a criação de políticas públicas, só pode ser efetiva se o cooperado se apropriar de conhecimentos sobre o que envolve o seu empreendimento (princípios, organização, funções, dentre outros). Ou seja, não

adiantaria o EES se equipar de tecnologias sem que hajam políticas adequadas ou que seus cooperados possuam conhecimentos suficientes para utilizá-las.

A observação participante possibilitou a este estudo agregar conhecimentos sobre situações importantes em relação à organização do trabalho na cooperativa, o que não seria possível saber apenas entrevistando os catadores e suas famílias. Com ela, foi possível observar a organização e o funcionamento do empreendimento e dos processos relacionados à aquisição de conhecimentos existentes na cooperativa, assim como os aspectos tecnológicos.

A aproximação do pesquisador com o cotidiano de trabalho dos cooperados permitiu o estabelecimento de vínculo com eles, bem como a aceitação do pesquisador no ambiente de trabalho. Essa participação junto ao empreendimento foi positiva nesse sentido, pois também levou à superação de muitos preconceitos do catador em relação ao pesquisador, sendo que os cooperados se mostraram admirados quando o pesquisador ‘colocou a mão na massa’. Esta posição de “observador como participante” permitiu aproximar pesquisador e população envolvida em uma relação horizontal, que não privilegiasse nenhum conhecimento sobre o outro. Nas entrevistas, a aceitação foi similar, sendo que catadores e familiares manifestaram achar importante que os pesquisadores se aproximassem e considerassem suas opiniões e conhecimentos como necessários para o que será produzido sobre eles mesmos.

O método da história oral por sua vez permitiu a aproximação e a consideração dos saberes dos catadores e de suas famílias no processo de desenvolvimento científico. O material adquirido através das entrevistas constituiu-se como base para a análise das teorias e pôde ser contextualizado ao momento vivenciado pelo cooperativa a partir das análises realizadas paralelamente com os resultados do trabalho de campo. O processo de transcrição foi importante pela possibilidade de que os sujeitos avaliassem a interpretação do pesquisador sobre o que foi manifestado e dessem o sua anuência sobre o conteúdo desenvolvido, para garantir que as análises dos dados e as confrontações com a teoria fossem validados. Ou seja, as técnicas utilizadas junto ao método da história oral permitiram legitimar os dados colhidos e interpretados pelo pesquisador, a partir da compreensão do sujeito entrevistado.

Nas entrevistas, a possibilidade de aquisição de conhecimentos foi citada como sendo importante para o desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional dos catadores. A necessidade e a possibilidade de aprender foram destacadas pelos cooperados como necessárias para o desenvolvimento do empreendimento. Na fala abaixo da catadora Maria, ela indica que pôde aprender diversas coisas no empreendimento e ficou claro também que ela

possuía conhecimentos sobre sua natureza. Isto contribui para a identificação do trabalhador com o seu trabalho.

Agora além dessa parte de você aprender muita coisa né, principalmente a questão da conscientização [...] É um trabalho que eu gosto por causa do sentido que ele tem né porque não é em qualquer lugar que você vai conseguir trabalhar de forma conjunta, de forma igual [...]

Porém, pelo momento vivenciado, observou-se a dificuldade de inclusão de cooperados em espaços de trocas de conhecimento. A prioridade dos catadores no período da pesquisa era a triagem e a venda de material para a geração de renda, já que a cooperativa apresentava dificuldades econômicas. Os conhecimentos adquiridos pelas cooperadas entrevistadas advinham de outros momentos e épocas e se apresentaram como importantes para o enfrentamento dos problemas vivenciados.

Ainda que a relação com o governo municipal estivesse fragilizada, principalmente por ser época de eleição, o que ocasionou a troca de governo e a desestabilização da COOPERVIDA pela descontinuidade das ações previstas na parceria com o poder público municipal, a conscientização de parte dos cooperados mostrou que o empoderamento dos cooperados pelos conhecimentos adquiridos é eficaz a combater esses momentos de crise. Outro indicativo dessa importância sobre a aquisição de conhecimento e identificação do trabalhador com o empreendimento foi o fato de que dentre os cooperados que abandonaram a cooperativa nesse momento de problemas econômicos, a grande maioria era nova no empreendimento e não havia passado ainda por nenhum, ou poucos, momentos de capacitação, desconhecendo as naturezas e princípios do empreendimento, o que não lhes permitia se identificar ou lutar por algo que lhes acabava transmitindo insegurança e estranheza.

É importante destacar quando se trata da apropriação tecnológica e de processos de aquisição de conhecimento, a atuação das incubadoras tecnológicas universitárias junto aos empreendimentos. Isso, pois devido ao histórico de investimentos realizados no ensino superior, principalmente na pós-graduação, que priorizavam a formação de pesquisadores para trabalhar segundo necessidades mercadológicas globais ao invés de tratar de temas locais, as incubadoras aparecem como uma oposição a esse sistema, aproximando-se da população para construir junto o conhecimento necessário (SINGER, 2002a).

Além dessa parceria – entre empreendimentos e incubadoras - ser destacada na literatura, ela também foi enfatizada pelos catadores entrevistados, quando apareceram falas

que apontavam a contribuição dos apoiadores para a organização do empreendimento, como ilustra a fala da catadora Miriam:

É, a gente vê assim lá na cooperativa a gente tem o maior apoio deles [apoiadores do NuMI-EcoSol] porque eles têm ajudado bastante a gente, a unir o grupo, eles vão lá prá poder conversar com a gente prá... pro pessoal todo entender o que é economia solidária, e... aí eles fala que é o empreendimento né, que é prá fortalecer o grupo... é... prá gente se fortalecer... e ajudar assim a expandir né, os empreendimentos [...]

Além de possibilitar a união dos catadores pela identificação como seu trabalho, adquirir conhecimentos também pode levar uma maior autonomia aos sujeitos e cooperativas.

Ao caracterizar o empreendimento de acordo com os princípios econômico-solidários, observou-se que em relação aos aspectos de autonomia levantados por França (2012), pouca coisa mudou na COOPERVIDA.

Em relação à autonomia social, que se remete aos princípios de cooperação e solidariedade e à organização democrática, as relações apresentadas mostram que a solidariedade ainda é relativa entre os cooperados e que este comportamento se apresenta quando há afinidades no modo de realização do trabalho e de pensar sobre ele. Isso indica que não há um padrão para o desenvolvimento das atividades e que o trabalho é realizado de acordo com o contexto diário.

Mesmo com esta relatividade em relação à existência de comportamentos cooperativos e solidários, nas entrevistas este aspecto foi citado como parte importante da organização do trabalho na COOPERVIDA, sendo ainda a forma de organização cooperativa apontada como motivo para mudanças de comportamentos dos cooperados em relação aos seus familiares. Essas alterações se remetem a uma maior tolerância com as diferenças e à aproximação dos catadores com as famílias. Eles também apontaram que levavam muitas experiências do trabalho para casa, e que isso influenciava a organização da dinâmica familiar cotidiana. Foi citada a existência de uma cooperação diária para a realização de atividades domésticas, bem como o respeito aos limites do outro. A fala de Pedro, marido da catadora Miriam, ilustra essa afirmação:

Acaba influenciando sim [a organização do trabalho], porque... tem vez que ela chega assim que eu percebo que ela tá cansada assim, aí eu pego e faço o serviço prá ela, ela o mesmo faz prá mim.

Esta observação indica a necessidade de desenvolver ASTs que permitam organizar a produção, desde a logística do fluxo do trabalho até a parte operacional, que se refere à forma como cada função é executada. Esta afirmação devém da visão de que havendo esta

organização e uma forma de autocontrole das atividades realizadas, para garantir que as metas de trabalho sejam cumpridas, os cooperados poderão otimizar o tempo de trabalho, tendo mais oportunidades de participar de espaços de troca de conhecimento, fortalecendo assim o empreendimento e as relações solidárias que vão além das relações de trabalho, chegando a influenciar a vida familiar.

Sobre o aspecto da solidariedade, observou-se a falta de contato de diversos cooperados com o tema da economia solidária. Singer (2002a) indica a necessidade de que os cooperados se apropriem de conhecimentos sobre sua forma de trabalho e de que conheçam e aceitem os princípios da economia solidária. O não conhecimento sobre o que seja o trabalho econômico-solidário dificulta a identificação do indivíduo com a função exercida, dificultando o desenvolvimento de comportamentos que reflitam os princípios dessa forma de organização, dentre os quais se encontra a solidariedade.

Porém, em relação aos catadores entrevistados, mesmo quando eles não conseguiam definir objetivamente o que era economia solidária, o reconhecimento de seus princípios através da citação de situações cotidianas ficou claro nas entrevistas. A catadora Maria indicou a necessidade de aprender mais ainda sobre economia solidária para aprimorar seus conhecimentos e poder passar mais informações para outras pessoas. Reflete-se então que ampliar a possibilidade de outros cooperados terem acesso a diversos conhecimentos, incluindo os sobre a natureza de sua organização de trabalho, contribui para a organização da cooperativa, com o fortalecimento das relações internas.

Pensando na autonomia econômica (FRANÇA, 2012), a situação do empreendimento também se manteve. Em relação à distribuição de renda, mesmo ocorrendo de forma igualitária, ela foi prejudicada por haver prejuízos em uma das formas de obtenção de renda: o repasse da prefeitura. Esta dificuldade econômica revelou uma fragilidade das relações sociais dentro do empreendimento, pois por ter ocorrido atrasos na retirada, vários cooperados saíram da cooperativa por não compreenderem a situação. A saída destes membros prejudicou mais ainda a obtenção de renda, já que os cooperados que ficaram não estavam conseguindo coletar todo o material e triá-lo, o que diminuiu a quantidade de material vendido. Esta situação mostra a importância da parceria entre empreendimento, apoiadores e governo, os quais podem contribuir para que o desenvolvimento dos empreendimentos ocorra de maneira mais estável (OLIVEIRA, ZANIN, 2011).

Sobre a autonomia política, que pode se relacionar aos princípios da liberdade individual e também da gestão democrática, observou-se que está ocorrendo um movimento que busca a maior participação do empreendimento em espaços políticos. França (2012) havia

constatado que na gestão do empreendimento não havia o diálogo permeando as relações a todo o momento e nem o respeito às diferenças. Esta falta de diálogo total ainda ocorre, bem como a dificuldade de aceitar as diferenças existentes entre os cooperados. Na fala dos catadores que acumularam mais conhecimentos sobre o EES no qual trabalham e sobre os seus princípios, a tolerância com a diferença e a positividade da solidariedade foram apontadas como ganhos pessoais, que beneficiavam o coletivo e que possibilitavam um ambiente de trabalho mais saudável.

A falta de participação efetiva em espaços populares vem mudando com a atitude de alguns cooperados, que buscam se relacionar com os fóruns e inclusive, com o MNCR. Porém isto ainda não é uma perspectiva compartilhada pela maioria dos catadores, apesar de ser um indício de mudança.

Acredita-se que o desenvolvimento integrado dessas três autonomias (social, economia e política) é necessário para atingir a autogestão, já que ela depende para ocorrer, do interesse dos cooperados pelo empreendimento; do conhecimento deles sobre sua forma de trabalho; da qualidade da relação com parceiros e redes; da participação interna dos membros do EES a partir da compreensão sobre o trabalho cooperativo e a economia solidária; e do estabelecimento de políticas adequadas. Estes aspectos foram indicados, pois eles se remetem às formas de autonomia citadas por França (2012), estando também de acordo com as capacidades que devem ser desenvolvidas pelo catador, segundo a CBO. Estes aspectos também contemplam a definição de Mothé (2009) sobre autogestão e a possibilidade que ela leva, de acordo com Laville e Gaiger (2009), de criar novos atores a partir desses novos princípios aprendidos, considerando as influências da organização do trabalho sobre a identidade do indivíduo.

Assim, pensando na potencialidade da economia solidária em contribuir para a constituição de um sentido ao sujeito e levando em conta a possibilidade de criação de um “novo ser social” (VERONESE, ESTEVES, 2009), o qual surge pela forma de organização do empreendimento, que é diferente das relações capitalistas e demanda diversas mudanças no comportamento de seus trabalhadores, é importante considerar que a forma como a cooperativa se organiza atualmente, demonstra que existem diversos conflitos a serem resolvidos, e nesse ponto a universidade pode contribuir com seus conhecimentos, os quais devem ser trocados com essa população de acordo com suas necessidades, em busca de solucionar os problemas e responder às demandas apresentadas (SINGER, 2002a).

Evidencia-se aqui então a importância de que os princípios da economia solidária sejam praticados de fato na cooperativa, bem como incentivados cotidianamente para que esta

se caracterize de acordo com a definição da ACI, que diz respeito da união voluntária das pessoas em prol de suas necessidades comuns, em uma organização democrática.

Os princípios econômico-solidários permeiam as relações dentro do empreendimento, ainda que não totalmente, o que pode ser observado no comportamento, análises e falas de alguns cooperados no cotidiano e também nas entrevistas. Porém, a efetivação desses princípios é prejudicada pela alta rotatividade de cooperados e pela instabilidade observada no período da pesquisa de campo.

Singer (2002a) constatou que a cooperativa pode apresentar graus variados de autogestão, dependendo de como foi formada e do momento vivenciado. Em relação à COOPERVIDA, mesmo que ela tenha sido criada a partir de discussões entre catadores do aterro sanitário, universidade e governo municipal, atualmente a constituição da cooperativa não é absolutamente de ex-catadores de lixo. Ela é constituída atualmente por um percentual significativo de pessoas que antes eram desempregadas ou viviam em condições de trabalho informal e isto caracteriza seu aspecto social de inclusão, apesar de dificultar o processo de identificação dessas pessoas com o trabalho. Esta composição somada ao contexto de crise vivenciado, leva à variação no grau de autogestão indicado por Singer (2002a), sendo que o máximo que se pode observar em relação à COOPERVIDA é a existência de uma gestão participativa já que não é possível existir uma efetiva autogestão sem que todos os membros tenham condições de gerir seu empreendimento.

Singer (2002b) ainda aponta que os indivíduos quando são inseridos em um EES, têm dificuldade em configurar as novas relações de trabalho que passam a vivenciar. Como existe essa realidade de que muitos novos cooperados tem na cooperativa um espaço temporário de trabalho, provocando uma alta rotatividade de trabalhadores no empreendimento, o estabelecimento de comportamentos baseados nos princípios econômico-solidários por vezes nem chegam a se desenvolver. Esta condição dificulta a propagação desses princípios e do estabelecimento de espaços efetivos para trocas de conhecimentos no empreendimento.

Uma questão apontada pelos catadores também durante a pesquisa de campo e que se repetiu nas entrevistas, foi o desejo de que os apoiadores os consultem antes de decidirem pela aquisição de novos produtos e tecnologias, para saber se eles são adequados às necessidades dos cooperados. Esta solicitação converge com os princípios CTS, e merece a atenção dos pesquisadores (BAZZO, LINSINGEN, PEREIRA, 2000). Este assunto surgiu quando os catadores estavam avaliando a utilidade de carrinhos elétricos que receberam do governo municipal, e que segundo eles, não eram adequados às necessidades da coleta seletiva, principalmente pela infraestrutura da cidade. Segundo os catadores, os carrinhos

eram grandes demais para as características da maior parte das vias públicas, e acabaram não auxiliando na coleta.

Através do contato com apoiadores e outros atores do movimento da economia solidária, é possível, a partir das demandas, criar e adequar procedimentos que atendam às necessidades do empreendimento. Isto deve inclusive considerar meios de auxiliar o estabelecimento de relações interpessoais mais saudáveis, buscando a organização das atividades, dentre outros aspectos e objetivando uma forma do empreendimento se estabilizar da melhor maneira possível (ZANIN *et al.* 2011). Estas ações construídas juntamente com o grupo se referem à atuação social da universidade. Os próprios catadores apontaram que os apoiadores ajudam a cooperativa a ficar mais unida e os fazem sentir valorizados.

Este investimento nos cooperados e na relação com apoiadores para criar mecanismos que fortaleçam os princípios da economia solidária e o cooperativismo são importantes apontamentos em busca da autogestão do empreendimento. Evidenciando que este passa por momentos de crise econômica, talvez se os membros do grupo estivessem mais identificados com a cooperativa e com seus princípios, bem como dispostos a isso, ela estaria mais forte frente às dificuldades a serem enfrentadas.

Nas entrevistas, foi apresentada outra evidência em relação à teoria de Laville e Gaiger (2009) de que a economia solidária é potencial a criar ‘um novo ser social’. O contato dos catadores e das famílias com seus princípios, despertou novas atitudes, mais solidárias e de união, que influenciaram o relacionamento desse grupo.

Apenas o Grupo Familiar 4 afirmou não saber o que é economia solidária, porém seu discurso, bem com o da catadora Marta, remeteu-se aos seus princípios. Esta família é a mais conflituosa em relação às considerações sobre o trabalho na cooperativa, pois a catadora caracteriza o trabalho lá como inseguro economicamente, citando como exemplo a crise que a cooperativa estava passando. Ainda assim ela o considera como uma das únicas formas de ela gerar renda, devido à sua idade, que dificulta conseguir outros trabalhos.

Porém, a catadora Marta, no trabalho de campo, foi uma das que mais defendeu a necessidade dos catadores se unirem para enfrentar a crise, afirmando que nunca abandonaria a cooperativa por acreditar nela. Ela também apontou que a falta de solidariedade e tolerância de alguns catadores para os outros, bem como a entrada e saída constante de trabalhadores do empreendimento prejudicavam o funcionamento da cooperativa. Este sentimento de união demonstrado em campo e manifestado no comportamento dos membros familiares em seu cotidiano, conflita um pouco com suas declarações nas entrevistas, o que pode ser explicado pelo fato de que mesmo vivenciando o cotidiano do EES, bem como suas relações de

trabalho, ela participou de poucas reuniões que possibilitaram trocas de conhecimento. Assim, mesmo demonstrando algumas inseguranças, conflitos e dificuldade de elaborar suas percepções, ela consegue identificar o que seria positivo e/ou negativo para o empreendimento de acordo com sua forma de organização.

O discurso de Marta sobre a insegurança econômica, aparentemente se deve ao momento vivenciado. Esta reflexão devém também da catadora apontar que quando ela aderiu à cooperativa, o empreendimento era muito melhor, o que constata a possibilidade de uma fragilidade momentânea.

Os outros grupos familiares, mesmo com dificuldade de explicar o que é economia solidária, a conheciam e a defendiam, citando exemplos de como seus princípios influenciam no dia-a-dia do trabalho e da família. Isso indica como a apropriação dos catadores de conhecimentos relativos ao empreendimento potencializa sua capacidade de promover mudanças. Considerando a dinâmica familiar como uma troca de influências entre os membros, (AGOSTINHO; SANCHEZ, 2002) e que ela só é compreensível se forem consideradas as alterações sociais, que podem atingir áreas econômicas, científicas, tecnológicas, relacionais, dentre outras (FERNANDES, 1994), infere-se que estas mudanças se estendem ao campo familiar.

Além da teoria assim indicar, as falas dos catadores e familiares também o fazem. Eles por diversas vezes indicaram que realizavam o trabalho em casa juntos, como faziam na cooperativa; que eles dividiam as funções para não sobrecarregar o outro; disseram também que não tomavam decisões sem consultar uns aos outros; e ainda que estavam mais próximos e sociáveis depois que o catador passou a participar da cooperativa. Ou seja, assim como o trabalho interfere no indivíduo e em sua dinâmica familiar, os princípios que permeiam a organização desse trabalho também caracterizam essa interferência.

Nas entrevistas, foi possível observar três características principais permeando as falas dos catadores e dos familiares: que os princípios econômico-solidários, mesmo não sendo compreendidos teoricamente, quando vivenciados no espaço de trabalho, são potenciais para mudar o comportamento do indivíduo; que a organização do trabalho cooperativista influencia positivamente na dinâmica familiar; e que a organização cooperativa é considerada pelos catadores como uma possibilidade de inclusão econômico-social de pessoas excluídas pela sociedade.

A partir destes dados percebe-se que a aquisição de conhecimento significativo pode mudar a vida das pessoas, pois ela pode desenvolver uma maior autonomia, que se transfere para outros aspectos de sua vida, incluindo o âmbito das relações. Assim, a busca pela

autogestão efetiva nos empreendimentos pode resultar em uma maior autonomia das famílias, que passam cada vez mais a incorporar os princípios econômico-solidários nas suas relações cotidianas e outros conhecimentos necessários para que estes princípios sejam praticados.

A cooperativa também foi apontada as entrevistas como um espaço que propicia a socialização dos cooperados, tanto pelas amizades feitas internamente, que se transferem para a vida pessoal, quanto pela inclusão social em espaços de convivência como o SESC, o que é visto como uma conquista. Os familiares, em relação à possibilidade de associação ao SESC, ainda disseram sentir que a cooperativa se preocupa em prover melhores condições também para as famílias, direcionando oportunidades a elas e demonstrando preocupação com os catadores cooperados. Assim, esta atual mudança pode influenciar benéficamente as relações internas do empreendimento por indicar um sentimento de pertencimento e aceitação.

Comparando estes resultados com os da pesquisa de Lima (2013), observa-se que as respostas das famílias condizem com a maioria das respostas dos catadores da cooperativa que participaram da pesquisa da autora.

De acordo com Lima (2013) e França (2012), a inserção no empreendimento melhorou o convívio social, o acesso aos serviços públicos e o conhecimento sobre eles. Mesmo que os princípios econômico-solidários não estejam explícitos no cotidiano, subjetivamente eles interferem nas relações com os familiares, os quais em sua maioria apoiam do trabalho dos catadores (LIMA, 2013).

Considerando os resultados das entrevistas contextualizados com os dados obtidos no trabalho de campo, observa-se que a relação entre empreendimento e universidade é um campo fértil de possibilidades para o desenvolvimento de processos, métodos e técnicas que contribuam com as necessidades da cooperativa (NOVAES; DIAS, 2009).

Enfatizam-se então alguns pontos importantes referentes ao campo de pesquisa CTS, que foram reforçados com os resultados dessa pesquisa:

- a) Foi citado um exemplo no qual uma tecnologia (carrinhos elétricos) foi imposta aos catadores da COOPERVIDA, sem que o seu conhecimento fosse considerado para elaborar a decisão de adquiri-la. Esta tecnologia tornou-se obsoleta e recursos foram desperdiçados, ocasionando a permanência de um problema, que se refere à otimização da coleta seletiva e à busca de melhores condições de trabalho para os catadores. Isto ilustra a importância de alinhar as decisões político-econômicas com as demandas sociais;

- b) Foi percebido que não só os cooperados, mas também suas famílias se apropriaram de tecnologias existentes no empreendimento, incluindo sua forma de organização, bem como se apropriaram de conhecimentos desenvolvidos no espaço da cooperativa, referentes inclusive à sua natureza e princípios.

Desse modo, reforça-se a defesa de que a produção científica e tecnológica atinge âmbitos mais amplos do que simplesmente o espaço no qual se dispõe a intervir, contemplando o que é defendido a partir dos princípios do campo CTS: o de que a produção científica e tecnológica não é autônoma e que ela carrega valores sociais, o que a responsabiliza pelas consequências que possa causar à sociedade. Indica-se então a responsabilidade social que a produção científica e tecnológica carrega e que conseqüentemente também cabe aos pesquisadores em relação aos objetos e resultados de suas pesquisas.

Pode-se dizer que além do método utilizado buscar contemplar as indicações que os princípios CTS demandam de seus pesquisadores, revelou-se outros aspectos importantes relacionam o objeto dessa pesquisa ao campo CTS: o de que as famílias de apropriam de conhecimentos e tecnologias produzidas no espaço de trabalho e que a não efetivação de políticas de Estado desestabilizam os empreendimentos que ficam dependentes das políticas de governo, instáveis e transitórias.

Conforme Souza (2007), os saberes do senso comum devem ser considerados na elaboração de políticas públicas, e os resultados aqui apresentados demonstram que os pensamentos dos trabalhadores catadores da economia solidária e de seus familiares condizem com o que se encontra na literatura, no que se refere ao reflexo dos princípios da economia solidária no comportamento do indivíduo. Este reflexo ocorre pela influência que as instituições nas quais o sujeito está inserido possuem na constituição de sua identidade. Os resultados demonstram também que a economia solidária possui influências significativas na vida do indivíduo e de sua família, possibilitando a aquisição de autonomia e conhecimentos também pelas pessoas próximas aos catadores e que a possibilidade de uma continuidade estável no desenvolvimento desses empreendimentos, seria capaz de permitir o empoderamento desses sujeitos. Esta informação seria então mais uma contribuição em busca da elaboração de políticas de Estado de economia solidária e de direcionamento da atuação dos pesquisadores da área.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As confrontações dos resultados do trabalho de campo e das entrevistas com a teoria apresentada permitiram a confirmação da hipótese de que a economia solidária influencia de forma positiva na dinâmica familiar dos catadores inseridos em cooperativas pela constatação de que houve alterações na organização familiar após a inserção do catador em um EES. Diversas reflexões puderam ser realizadas a partir disso, considerando a importância da apropriação de conhecimentos por parte dos cooperados e de seus familiares associada à elaboração de TS através da AST e da criação de políticas de Estado de economia solidária para garantir a estabilidade dos empreendimentos. Verificou-se que a apropriação de conhecimentos e de tecnologias foi além do ambiente de trabalho, tendo sido incorporados também pelos familiares dos catadores, ilustrando a responsabilidade da produção científica e tecnológica com seu objeto.

A partir dos resultados obtidos no trabalho de campo, que respondem ao objetivo de sistematizar as relações de trabalho no empreendimento e ao identificar os aspectos tecnológicos e de apropriação do conhecimento existentes no empreendimento, que influenciem sua forma de organização, é possível indicar que a COOPERVIDA necessita de algumas adaptações que podem ocorrer através de apoio de diversos parceiros. Dentre eles pode-se incluir a universidade, o poder público e o MNCR, os quais colaboram para que as relações internas de trabalho sejam organizadas, fortalecidas e se tornem estáveis, segundo os princípios da economia solidária.

Como se pode perceber, ao se associar os resultados das entrevistas com a situação de campo, a aquisição de conhecimentos pelos cooperados possibilitou mudanças nas suas vidas e na de suas famílias, permitindo a elas ter maior autonomia e comportamentos mais cooperativos e solidários. Dentre os conhecimentos apreendidos na cooperativa, podem-se citar os princípios econômico-solidários e conteúdos para o desenvolvimento dos trabalhos que resultam no aprimoramento e no ganho de habilidades pessoais.

Esses primeiros resultados mostram como as tecnologias influenciam no cotidiano das famílias, tanto considerando o empreendimento como uma tecnologia social em si, quanto tendo em conta a existência de outros processos tecnológicos, que envolvem inclusive a própria organização do empreendimento.

Essas características, considerando os ganhos pessoais da população envolvida e os coletivos e pensando no grupo familiar, ilustram como a ciência - representada pelos conhecimentos dos apoiadores/universidade - e a troca desses conhecimentos com os dos

cooperados podem levá-los a participar dessa produção científica e da produção tecnológica – que envolvem os produtos e métodos resultantes dessas interações. Desse modo, observa-se os princípios do campo CTS permeando a produção científica e tecnológica no campo da economia solidária pela busca de ganhos sociais a partir das demandas das populações envolvidas.

Quando se reflete sobre os resultados das entrevistas, percebe-se o quão forte é a influência do empreendimento e de suas tecnologias na vida familiar, e o quanto essa influência pode ser mais intensa e benéfica, como mostra a fala das famílias, caso o empreendimento se torne mais sustentável e estável. As trocas de conhecimento internas podem ser facilitadas pela interação com os apoiadores, porém o aspecto econômico necessita, além de uma organização adequada dos cooperados, do apoio dos governos.

Como não existem políticas de Estado efetivas sobre economia solidária, os governos municipais não se enxergam com a responsabilidade de cofinanciar esses projetos cooperativos, ficando os EES dependentes de políticas. Essas parcerias e apoios financeiros dependem da estrutura e ideologia de cada governo, o que pode desestabilizar os empreendimentos em caso de mudanças. Assim, mesmo que possuam uma organização interna fortalecida, as cooperativas passam por dificuldades financeiras que prejudicam a execução de seus serviços.

Então, além da importância da aquisição de conhecimento, ficou claro nos resultados dessa pesquisa a importância das políticas públicas. Os resultados da falta destas podem ser ilustrados na situação da COOPERVIDA no período de execução dessa pesquisa, quando a instabilidade de repasses por parte do governo municipal e a mudança deste após as eleições, resultaram em dificuldades de organização interna pela necessidade de reorganizar a rotina de trabalho em busca da geração de renda e pela saída de diversos cooperados, dentre os quais a maioria era nova no empreendimento, pelo não entendimento da situação.

Os cooperados que possuíam mais conhecimento não abandonaram a cooperativa por acreditar em seu potencial e benefícios sociais, mas os que não tinham adquirido conhecimento suficiente saíram do empreendimento no primeiro momento de crise enfrentado.

Fortalecer as estratégias de aquisição de conhecimento, o que deve ser uma ação contínua, tendo em vista a rotatividade de membros e a importância de reciclar também o que se sabe em busca de aperfeiçoamentos, significa fortalecer o empreendimento, pela possibilidade dos cooperados possuírem meios de organizar todo o processo de produção da cooperativa, desde a logística até a operacionalização do trabalho. Significa também a

diminuição dos conflitos internos, já que foi indicado nos resultados o desenvolvimento de comportamentos mais solidários e cooperativos por parte dos entrevistados que passaram por momentos de capacitação. A diminuição desses conflitos leva a uma maior união do grupo, o que possibilita que ele lute de forma mais concisa pelos seus direitos e por políticas públicas adequadas, bem como que a cooperativa se mantenha mais forte em momentos de dificuldades.

As críticas maiores dos catadores tanto no trabalho de campo quando nas entrevistas, foram sobre a rotatividade excessiva de cooperados, as dificuldades econômicas advindas de relações não totalmente estabelecidas e delimitadas com o governo municipal e à falta de organização e avaliação da operacionalidade das funções de cada catador dentro da cooperativa. Os cooperados mais novos manifestavam descontentamento com a forma de pagamento e organização da cooperativa, afirmando não compreender porque elas aconteciam daquela determinada forma.

Sobre o objetivo de caracterizar a dinâmica familiar dos catadores no processo de contato com a economia solidária, respondido principalmente pela análise das entrevistas, percebeu-se que a inserção do catador no empreendimento resultou em alterações na dinâmica familiar atribuídas pelos catadores e familiares à forma de organização cooperativa do trabalho, mesmo quando diziam não saber o que é a economia solidária. Porém, observou-se que nas famílias que conhecem o conceito, o comportamento solidário e a igualdade entre os membros são mais intensos. Isso ocorreu pelo empoderamento das famílias através da incorporação dos conhecimentos e das tecnologias desenvolvidas no empreendimento. As famílias atribuíram à inserção do catador na cooperativa as mudanças internas das famílias, inclusive da rotina e da execução das funções de cada um na casa.

Os relatos sobre a vida antes da inserção dos catadores no empreendimento se remetem a uma menor proximidade e união entre os membros familiares e inclusive à utilização abusiva de bebida alcoólica por alguns membros. Atualmente, as famílias possuem melhores perspectivas de vida, o que relacionam com a inclusão econômico-social, à valorização do indivíduo e às relações mais solidárias propiciadas pela cooperativa. Elas afirmaram que esta forma de organização influenciou a família e este é mais um indício de que a efetivação de políticas públicas de Estado, garantindo uma maior estabilidade dos empreendimentos, seria benéfica à população envolvida, bem como contemplaria o que vem sendo estudado e comprovado na literatura em relação aos benefícios que as relações solidárias possibilitam às populações que a incorporam.

Se a economia solidária pode contribuir com ganhos sociais, econômicos e familiares, o seu fortalecimento então influenciaria diversas outras esferas com as quais o governo municipal deve se preocupar e para as quais possui projetos e programas elaborados. Assim, as ações em economia solidária deveriam incluir cada vez mais as famílias dos cooperados, assim como está definido na CBO que uma das funções dos catadores é envolver seus familiares nas suas atividades. Isso poderia ser mais uma contribuição para o fortalecimento da economia solidária e das políticas públicas relacionadas a ela pelo fato de que a organização cooperativa se mostrou com potencialidades de influenciar positivamente a dinâmica familiar dos catadores, refletindo assim na qualidade de vida da família.

Porém, estas ações estão diretamente relacionadas à necessidade da regulamentação de políticas públicas de Estado de economia solidária, para que os empreendimentos possam ter uma maior segurança e estabilidade em relação principalmente à questão econômica. Estas políticas são potenciais para contribuir transversalmente para a geração de emprego e renda e com projetos de fortalecimento familiar, inclusão social, erradicação da pobreza, dentre outros.

Estas sugestões contribuem com o último objetivo proposto, elaborar parâmetros para estimular a construção de políticas públicas voltadas à população envolvida na pesquisa.

Como a dinâmica familiar passou a ocorrer de forma mais harmoniosa, com a divisão dos trabalhos domésticos entre os membros da família, pela maior tolerância em situações de dificuldade e pela abertura do diálogo, e essas mudanças puderam ser relacionadas à forma de organização cooperativa, havendo falas que indicaram isso diretamente, considera-se que o objetivo geral “Investigar as influências das relações de trabalho econômico-solidárias na dinâmica familiar dos catadores” foi respondido e a hipótese de que haveria uma influência, foi confirmada.

O método e as técnicas utilizados, sendo compatíveis com os objetivos propostos nesse trabalho e eficazes em possibilitar os atingir, permitiram também aproximar a população da produção científica, contribuindo assim como uma ferramenta para o desenvolvimento de pesquisas no campo CTS. Essa efetividade do método e das técnicas se deve ao fato de que através deles foi possível conhecer tanto o cotidiano de trabalho e as relações estabelecidas nesse ambiente quanto o espaço das famílias e suas impressões sobre o trabalho econômico-solidário e seus princípios. Para isso, a todo o momento a opinião dos entrevistados foi considerada, bem como eles foram envolvidos na validação dos dados, não sendo desenvolvida uma pesquisa meramente a partir da visão do pesquisador/observador e da teoria. Enquanto um compromisso firmado, os resultados obtidos também serão discutidos

com os sujeitos, a fim de contribuir com o processo de aquisição de conhecimento dos cooperados e de suas famílias.

Atualmente, tem-se conhecimento de que a articulação política entre cooperativa e governo municipal avançou, visto que a COOPERVIDA conseguiu a prorrogação de seu convênio e continua prestando seus serviços ao município em parceria com o governo municipal. Houve também eleições no empreendimento, acarretando em mudanças na composição dos conselhos e propiciando alterações na organização interna.

Os resultados obtidos são válidos no contexto local em que está inserida a cooperativa, considerando-se a possibilidade de haver alterações nos resultados se a pesquisa for replicada em empreendimentos de outras localidades. Porém, ela serve de parâmetro de orientação para investigações de natureza semelhante.

Como a dinâmica familiar pode refletir em diversos aspectos, incluindo a qualidade de vida e a saúde mental dos membros das famílias e dos grupos familiares, e os resultados das entrevistas analisados a partir do contexto encontrado no trabalho de campo mostraram indícios positivos sobre a incorporação de princípios econômico-solidários pela família, indica-se que este campo de pesquisa ainda possui lacunas e variadas possibilidades de ser explorado.

REFERÊNCIAS

- ACI. **What's a co-op?** Disponível em: <<http://ica.coop/fr/node/36>>. Acesso em: 17 nov. 2013.
- AGOSTINHO, M. L.; SANCHEZ, T. M. **Família: conflitos, reflexões e intervenções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- AMORIM, B. M. F.; ARAÚJO, H. E. **Economia solidária no Brasil: Novas Formas de Relação de Trabalho?** IPEA, Mercado de Trabalho, 2004. Nota Técnica.
- ANGELO, M. O contexto familiar. In: DUARTE, Y.A.O., DIOGO M. J. E. (Orgs.) **Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico**. São Paulo: Atheneu; 2000. p. 27-31.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** - Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: Cortez, 2007.
- ARAÚJO, H. E.; SILVA, F. A. B. **Economia solidária: Um Novo Paradigma de Política Pública?** IPEA, Mercado de Trabalho, 2005. Nota Técnica.
- ARAÚJO, J. C. C. **A dinâmica familiar como fator promotor de dificuldades de aprendizagem: uma afirmação possível?** Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, 2007.
- BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.
- BASTOS, J. A. S. L. A. O diálogo da educação com a tecnologia. **Tecnologia & Interação**, Curitiba, 1998.
- BAUMGARTEN, M. **O Brasil na Era do Conhecimento: Políticas de ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentado**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- BAZZO, W. A; LINSINGENN, I. von; PEREIRA, L. T. do V. O que são e para que servem os estudos CTS. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, 2000, Ouro Preto. **Anais eletrônicos...** Ouro Preto: UFOP, 2000. Disponível em: <<http://www.nepet.ufsc.br/Artigos/Art-Cbg2000/Cbg2000-OQueSaoEParaQueServemOsEstudosCts.pdf>> . Acesso em: 13 set. 2011.
- _____. Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). **Cadernos de Ibero-América**, Madri: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003.
- _____. **Educação e tecnologia: enfoques para o ensino de engenharia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade e o contexto da educação tecnológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas de Economia Solidária no Brasil**. Brasília, DF, Brasil, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Disponível em <www.mteco.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2012.

_____. Ministério do meio ambiente: Departamento de Ambiente Urbano. **A Problemática “Resíduos Sólidos”**, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/contextos-e-principais-aspectos>>. Acesso em: 06 fev. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **As origens recentes da economia solidária**, 2012. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp>. Acesso em: 20 jan. 2013.

CAMPOS, E. P. Suporte Social e Família. In: MELLO FILHO, J (Org.) **Doença e família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: Espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência**. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTRO, A. Coleta seletiva funciona com precariedade em São Carlos. **K3**, 16 jan 2013. Disponível em: <www.portalk3.com.br/Artigo/cidade/coletiva-seletiva-funciona-com-precariedade-em-sao-carlos>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CERVENY, C. M. O. **A família como modelo: Desconstruindo a patologia**. Campinas, SP: Livro Pleno, 2000.

CLIQUET, E.; SIMÕES, M.; SHIROMA, P.; ARAÚJO, A.; GRANDO, F. **A educação ambiental no sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos no município de São Carlos – Programa Futuro Limpo**, 2005. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

CORDEIRO, L. F. Cooperados abandonam Coopervida em São Carlos. **Jornal 1ª Primeira Página**. São Carlos, 10 jan. 2013. Disponível em: <www.jornalpp.com.br/cidades/item/25912-cooperados-abandonam-coopervida-em-sao-carlos>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CORREIA, M. V. C. **Que controle social: os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

_____. Controle social. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs.) **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CRAVO, V. L. Z.; KRAEMER, M. C. Catar Papel: trabalho necessário? Curitiba: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, vol. XL, 1983.

CRUZ, A. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de doutorado em Economia, Unicamp, Campinas, SP, 2006.

CRUZ-SOUZA, F. *et al.* Las incubadoras universitarias de economia solidaria em Brasil: um estudio de casos. In: Congresso da Rede Universitária Eurolatina Americana em Estudos Cooperativos e de Economia Solidária, 2012, Granada, Espanha. **Anais...** Granada, Espanha, 2012. p. 196-220.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

_____. A construção do Espaço Ibero-americano do Conhecimento, os estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade e a política científica e tecnológica. **Rev. iberoam. cienc. tecnol. soc.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 4, n. 12, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132009000100010&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2012.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia Social**: Ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Komedi, p. 71-111, 2010.

DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 13, n. 4, dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.

DAL RI, N. M. Organizações de trabalho associado e gestão democrática: uma nova tecnologia social? In: VILARTA, R. *et al* (Orgs.). **Qualidade de vida e novas tecnologias**. Campinas: IPES Editorial, v. 1, 2007. Disponível em: <http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/tecnologia/tecnologia_cap7.pdf>. Acesso em 27/11/2013.

DIAS, R. de B. **A política científica e tecnológica latino-americana**: relações entre enfoques teóricos e projetos políticas. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2005.

DICKSON, D. **Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico**. Madrid: Blume Ediciones, 1980.

_____. **The new politics of science**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução. Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto editora, 1997.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **O Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES)**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 12 jan. 2013.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da tecnologia? In: NEDER, R. T. (Org.) Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. **Coletânea de Filosofia da Tecnologia**, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, T. Família e Saúde Mental, **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 8, n. 1, 1992.

FERNANDES, A. T. Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos, **Anánses**, vol. 29, 1994. p. 1149-1191.

FERREIRA, E. **Dinâmicas de apropriação do conhecimento por famílias de catadores de material reciclável**: políticas públicas, projetos e tecnologias sociais. Dissertação de Mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FRANÇA, L. M. **Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos**: aspectos promotores de autonomia. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

FRANCESCHINI, G. **Autogestão e tecnologia em uma cooperativa de catadores/as de resíduos**: uma análise intersubjetiva sob a ótica do campo ciência, tecnologia e sociedade. Dissertação de mestrado, São Carlos, UFSCar, 2011

FRANCO, T. B.; MAGALHÃES, J.R. Atenção Secundária e a Organização das Linhas de Cuidado. In: MERHY *et al.* **O Trabalho em Saúde**: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hicitec, 2003.

FREITAS, M. V. O.; NEVES, M. A. Cidade e trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In: CRIVELLARI, H. M. T.; KEMP, V. H. (Orgs). **Catadores da cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008. p. 83-108.

GAIGER, L. I. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (Org.), **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 371-402.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GONCALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0910spe.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.

GOLD, R. Roles in Sociological Field observation. **Social Forces**, vol. 36, n. 3, 1958. p. 217-223.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRIMBERG, E. (Org.). **Coleta Seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo. Experiências e desafios**. São Paulo: Instituto Polis, 2007.

GUIMARÃES, R. Livro Verde e as novas instituições, **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 465, 2001.

GUTIERREZ, R. F; ZANIN, M. A relação entre tecnologias sociais e economia solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, 2013. p. 129-148.

HIRIART, M. M. M. **Cooperativismo: Primeiros Passos**. SEBRAE/SP – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, 1990.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil coleta 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos/dia**, 2012.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Caderno de debate: Tecnologia Social no Brasil. Direito à Cidadania e Ciência para a Cidadania**. São Paulo, SP: ITS, 2004. Disponível em: <<http://itsbrasil.org.br/publicacoes/caderno/caderno-de-debate-tecnologia-social-no-brasil>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

_____. **Para entender a tecnologia social: uma viagem pelo Brasil**. São Paulo: ITS, 2009.

JIMÉNEZ-OTTALENGO, R; LLERGO, A. T. L. Educación, autonomía y ordem em la sociedad mexicana. In: SANTOS, M. J. **Perspectivas y desafíos de la educación, la ciencia y la tecnología**. México, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

LANG, A. B. S. G. História oral: procedimentos e possibilidades. In: LANG, A. B. S. G. (Org.). **Desafios da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: CERU, n. 8, 2001.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir dentistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução: Ivone C. Benedetti. Revisão de Tradução: Jesus de Pauta Assis, São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LIMA, B. C. **Buscando compreender a relação entre trabalho cooperado, família, saúde, saúde mental e qualidade de vida em um empreendimento econômico solidário de catadores de resíduos**. Relatório PIBITI – CNPq/UFSCar – Seleção 2012-2013, 2013.

LINSINGEN, I. von. O enfoque CTS e a educação tecnológica: origens, razões e convergências curriculares, **XI Congresso Chileno de Ingeniería Mecânica (COCIM)**. Antofagasta, v. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.nepet.ufsc.br/Artigos/Texto/CTS%20e%20EducTec.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2012.

LOGAREZZI, A. Educação Ambiental em resíduo: uma proposta de terminologia. In: CINQUETTI, H., C., S. LOGAREZZI, A. (Org.). **Consumo e Resíduo - Fundamentos para o trabalho educativo**. São Carlos: EdUFSCar, 2006. Disponível em: <http://www.ufscar.br/consusol/arquivos/uma_proposta_de_terminologia.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

LOPEZ-CEREZO, J. Ciencia, tecnología y sociedad: el estado de la cuestión en Europa y Estados Unidos. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 18, 1998.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MARQUES, K. Coleta Seletiva está com serviço comprometido em São Carlos. **Jornal 1ª Primeira Página**. São Carlos, 16 mai. 2013. Disponível em: <www.jornalpp.com.br/cidades/item/33504-coleta-seletiva-está-com-serviço-comprometido-em-são-carlos>. Acesso em: 13 jun. 2013

MARTINS, F.; SORBILLE, R. O processo de unificação das cooperativas de catadores de resíduos recicláveis de São Carlos e de reformulação do modelo de contrato pactuado entre a cooperativa e a prefeitura municipal de São Carlos, SP. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. (Org.) **Cooperativas de Catadores: Reflexões e Práticas**. São Carlos: Editora Claraluz, 2011

MEIHY, J. C. S. B. **Canto de morte kaiowá: história oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. **Práxis em salud um desafio para lo público**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Saúde: A Cartografia do Trabalho Vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. Um dos Grandes Desafios para os Gestores do SUS: apostar em novos modos de fabricar os modelos de atenção. In: MERHY *et al.* **O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. Por uma composição técnica do trabalho em saúde centrada no campo relacional e nas tecnologias leves: apontando mudanças para os modelos tecno-assistenciais, **Saúde Debate**, vol. 27, n. 65, 2003.

MEZZACAPPA, G. G.; ZANIN, M. Uma revisão histórico-conceitual sobre a tecnologia social. In: HOFFMANN, W. A. M.; MIOTELO, V.; PEDRO, W. J. A. (Orgs.) **Tecendo a interdisciplinaridade no campo CTS**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007. 406p.

MINUCHIN S.; FISHMAN H. C. **Técnicas de terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Cartilha de formação,** 2005. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf/view>. Acesso em: 02 out. 2011.

_____. **História do MNCR.** 2012a. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/sua-historia>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. **Organograma.** 2012b. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/estruturas-regionais>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. **O que é o MNCR.** 2013. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 04 jan. 2014.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

NEGREIROS, T. C. de G. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** UERJ, RJ, ano 4, n. 1, 2004.

NOVAES, Henrique; DIAS, Rafael. Contribuições ao marco-analítico conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. P.. **Tecnologias sociais:** ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Unicamp, 2009.

OLIVEIRA, M. C. S. B.; ZANIN, M. Economia solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade,** vol. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiradects.ufscar.br/index.php/cts/article/viewFile/121/69>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

OLIVEIRA, P. W. S. Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho, **Revista LABOR,** v.1, n. 6. 2011.

PEREIRA, A. C. L.; CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. Círculo de Cultura: um Espaço de Educação na Cooperativa. In: CORTEGOSO, A.L; LUCAS, M. G. (Org.). **Psicologia e Economia Solidária:** Interfaces e Perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PINHEL, J. R., ZANIN, M. MÔNACO, G. del. Catador de Resíduos Recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (Org.). **Cooperativas de catadores:** reflexões sobre práticas. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 52-101. Disponível em: <www.editoraclarluz.com.br/upload/produto/5c7a073d32f7f3533a0d886b374b3873.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.

POCHMANN, M. Políticas de combate à pobreza no Brasil: necessidades e dificuldades nos anos 90. **Rev. Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, n. 4.1994. p 173-184. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/623/868>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

POLIS. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Coleta Seletiva de Lixo: Reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: Publicação Polis, n. 31, 1998.

PÜSCHELL, V. A. R.; IDE, C. A. C.; CHAVES, E. C. Modelos clínicos e psicossocial de atenção ao indivíduo e à família na assistência domiciliar - bases conceituais, **Rev Esc Enferm USP**, vol. 1, n. 40, 2006.

QUEIROZ, D. T. *et al.* Observação participante na Pesquisa qualitativa: conceitos e Aplicações na área da saúde. **R. Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, 2007.

RIGOTTO, R. M. As técnicas de relatos orais e o estudo das representações sociais em saúde. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, 1998.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n.6, 2007.

RTS. Rede de Tecnologia Social. **Descrição da tecnologia social: incubação e apoio a empreendimentos solidários**, 2005. Disponível em: <http://www.rts.org.br/bibliotecarts/relatorios-1/ts_descricao_incubacao_apoio_empreendimentos_solidarios.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2012.

SANT'ANNA, V. M. **Ciência e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1978.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal de São Carlos. **A economia solidária e o programa de fomento à economia solidária**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

SCHIOCHET, W. Políticas Públicas. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2011.

SEIXAS, M. R. D'A. **Sociodrama familiar sistêmico**. São Paulo: Aleph, 1992.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIES. Sistema nacional de informações em economia solidária. **Boletim informativo**. Edição especial, SENAES/MTE, 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

SILVA, D. C.; ALVIM, N. A. T.; FIGUEIREDO, P. A. Tecnologias leves e cuidado em enfermagem, **Escola Anna Nery Rev. Enferm**, vol. 12, n. 2, 2008

SILVA, G. G. A.; EGYDIO, M. V. R. M.; SOUZA, M. C. Algumas considerações sobre controle social no SUS: usuários ou consumidores? **Saúde Debate**, vol. 23, n. 53, 1999.

SILVA, R. *et al.* Tecnologia Social: uma vinculação entre política científica e tecnológica e políticas de inclusão social. In: **Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade**, Curitiba: UTFPR - PPGTE, 2007.

SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: **Revista Proposta**, n. 72. SP: FASE, 1997.

_____. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SOUZA, A. R. *et al.* **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

TARANDACH, E.R. **Diagnóstico psicossocial da família**. Petrópolis: Vozes; 1978.

VACCAREZZA, L. S. Ciência, Tecnologia y sociedad: el estado de La cuestión em América Latina. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 18, 1998. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/oeivirt/rie18a01.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

VASQUES-MENEZES, I.; CODO, W.; MEDEIROS, L.. O conflito entre o trabalho e a família e o sofrimento psíquico. In: CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes; Brasília: Ed. da UnB, 1999.

VELHO, L. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, v. 13, n. 26, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n26/06.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2011.

VERONESE, M. V.; ESTEVES, E. G. Identidade. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

ZANIN, M. Relatório de pesquisa em Políticas Públicas – FASE II - Processo FAPESP no. 2007/55393-6 - III Relatório de Progresso Relatório Final. **Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP**. São Carlos, SP, 2010.

ZANIN, M. *et al.* Parceria entre Universidade e Gestor Público Municipal para fomentar a Economia Solidária e ampliar as atividades da Cooperativa de Catadores de São Carlos/SP. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (Org.). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. Disponível em: <<http://www.editoraclaraluz.com.br/upload/produto/5c7a073d32f7f3533a0d886b374b3873.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

FOMENTO

Agradeço o apoio da FAPESP pelo fomento que possibilitou a realização dessa pesquisa. Processo n. 2012/24388-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Agradeço também o fomento inicial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
 Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)
 Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS)

Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo ciência, tecnologia e sociedade

Mestranda: Leticia Dal Picolo Dal Secco

Orientadora: Maria Lúcia Teixeira Machado

Co-Orientadora: Maria Zanin

Roteiro de Entrevista

A) Conhecendo o grupo familiar – dados de cada membro do grupo familiar:

Qual o seu nome?

Idade?

Estado Civil?

Escolaridade?

Ocupação?

O que mais gosta de fazer em momentos de lazer?

Você participa de alguma cooperativa, associação ou outro empreendimento semelhante à COOPERVIDA?

A1) (pergunta para o grupo familiar) :

Qual a renda total da família?

De onde vem a maior parte da renda familiar?

B) Sobre a COOPERVIDA: antes e depois - perguntas diretas ao(à) cooperado(a):

- 1) Há quanto tempo está na COOPERVIDA? Como conheceu a cooperativa?
- 2) O que você fazia antes de entrar na COOPERVIDA?
- 3) Você pode falar um pouco da sua rotina de trabalho antes e depois de entrar na COOPERVIDA?

C) Sobre a COOPERVIDA: antes e depois - perguntas para o grupo familiar:

- 4) Vocês podem falar sobre a vida familiar antes e depois da inserção de “nome do(a) cooperado(a)” na COOPERVIDA?
- 5) O que vocês acham do trabalho de catador?
- 6) Como vocês viam “nome do(a) cooperado(a)” antes de sua inserção na COOPERVIDA e agora que ele é cooperado?
- 7) Como vocês acham que as outras pessoas vêem essa mudança?
- 8) Vocês conversam sobre economia solidária? Caso sim, o que sabem e pensam sobre isso?

D) Relações familiares e saúde do grupo familiar - perguntas para o grupo familiar:

- 9) Quem vocês consideram o “líder” da família? Por que?

- 10) Quando existe algum problema familiar, como ele é resolvido?
- 11) Como é a rotina geral da família?
- 12) Vocês acham que a economia solidária, o modo como ela funciona, influencia de alguma forma no relacionamento familiar em geral?
- 13) Algum membro da família já foi encaminhado ou é atendido por algum serviço de saúde em geral? E de saúde mental?
- 14) Caso sim, isso ocorreu antes ou após a inserção de “nome do(a) cooperado(a) na COOPERVIDA? Como a família lidou/lida com isso?

E) Amarrando os temas – perguntas para o grupo familiar:

- 15) Após tudo o que foi lembrado e refletido, vocês têm mais alguma consideração sobre a inserção de “nome do(a) cooperado(a)” na COOPERVIDA e da economia solidária em relação ao relacionamento familiar e ao acesso à saúde, à educação, ao lazer, à renda, à alimentação, ao convívio com amigos, vizinhos, etc., dentre outros que acharem importantes relatar?

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “*Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo ciência, tecnologia e sociedade*”, que tem por objetivo principal analisar quais as relações existentes entre a inclusão de catadores de materiais recicláveis em um empreendimento econômico solidário e a saúde mental de seus grupos familiares. Este convite foi feito a você por ser catador/familiar de catador da COOPERVIDA, a cooperativa escolhida como referência para a pesquisa, porém sua participação não é obrigatória, sendo que a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que isso prejudique você, a pesquisa, o pesquisador ou a instituição de pesquisa.

Informamos que com essa pesquisa você não receberá nenhum benefício direto, bem como não terá gastos, nem receberá nenhuma compensação financeira por participar desta pesquisa, salvo se houver a necessidade de transporte e alimentação durante as entrevistas, os quais serão custeados pelo pesquisador. Por outro lado, os resultados obtidos poderão contribuir para a orientação na criação e adequação de políticas públicas nos campos da economia solidária, da saúde mental e da família, pelas contribuições científicas produzidas.

Sua contribuição consistirá na participação em entrevistas que serão gravadas se houver o seu consentimento, para transcrição e análise dos relatos de sua história de vida e de seu grupo familiar, desde quando você/um membro de seu grupo familiar estava em situação de desemprego até sua inserção/inserção de um membro do grupo familiar na COOPERVIDA, sendo sua identidade e de todos os citados nos relatos preservadas. O tempo médio da entrevista será de 2h (duas horas), podendo variar de acordo com a disposição do grupo e das memórias a serem relatadas. As gravações e transcrições serão armazenadas de forma sigilosa e guardadas por 5 anos, quando serão descartadas de forma segura.

A participação nesta pesquisa poderá causar cansaço ou alguns desconfortos aos participantes por se basear no resgate, relato e reflexão de memórias, que podem não ser agradáveis, podendo resultar em momentos de tristeza, raiva e/ou angústia, conflito, os quais serão respeitados pelo pesquisador, que poderá interromper ou suspender e agendar, ou não, outro momento para continuidade da entrevista se o entrevistado assim preferir.

Os resultados da pesquisa serão públicos, porém, será garantido o sigilo sobre as fontes das informações. Estando o trabalho concluído, será agendado um dia para a devolução aos entrevistados dos resultados de suas contribuições.

Caso haja algum dano à sua pessoa decorrente desta pesquisa, o pesquisador se responsabilizará e tomará as medidas cabíveis. Você receberá uma cópia deste termo no qual consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Se você não souber ler nem escrever, este documento deverá ser lido na presença de uma testemunha indicada por você, que assinará este termo, enquanto você fará a aposição da sua digital.

Letícia Dal Picolo Dal Secco
Pesquisadora

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Rodovia Washington Luis, Km 235 - Caixa Postal 676
Telefone: (16) 8241-9421; e-mail: le.dalpicolo@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de 201__ . _____
Sujeito da pesquisa

Testemunha

ANEXOS

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO COOPERVIDA

AUTORIZAÇÃO

Eu, *Elizabeth Gonçalves*, presidente da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (COOPERVIDA), autorizo o desenvolvimento da pesquisa: **“Saúde mental e economia solidária: um estudo com famílias de catadores de materiais recicláveis.”**, realizada pela aluna Leticia Dal Picolo Dal Secco, sob a orientação da Prof^a D^{ra} Maria Lúcia Teixeira Machado, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos.

São Carlos, 13 de junho de 2012.



Elizabeth Gonçalves

Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (COOPERVIDA)

ANEXO 2 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
(CEP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Saúde mental e economia solidária: um estudo com famílias de catadores de materiais recicláveis.

Pesquisador: Letícia Dal Picolo Dal Secco

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 02974512.3.0000.5504

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 162.768

Data da Relatoria: 11/12/2012

Apresentação do Projeto:

Estudo qualitativo através da realização de entrevista semi-estruturada à catadores e familiares de catadores de lixo de uma cooperativa de materiais recicláveis de São Carlos - SP (COOPERVIDA). Pretende-se incluir na pesquisa os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal da referida instituição, bem como seus familiares.

Objetivo da Pesquisa:

Como objetivo primário, a pesquisadora pretende analisar as relações existentes entre a inserção de catadores de materiais recicláveis em um empreendimento econômico solidário e a saúde mental de seu grupo familiar. E como objetivos secundários, Interpretar os percursos vivenciados pelas famílias dos catadores no período prévio a sua inserção no empreendimento até o atual momento; resgatar as histórias de vida destas famílias pelos relatos e interpretações de suas memórias das situações vivenciadas; verificar como se configurou a saúde mental do grupo familiar, permeando suas relações vinculares durante a história narrada; estabelecer como se constituem as relações vinculares das famílias entrevistadas e como a inserção econômico-social pode interferir neste aspecto e elaborar parâmetros para a construção de políticas públicas voltadas à população envolvida na pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos a pesquisadora aponta poderá que a pesquisa poderá causar cansaço ou alguns desconfortos aos participantes por se basear no resgate, relato e reflexão de memórias, que

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



podem não ser agradáveis, podendo resultar em momentos de tristeza, raiva e/ou angústia, conflito. Neste caso, afirma que a entrevista será interrompida e continuada em outro momento se o participante quiser. Não existem benefícios diretos, mas os resultados advindos desta pesquisa poderão contribuir para a orientação na criação e adequação de políticas públicas nos campos da economia solidária, da saúde mental e da família.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa possui relevância à área em questão. O cronograma foi revisto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto foi adequadamente preenchida e está assinada. O TCLE foi reapresentado e contém as correções solicitadas.

Recomendações:

Nada a acrescentar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram corrigidas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto Aprovado.

SAO CARLOS, 04 de Dezembro de 2012

Assinador por:
Maria Isabel Ruiz Beretta
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br